

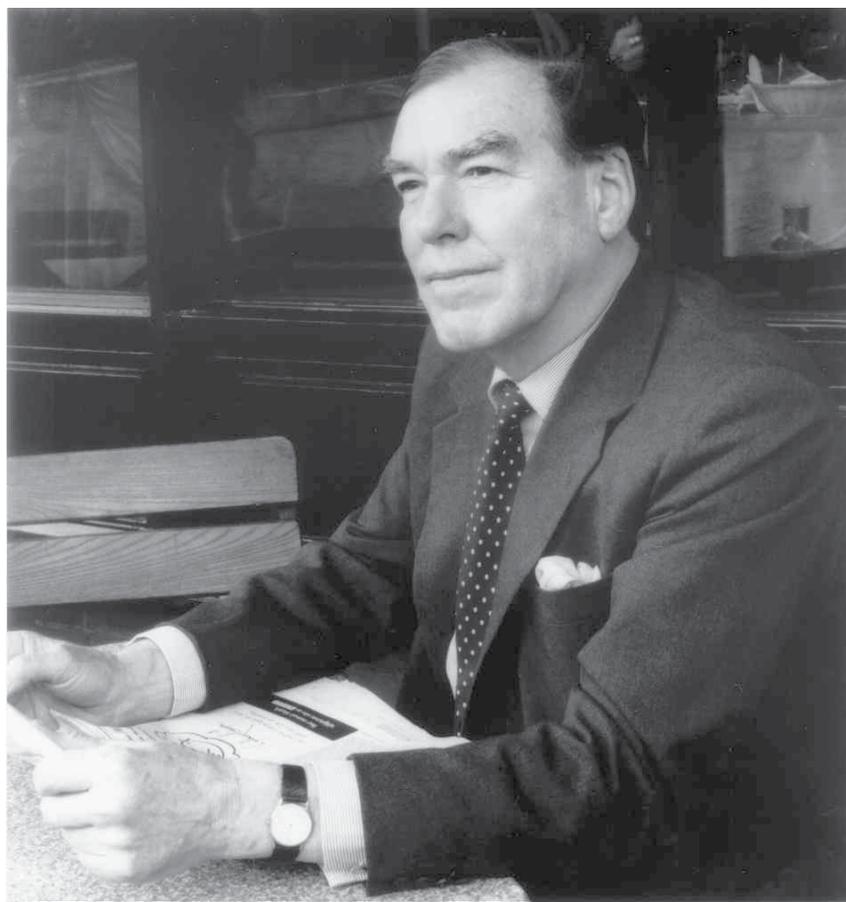


Revista Brasileira de
**História
Militar**



Ano III - Nº 08
Agosto 2012

In Memoriam



Sir John Keegan
1934-2012

Editorial

Neste mês de agosto de 2012 a História Militar perdeu um de seus mais ilustres pesquisadores. Sir John Keegan morreu na quinta-feira dia 02, em sua casa em Kilmington, Inglaterra, aos 78 anos. Autor de vários livros, muitos deles publicados no Brasil, Keegan trabalhou como professor em Cambridge, Princeton e Sandhurst; também foi editor do Daily Telegraph e membro da Real Sociedade de Literatura da Inglaterra. Em nossa opinião, ele foi o mais importante historiador militar de sua geração e à sua memória dedicamos esta edição de nossa revista.

Cesar Machado Domingues

Editor Responsável



Imagem nesta página:

Detalhe do Monumento aos Heróis de Laguna e Dourados, episódio da Guerra do Paraguai abordado nesta edição. O monumento, do escultor Antonino Pinto de Matos está localizado no bairro da Urca, na cidade do Rio de Janeiro. A obra utilizou o bronze dos canhões utilizados no episódio e foi inaugurada em dezembro de 1938.



Revista Brasileira de
**História
Militar**

historiamilitar.com.br
ISSN 2176-6452

Conselho Editorial

Prof. Dr. Paulo André Leira Parente	Gen. Dr. Aureliano Pinto de Moura
Prof. Dr. Marcos Guimarães Sanches	Cel. Dr. Luiz C. Carneiro de Paula
Prof. Dra. Maria Teresa Toribio B. Lemos	CMG Prof. Ms. Francisco E. Alves de Almeida
Prof. Dra. Adriana Barreto de Souza	Prof. Dr. Ricardo Pereira Cabral
Prof. Dra. Cláudia Beltrão da Rosa	Prof. Ms. Manuel Rolph de Viveiros Cabeceiras
Prof. Dr. Cesar Campiani Maximiano	Cel. Prof. Ms. Cláudio Passos Calaza

Editor Responsável

Cesar Machado Domingues

Editores Associados

Carlos Eduardo M. Gama
Ronaldo Lucas da Silva

Administração e Redação

Rio de Janeiro – RJ. CEP 22.000-000
(21) 2537 6053 / 8896 7122
E-mail: editor@historiamilitar.com.br

Revisão e Diagramação

Daniel Albino da Silva
Contato: daniel.albino.historia@gmail.com



Índice

Revista Marítima Brasileira: 1851-1855: A Liberdade de Pensamento na Marinha Imperial e o Projeto de Nação no Século XIX.....6

José Miguel Arias Neto

A Históriografia Naval Brasileira (1880-2012) : Uma Visão Panorâmica.....27

Francisco Eduardo Alves de Almeida

Retirada Da Laguna, Operação Anábasis.....57

Manuel Rolph Cabeceiras

Aviões No Contestado: Descortinando Um Emprego Militar Inédito.....64

Cláudio Passos Calaza

História Política, História Social e História Militar: três histórias em busca de um eixo teórico e metodológico comum.....85

Renato Jorge Paranhos Restier Junior

Marcello José Gomes Loureiro

Livro em Destaque.....106

REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA: 1851-1855: A LIBERDADE DE
PENSAMENTO NA MARINHA IMPERIAL E O PROJETO DE NAÇÃO NO SÉCULO

XIX

José Miguel Arias Neto¹

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo apresentar preliminarmente um estudo sobre a Revista Marítima Brasileira, publicada entre os anos de 1851 a 1855. Trata-se no texto em questão do problema da liberdade de pensamento e de expressão dos militares do período no sentido de participar das discussões de um projeto de construção nacional no século XX. Tal construção se daria também por meio da modernização das Forças Armadas, especialmente da Marinha, força fundamental para a salvaguarda da prosperidade e para a defesa do Império do Brasil.

Eu agradeço o convite para estar neste importantíssimo seminário². É fundamental que os pesquisadores de História Política e Militar se encontrem para trocar ideias e fazer avançar a pesquisa histórica na área. Assim parablenzo a iniciativa do grupo, na figura do Tenente Restier.

Esse texto é resultante de uma reflexão ainda em desenvolvimento no meu pós-doutorado no Programa de Ciência Política, área de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense³. Quero iniciar minha discussão com uma interrogação. Por que é importante conhecer a *Revista Marítima Brasileira*⁴ dos anos de 1851 a 1855? O que é afinal esta publicação?

Verificando-se uma edição recente da *RMB* pode-se constatar em sua capa a suposta data de sua criação: *Fundada em 1851*. Esta afirmação cria a ideia de que há uma longa continuidade na publicação da *RMB*, e que ela constitui uma das mais tradicionais e antigas revistas militares do Brasil. A situação é, contudo, um pouco diferente do que faz entrever o enunciado: *Fundada em 1851*.

A *RMB* foi publicada pela primeira vez em março de 1851 e foi encerrada em julho de 1855.

1 Professor de História Contemporânea. Universidade Estadual de Londrina. Pós-doutorando no Programa de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense. Secretário Executivo da Associação Brasileira de Estudos de Defesa - ABED.

2 Trata-se do I Ciclo de Estudos e Pesquisas em História Militar promovido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em História Militar do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. O evento ocorreu no período de agosto a dezembro de 2011. Este trabalho foi apresentado em outubro de 2011.

3 Agradeço àquela Instituição por ter me acolhido para o desenvolvimento desse projeto, especialmente ao meu supervisor, o Prof. Dr. Eurico de Lima Figueiredo. Agradeço também à Fundação Araucária - PR pela Bolsa de Pós-Doutorado sem a qual não seria possível a realização dessa pesquisa.

4 De ora em diante *RMB*.

Posteriormente foi fundada uma publicação intitulada *Revista Marítima Brasileira*, no ano de 1881. Esta existe até o presente e se apresenta como continuidade da *RMB* de 1851. Mas nem sempre foi assim. Na apresentação da *RMB* de 1881, o conselheiro Sabino Eloi Pessoa – membro da direção - observou: “*Não é a primeira vez que se publica no Brasil um jornal dedicado aos interesses da Marinha. Em épocas diversas, a partir de 1851, sahiram à luz pequenos jornais, que dignamente procuraram entreter o espírito público, no estudo e na consideração dos importantes questões concernentes ao modo de bem organizar e acertadamente desenvolver a nossa força naval.*”⁵”.

Além deste fato que nos indica que no final do XIX a percepção dos homens de Marinha era de que a *RMB* datada de 1881 era *outra* publicação outros indícios podem ser agregados a este.

Somente no fim dos anos vinte do século XX, foi publicado um artigo na *RMB* nº9, de março de 1928, intitulado “A Genesis desta Revista” ligando os dois períodos como se a publicação fosse a mesma. Afirma o texto:

Nada se sabe quanto ao seu período de gestação e quem primeiro , a concebeu. Apararam-na ao nascer, fazendo-lhe a scizão umbilical, três gynecologistas intelectuais: os officiaes Antonio Cezar de Mello e Andradade, Jeronymo Pereira Lima Campos e o funcionário da contadodira Miguel Ribeiro de Carvalho. Esses officiaes e poucos outros,cujo nome nos escapam, tiveram grandes óbices a vencer, resaltando a indiferença de muitos e a oposição que quasi sempre surge quando se quer concretisar as boas inciativas.⁶

A metáfora biologizante evidencia o pensamento evolucionista que facilita a caracterização da *RMB* fundada em 1881 como *continuidade* daquela de vinte e seis atrás. Cabe, no entanto, reter uma questão que emerge neste comentário, que permanece como problema a ser formulado: *a que óbices*, especialmente, *a que oposição* se refere o comentarista de 1928 ; Que retenhamos a questão para a ela se retornar em breve.

O texto ainda estabelece três fases para a *RMB*: março de 1851 a fins de 1852; julho de 1853 a abril de 1855 e finalmente, junho – julho de 1855. A partir daí há, na visão do comentarista, um “longo hiato”, longo demais – 26 anos – para ser tomado como apenas um “hiato”. Não se trata, contudo, apenas de uma questão cronológica, mas sim histórica: o Brasil dos anos de 1850 era bastante diferente daquele dos anos oitenta.

Em 1939, Dídio Costa, publicou um artigo na *RMB*, sobre o Conselheiro Sabino Eloi Pessoa⁷,

5 PESSOA, Sabino Eloy. *Revista Marítima Brasileira*. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. V, 1881.

6 VINHAES, Augusto. “A genesis desta revista. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, nº 9, p.1285, 1928.

7 COSTA, Dídio. Conselheiro Sabino Eloi Pessoa (1821-1897). *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, nºs 9-10,

destacando que o mesmo foi fundador da revista no ano de 1851. Este texto de 1939 foi reproduzido na RMB de 2001, quando então a Marinha “celebrou” os “150 anos” de criação da revista, assumindo-se daí em diante, definitivamente, a data de 1851 como sendo a da fundação da mesma. Invenção de tradições? Por certo que sim. Mas se esta resposta é, aparentemente satisfatória, ela se acomoda mal à investigação histórica, pois dispensa a investigação de algumas questões como: a) por que foi “inventada esta tradição e como; b) se houve esta invenção de fato, o que era a publicação de 1851 e o que foi a publicação a partir de 1881? C) Foram duas publicações distintas? Guardavam alguma relação? d) Possuíam a mesma natureza? Não se responderá a estas questões nos limites deste texto, que investigará a *RMB* fundada em 1851.

Esta necessidade decorre de uma questão que nasce de um incomodo provocado por alguns aspectos dominantes da historiografia brasileira:

a) num sentido geral a historiografia brasileira é civilista, isto é, ela desconhece e desconsidera a existência dos militares, salvo os momentos esporádicos de intervenção na política (República, 1964);

b) No que diz respeito à Marinha, a historiografia se acomodou tranquilamente à visão produzida pelos florianistas no embate da Revolta da Armada e da Revolução Federalista, a saber, de que a instituição era monarquista, dispensando-se de investigar a questão. Neste sentido a historiografia compactua com a versão da história produzida pelos florianistas;

c) É importante destacar, que a despeito das numerosas publicações sobre editores, livros, tipografias e imprensa no Brasil⁸, a imprensa e o periodismo militar é pouco estudado entre nós. Há algumas teses e dissertações, bem como algumas poucas publicações, que destacam especificamente publicações do Exército⁹. No que diz respeito à Marinha, especificamente à *Revista Marítima*

1939, p. 939-973. Reproduzido em *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, nºs 4-6, 2001, p. 21-41.

8 Além dos clássicos, como a História da Imprensa de Nelson Werneck Sodré, podemos mencionar as publicações mais recentes, inclusive quanto ao periodismo científico: HEIZER, Alda e VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001. NEVES, Lúcia M. B.; MOREL, Marco e FERREIRA, Tania Maria Bessone da G. (Orgs). *História e imprensa*. Rio de Janeiro: DP & A, Faperj, 2006. DUTRA, Eliana de Freitas e MOLLIER, Jean-Yves (Orgs.). *Política, nação e edição*. São Paulo: Anablume, 2006. MIRANDA DE SÁ, Dominichi. *A ciência como profissão*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. BRAGANÇA, Aníbal e ABREU, Márcia(Orgs.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros Brasileiros*. São Paulo: Editora UNESP, 2010. HEIZER, Alda & VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. *Ciência, Civilização e República nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Mauad X, Faperj, 2010. MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 2010. BARBOSA, Marinalva. *História cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

9 Por exemplo, CAPELLA, Leila Maria C. *As malhas de aço no tecido social: a revista A Defesa Nacional e o serviço militar obrigatório*. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói, 1985. SCHULZ, John. *Exército na política: origens da intervenção militar (1850-1894)*. São Paulo: EDUSP, 1994. ALVES, Cláudia Maria Costa. *O Exército como campo de constituição de sujeitos políticos no Império*. Tese de doutorado. Departamento de História. FFLCH-USP, 2000. BARONE, Adelaide Cristina Brandão. *O discurso sobre o golpe de 1964 e o regime militar: análise da Revista A Defesa Nacional(1990-2004)*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, UFRJ, 2010. NASCIMENTO, Fernando dos Santos. *A revista A defesa Nacional e o projeto de modernização do Exército Brasileiro (1931-1937)*. Dissertação de Mestrado,

Brasileira, salvo artigos comemorativos publicados na própria revista, bem como o estudo sobre as representações do Marquês de Tamandaré no periódico¹⁰, não há um estudo sistemático sobre a mesma. É o que esta pesquisa pretende realizar.

Também é importante ressaltar que no âmbito dos estudos militares, a investigação das relações entre Forças Armadas, ciência, tecnologia e política é tema novo que começa a se configurar. Estes poucos trabalhos dizem respeito, em sua maioria absoluta ao período republicano¹¹. No que diz respeito ao século XIX o recrutamento, as prisões, a composição do generalato e as guerras, com destaque para a Guerra com o Paraguai são os principais temas, ocupando a discussão sobre ciência, tecnologia e política espaço marginal, quase inexistente.

O tema é fundamental para se compreender o projeto nacional ilustrado no século XIX e implica em considerar a inserção da *Revista Marítima Brasileira* no conjunto da produção editorial de caráter ilustrado-científico no Brasil bem como, nos quadros de um debate internacional sobre ciência e tecnologia aplicadas à guerra, em curso desde final do século XIX e início do século XX, quando as transformações adquiriram grandes proporções. A modernização científica e tecnológica e o fim da sociedade escravista implicam também na reflexão sobre questões como a organização da Força, a formação de oficiais e de marinheiros, a legislação penal. Estes temas, de dimensão internacional, foram debatidos nas páginas da *RMB*.

Esta parcialidade da historiografia brasileira e o desconhecimento desta sobre os militares provocam inquietações, pois as fontes históricas não sustentam as interpretações correntes. A problemática no campo da historiografia mal está sendo esboçado ainda em nossos dias, a despeito de um maior número de pesquisas em curso atualmente. Os eventos da ANPUH- Associação Nacional

PUC/RS, Porto Alegre, 2011. BARONE, Adelaide Cristina Brandão. *O discurso sobre o golpe de 1964 e o regime militar: análise da Revista A Defesa Nacional (1990-2004)*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, UFRJ, 2010.

10 S/A. A gênese desta Revista. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, n 9, março, 1928, p. 1286-1292. COSTA, Dídio. Conselheiro Sabino Elói Pessoa. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, n°s 9-10, março-abril, 1939, p. 939-973. O mesmo artigo foi republicado quando do sesquicentenário de fundação da revista, em 2001: COSTA, Dídio. Conselheiro Sabino Elói Pessoa. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 121, n°s 4/6, abril-junho, 2001, p. 21-47. Sobre as representações do Marquês de Tamandaré na RMB ver: PARENTE, Paulo André Leira. O Almirante Tamandaré através da Revista Marítima Brasileira: a construção da memória de uma instituição da Marinha do Brasil (1897-1950). *Navigador: subsídios para a história marítima do Brasil*. Rio de Janeiro, v 3, n 6, 2007, p. 59-68.

11 Por exemplo, há os estudos pioneiros de Manuel Domingos Neto, dentre eles destacando-se a tese de doutoramento *Influence Étrangère dans la modernization de l'armée brésilienne (1889-1930)*. Defendida em Paris no ano de 1979 e o mais recente, e já aqui mencionado *O militar e a ciência no Brasil* de 2010. Também de produção recente é o livro de João Roberto Martins Filho intitulado: *A marinha Brasileira na Era dos Encouraçados*, publicado pela FGV em 2010. Também ainda cabe mencionar que no livro intitulado Nova História militar brasileira organizado por Celso Castro, Vítor Izecksohn e Hendrik Kraay, há em meio a dezessete capítulos apenas um, de Pedro Puntoni, discutindo a questão tecnológica ainda referente ao período colonial: A arte da guerra no Brasil: tecnologia e estratégia militares na expansão da fronteira da América portuguesa (1550-1700). Já no livro *O militar e a ciência no Brasil* há um capítulo de José Carlos Albano do Amarante intitulado O engenheiro militar na Colônia. Os capítulos que se seguem dizem respeito ao período republicano. É importante ainda assinalar, que a maior parte dos estudos sobre Ciência e Tecnologia militar está sendo, atualmente realizada no âmbito dos Programas de Ciência Política e de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense.

de História e da ABED – Associação Brasileira de Estudos de Defesa, por exemplo, demonstram que há um número maior de historiadores interessados nas questões militares, e este interesse vai além da investigação das intervenções militares na política. Mas no momento atual estas intervenções só poderão ser mais bem conhecidas dentro de um quadro mais amplo do que o mero relato factual dos eventos, marcados por conflitos ideológicos.

Por outro lado, as discussões recentes sobre a Defesa Nacional, decorrentes das novas configurações globais Pós-Guerra Fria e do surgimento de um novo contexto internacional ameaçador pós 11 de setembro apresentam outras questões para os historiadores e cientistas sociais e políticos brasileiros. Estas dizem respeito a vários temas, como a posição do Brasil no plano global, questões referentes às Forças Armadas Brasileiras (o que são, o que devem ser, questões que se espera, o Livro Branco de Defesa venha a responder) e outras referentes às relações entre o Parlamento e Defesa, Sociedade e Defesa, etc. Dentre estas a da indústria de defesa, e do desenvolvimento científico e tecnológico voltados à defesa são de fundamental importância para a sociedade brasileira contemporânea. Assim, interessado nestas questões, voltei-me à questão das relações entre ciência – tecnologia e política no século XIX, momento privilegiado para compreender a emergência da temática.

A *Revista Marítima Brasileira* dos anos cinquenta emerge num contexto em que várias questões se apresentam como fundamentais para o Brasil. Em primeiro lugar, em 1850 havia ocorrido a abolição do tráfico negreiro e à Marinha cabia a patrulha das costas brasileiras no sentido de coibir o que se denominava no período “infame comércio”. Em segundo lugar, nossas questões políticas adensavam-se na Bacia Platina, começando a tomar os contornos que adquiririam 14 anos mais tarde com o início da Guerra com o Paraguai. Finalmente, o Brasil também enfrentou contencioso com os Estados Unidos acerca da questão da abertura da navegação na bacia do Amazonas¹².

No primeiro número da *RMB* datado de 1º de março de 1851, é divulgado, na página 2 o seu programa. A citação é, de certo modo longa, mas importante:

1º - A REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA será publicada de 15 em 15 dias, em formato de 4º e com 8 páginas, ou mais se for possível.

2º - Será mantida por assignaturas de 5\$rs. Anuaes, pagos adiantados.

12 ARIAS NETO, J. M. . Entre o eldorado e o inferno: representações do Rio Amazonas na política externa do Império do Brasil. In: ARRUDA, Gilmar. (Org.). *A natureza dos rios: História, Memória e Territórios*. 1 ed. Curitiba: Editora UFPR, 2008, v. , p. 227-265.

3º - Receberá artigos que versem sobre marinha, embora seus autores não pertençam a Ella, devendo os mesmos autores reponsabilizarem-se pelas suas doutorinas.

4º - Publicará os actos do Ministério da marinha que estabelecerem medidas genéricas; relatórios e informações importantes dirigidas à respectiva Secretaria, precedendo licença do Exmo. Ministro; todas as notícias marítimas e de interesse científico, contanto que se possa provar sua authenticidade; e quaesquer traducções ou descobertas úteis nos diferentes ramos da Marinha.

5º - Finalmente a REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA procurará difundir, por meio de artigos apropriados, tudo quanto possa contribuir para o melhoramento e progresso da nossa marinha de guerra e mercante, quer no sentido científico, quer no sentido prático; e igualmente propagar idéas tendentes a dar impulso a administração da marinha e suas delegações, segundo o melhor ponto de vista a que seja possível attingir, não só a respeito do seu pessoal e materialomo a respeito de sua escripturação, contabilidade e fiscalização.

6º - Não publicará artigos em sentido político, pricipalmente os que censurarem actos do governo”¹³

Há duas considerações que são fundamentais para que se compreenda o quadro em que emerge a *RMB* e também a perspectiva a partir da qual é enunciado o referido programa. Estas se encontram no preâmbulo do mesmo número inicial, tecidas pelo editor. São elas as seguintes:

Passados 28 anos da brilhante existência da nossa Marinha, quando tantos feitos heróicos iam esvanecendo-se nas sombras do esquecimento, eis surge a luz que lhes dará vida e os tornará eternos;(...)Em extremo orgulhosos dos foros de cidadãos brasileiros, jamais adotaremos o princípio de que a obediência passiva imposta ao militar importe incompatibilidade às suas aspirações políticas, e nem entenderemos no sistema que nos rege, justo e legal o exclusivismo em assuntos de interesse geral da sociedade”¹⁴.

Esses dois enunciados balizam o quadro a partir do qual se configura o programa. Em outras palavras, recuperar os feitos heroicos, torna-los eternos, constitui a construção de uma *legitimidade* que permitirá ao militar manifestar suas *aspirações políticas*, a partir da discussão de temas de interesse da sociedade. Estes objetivos marcam a trajetória da *RMB* dos anos cinquenta e a difere do periódico dos anos de 1881, que nasce como revista institucional, isto é, uma publicação de fato da Marinha.

Esses enunciados também demonstram uma aparente ambiguidade do periódico, na medida

13 *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 1, nº1, 1851, p. 2.

14 *Idem*, p. 1-2.

em que ele vai oscilar em se auto caracterizar como *jornal de Marinha e como folha independente*. A própria diagramação da *RMB* vai explicitar essa dinâmica contraditória que muitas vezes colocou os editores em rota de colisão com superiores hierárquicos, com o ministro da Marinha e com o próprio imperador. É sintomático que nos primeiros parágrafos daquele preâmbulo em que os militares, na pena do editor, avocam sua condição de cidadania como garantia da expressão de suas *ambições políticas*, e como elemento limitador do conceito de “*obediência passiva*”, ao menos no campo da opinião, e, portanto, do embate político, o mesmo editor faça o público saber que :

Depois de tanta porfia e de tamanhas decepções, eis á final publicado o primeiro número de uma folha de Marinha. E entretanto, esta publicação, que se deveria esperar ser uma victoria ganha contra fortes antagonistas, nada mais é que a mera e simples realização da vontade de um Ministro, e dos desejos de alguns Officiaes da Armada, que não duvidarão lançar-se n’essa difficil vereda semeada de espinhos, que a publicidade devassa aos olhos da crítica, quando convencerão-se de que a modéstia muitas vezes sacrifica-se ao dever, e de que este dever importa um serviço à Marinha nacional¹⁵.

Na ordem do discurso é enunciado, primeiramente, que a publicação dependeu apenas da *vontade* do ministro da marinha e de alguns oficiais da Armada. Que estes oficiais cumpriam um dever, caracterizado como serviço à Marinha nacional. Esse dever dependia, para sua realização, da *liberdade de expressão de ideias e das ambições políticas dos militares*. Mas não se tratava de *qualquer oficial*. De fato, a redação da Revista pertenceria, na visão do editor, “naturalmente” às suas “notabilidades”. No entanto, era realizada por “(...) *officiaes moços e subalternos, que levados somente de zelo e patriotismo, na incerteza e hesitação de outros a quem de direito competia, ousarão emprehendel-a (...)*”¹⁶. Assim, no plano da representação, o progresso da Marinha nacional seria correlato ao grau de liberdade de seus oficiais para discutirem ideias e para agirem:

“D’est’arte a REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA será a pedra de toque, por onde se ajuizará do progresso e ilustração da nossa marinha”¹⁷.

E relacionando a publicação ao projeto ilustrado das elites do XIX, o editor projetava a *RMB* como elemento que precederia o pavilhão nacional na Europa, numa demonstração do alinhamento das ideias nos dois continentes, isto é, dos foros de “civilização” do Brasil:

E se com efeito, a officialidade d’esta importante classe continuar a nutrir aquele espírito

15 Idem, p. 1.

16 Idem, ibidem.

17 Idem.

de corporação e não medido amor da pátria, que em lutas gloriosas a tem distinguido; precedendo nosso pavilhão, irá a Revista atestar na velha Europa que o Brasil a acompanha nos pensamentos de grandeza.¹⁸

Assim, a *RMB* é, no plano da representação, resultado e, ao mesmo tempo, símbolo do “*esprit de corps*” e, do *amor* desta corporação pela pátria com efeitos bastante práticos:

A³ Armada pois fazemos especial appello; na sua inteligência esta a esperança, e de seus esforços dependem os futuros destinos do paiz, sobre os quaes exercerá a marinha poderosa e irresistível influencia. E a todos os Brasileiros em geral nos dirigimos também, porque a todos interessa o progresso da marinha tanto mercante como de guerra, ambos elementos perduráveis de grandeza e prosperidade.¹⁹

Para seus editores a *RMB* ocupava, portanto, um *locus* privilegiado de intermediação: convidavam a todos os oficiais a integrarem este projeto ilustrado, projetando as expectativas da corporação para o seu público leitor, e também, aos “brasileiros em geral”, projetando para a corporação, as expectativas destes para as marinhas mercantes e de guerra. Pretendia-se, portanto, que a *RMB* se constituísse enquanto um espaço público ampliado para a articulação de ideias, interesses e ações em prol do progresso da Marinha e, portanto, do Brasil. Neste sentido, a *RMB* não apenas alinhava-se ao projeto ilustrado das elites oitocentistas, mas apresentava-se como integrante deste projeto no que dizia respeito à Força Naval, espelho da Nação.

Esses objetivos e programa tão amplos conduzem necessariamente à questão: qual a natureza desta publicação? Embora fosse intitulada *revista*, em suas páginas também aparecem os termos *folha*, *jornal* e *periódico* para descrevê-la. Esta situação não é distinta do mundo editorial do século XIX. Rafael Cardoso observou que “*as revistas ocupam lugar de preponderância nas historia editorial brasileira, constituindo, por largo tempo, o veículo ideal de publicação (...) devido a uma série de motivos, que vão desde sua riqueza visual até a famigerada pobreza do público leitor em matéria de cultura letrada*”²⁰. Observa ainda o mesmo autor que as revistas ainda hoje permitem aquilatar a dimensão do público leitor pois elas atingem graus de circulação improváveis para livros e raios de distribuição inviáveis para jornais²¹. Ainda assim, a natureza das revistas não é evidente

18 Idem, *ibidem*.

19 Idem.

20 CARDOSO, Rafael. Projeto gráfico e meio editorial nas revistas ilustradas do Segundo Reinado. In KNAUSS, Paulo, et alli. *Revistas ilustradas: modos de ler e ver no Segundo Reinado*. Mauad X; FAPERJ, 2011, p. 18.

21 Idem, p. 19.

em si: *Os limites entre jornal e revista mantiveram-se bastante fluidos ao longo do século XIX, e era comum os próprios redatores usarem os termos como sinônimos, ora empregando u,m ora outro, juntamente como a designação mais ampla 'periódico', a única precisa, a rigor, à medida que ela permite uma diferenciação dos livros*"²².

O contexto editorial da *RMB* também é significativo. Por um lado, havia o surgimento das revistas ilustradas de variedades e atualidades, moda e costumes: era o domínio das revistas ilustradas, cujo mercado fora amplamente dinamizado a partir dos anos de 1854 com o advento da prensa litográfica rotativa ²³. A partir dos anos de 1860 houve um predomínio das revistas ilustradas satíricas ²⁴. Por outro lado, o mercado editorial, em termos globais, também foi agitado pelo aumento das atividades de divulgação científica²⁵. Este movimento decorreu do otimismo em relação ao progresso científico e técnico, consequência da Revolução Industrial. A segunda metade do século XIX foi o momento das grandes Exposições Universais e Nacionais, bem como da emergência de um periodismo científico nacional. De acordo com levantamento realizado por Luisa Massarini no catálogo da Biblioteca Nacional, ao longo do século foram criados cerca de 7.000 periódicos no Brasil, sendo 300 deles relacionados à ciência, quer por serem produzidos por academias ou associações científicas, quer por portarem em seu título as palavras “científico” ou “ciência”²⁶. O maior crescimento dos periódicos científicos ocorreu, de acordo com a mesma autora, a partir de 1860. A despeito disto, cabe registrar, a criação da *Revista Brasileira – Jornal de Ciências, Letras e Artes*, em 1857. Embora criada depois do fim da *RMB*, é importante registrar sua existência pois tratou-se, na verdade, da antiga *Revista Guanabara*²⁷, fundada em 1849. Entre os mais ativos participantes da *Revista Brasileira*, havia um antigo editor da *RMB*, Giacomo Raja Gabaglia, oficial de Marinha envolvido em atividades científicas de grande relevância no Segundo Reinado²⁸.

22 Idem.

23 Idem, p. 23. Ver também FERREIRA, Tania Maria Bessone da Cruz. A presença francesa no mundo dos impressos no Brasil. In KNAUSS, Paulo, et ali. *Op. Cit.*, p. 41-52.

24 Idem.

25 MOREIRA, Ildeu de Castro e MASSARINI, Luisa. Aspectos históricos da divulgação científica no Brasil. In MOREIRA, Ildeu et ali. *Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil*. Rio de Janeiro Casa da Ciência Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Forum de Ciência e Cultura, 2002, p. 45-6.

26 Idem, p.

27 A revista surgiu em 1849, e era, como de praxe, uma mistura de órgão científico e literário, típica produção dos homens de letras do século XIX, era dirigida por Manuel de Araujo Porto-Alegre, Antonio Gonçalves Dias e Joaquim Manoel de Macedo. <http://www.museudavida.fiocruz.br/brasiliiana/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=25&sid=21>

28 Raja Gabaglia era oficial de Marinha, foi editor da *RMB*, participante da *Revista Brasileira* e integrante da Comissão Científica de Exploração (1859-1861) idealizada pelo IHGB e patrocinada pelo governo imperial, que percorreu algumas regiões do nordeste, especialmente do Ceará. Ver KURY, Lorelay. A Comissão Científica de Exploração (1859-1861): A ciência imperial e a musa cabocla. In HEIZER, Alda e VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. *Ciência, civilização e Império nos trópicos*. *Op. Cit.*, p. 29-54.

Mas a *RMB* deve ser compreendida dentro de sua singularidade: era um periódico voltado a um público específico, “interessado na problemática naval”, do ponto de vista científico e organizacional, em outras palavras, destinava-se primordialmente para os oficiais de Marinha, a quem, como se verificou, cabia a missão de manter a revista, pois ela seria, “o meio” pelo qual estes oficiais influiriam nos destinos nacionais.

Não foram obtidos ainda dados mais concretos, do ponto de vista quantitativo ou qualitativo sobre a tiragem e a distribuição da revista. Duas notícias, no entanto, dos anos de 1853 e 1854 propiciam ao leitor elementos significativos no sentido de constituir uma ideia acerca do público da *RMB*.

A primeira delas dizia respeito a uma nota publicada no dia 01 de agosto de 1853, intitulada “*O porteiro do Senado*”. Nesta, informava o redator, que desde sua fundação, em 1851, a revista era remetida gratuitamente ao Senado e à Câmara dos Deputados. Que neste ano de 1854, o jornal marítimo não poderia ser entregue no senado uma vez que o porteiro exigira do entregador tantos exemplares quanto o número de senadores, o que não ocorreria pois :

Estimando muito merecer as honras da leitura prodigalisadas principalmente por taes summidades, somos entretanto obrigados a não annuir a peremptoria exigência do illustrissimo porteiro, pela dificuldade material de ser mui limitada a edição de cada número da Revista. Dando por isso respeitosa satisfação aos membros de uma e outra camara, esperamos que ao menos aquelles que tão generosas provas exhibem de affeição a marinha não se dedignarão de aceitar a Revista, que d’ora em diante será entregue grátis em suas casas. E sem mais apellação, por este meio fácil, termanos a importante questão, que prejuízo talvez da marinha promovia o illustrissimo porteiro do senado ²⁹.

Considerando-se que o número de Senadores era em média de 50 e o de deputados em média de 100³⁰, verifica-se a impossibilidade, por parte dos editores, em distribuir 150 exemplares gratuitamente. Por outro lado, identifica-se a elite política do império como parte fundamental do público alvo da *RMB*, devido ao fato de que nestas instâncias – Câmara e Senado - estabeleciam-se políticas em relação à Força, como de resto, em relação às demais questões do país. Importa destacar o fato de que a revista era distribuída *gratuitamente* aos deputados e senadores que tinham *afeição* à Marinha como que de modo a municiá-los com informações em argumentos em defesa dos projetos

29 O porteiro do Senado. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, v.3, n. 3, 1853, p. 5.

30 CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem. Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Ediroa UFRJ/Relume Dumará, 1996, p. 49.

professados e defendidos pelos articulistas do periódico.

A segunda notícia dizia respeito a um plano de reestruturação econômica da revista. Este foi apresentado ao público em 20 de julho de 1854:

“Entrando no 4º anno da publicação da Revista Marítima Brasileira, fazemos alto para perguntar aos srs. assigntantes se devemos continuar a marchar. A resposta deve ser pronta porque a Revista não se equilibra parada (...). O seu programma párea o 4º anno da assignatura: Ei-lo: 1.º A Revista pretende reduzir as assignaturas grátis ao menor numero possível, para augmentar os seus recursos. 2.º Se esta medida aproveitar, e a Revista receber do Norte e do Rio da Prata o auxilio que a tem quasi exclusivamente sustentado, espera que os assignantes da corte darão para os melhoramentos que pretende fazer, augmentando mais 4 páginas ás 8 com que costuma aparecer. 3.º Utilizando maior espaço e receita, a Revista não só publicará tudo o que reza o seu programa do 1.º número, como os romances marítimos de Mariath, Cooper, outros (...). Além d’isso procurará divulga alguns mappas e planos de importantes officiaes da armada, e vbem assim tudo o que provenha delles, dizendo especialmente respeito a profissão. 4.º Dará o maior cuidado à publicação da Parte official (...) Com quanto aborreça as traducções, jamais deixará de offerecer à consideração dos leitores os artigos de jornaes marítimos estrangeiros, que por ventura tiverem immediata applicação as nossas cousas; obrigando-se, quanto a outros que entretanto mereção ser lidos, a recommenda-los por annuncios, e bem assim todas as obras importantes cuja acquisição for fazendo a bibliotheca da marinha.”³¹

Esse plano de reestruturação não apenas reforçava como ampliava o programa inicial, especialmente em duas questões: o aumento do número de páginas e a publicação de romances marítimos de Mariath e Cooper. Além de publicar matérias diversas de oficiais da armada, a revista permaneceria também publicando as traduções e também, por meio de anúncios, indicaria artigos julgados merecedores de leitura. Neste momento, contudo, o que importa reter é a observação de que a revista recebia do *Norte e do Rio da Prata* a maior parte dos recursos que a sustentava. Isto indica que a maior parte do público leitor da revista localizava-se fora da corte e da capital imperial. O plano de reestruturação, não previa, por outro lado, a mudança de valores das assinaturas: mantinham-se os 5\$000 réis anuais. Esse valor não pode ser considerado muito acessível aos baixos escalões da Marinha. Para se ter uma ideia do custo da revista, verifica-se que, em 1843, o soldo de um sargento era de 20\$000 e o de um marinheiro de primeira classe 12\$000. Por outro lado, um almirante recebia um salário de 250\$000³². Continuando nas comparações, 34 anos mais tarde, em 1888, o salário

31 Aos assigntantes. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, v. IV, n. 1, 1854, p. 1-2.

32 Para os integrantes do Corpo de Imperiais Marinheiros ver Decreto 304 de 12 de junho de 1846, *Coleção de Leis do*

de um médico era em média 300\$000 e de um professor primário 150\$000³³ É possível, portanto, constatar que a *RMB* não visava atingir – ao menos diretamente – um público formado pelas hierarquias mais baixas da armada, sendo portanto, direcionada a, oficiais *subalternos*, postos mais elevados social e politicamente e mais diverso do ponto de vista regional.

Do ponto de vista editorial, a *RMB* não apresentava nenhuma novidade em termos de planejamento visual. Ela reproduz, quase que integralmente a revista de variedades *O Gosto* surgida em 1843³⁴, ou seja, bem anterior à folha marítima. O formato *in-quarto* resultava numa revista de 8 páginas de visual sóbrio com duas colunas e poucas ilustrações:



Fonte: Biblioteca de Marinha – DPHDM – Marinha do Brasil³⁵

Brasil. Para o salário de Almirante ver: ARIAS NETO, José Miguel. *Em busca da cidadania: praças da armada nacional 1867-1910*. Tese de Doutorado, FFLCH-USP, 2001, p. 79.

33 VERGARA, Moema de Rezende. A divulgação da Botânica no século XIX: o caso do jornal *O Vulgarizador*. In KNAUSS, Paulo et alii. *Revistas ilustradas...Op. Cit.*, p. 106.

34 Visualizar a revista *O Gosto* em FERREIRA, Tania Maria Bessone da Cruz. *Op. Cit.*, p. 47.

35 Registro meus agradecimentos ao CC (T) Carlos Lopes do Departamento de História Marítima da DPHDM, e à CMG (RM1-T) Edina Laura Nogueira da Gama da Assessora Técnica da DPHDM, pelo apoio concedido na realização desta pesquisa, permitindo inclusive que a *RMB* fosse fotografada por mim, pelo que sou imensamente grato. Agradeço também a todo o pessoal do Departamento de História Naval do DPHDM pela acolhida calorosa em minhas estadas no Rio de Janeiro.

A *RMB* era editada e comercializada pela Typographia do Diário de Nicolau Vianna Lobo: No frontispício é informado *que a Revista será publicada nos dias 1º e 15 de cada mês, na Typographia de Nicolau Lobo Vianna, onde se recebem assignaturas a 5\$000 rs por anno, pagas ao receber o primeiro número*, conforme figura acima. Esta tipografia havia pertencido a Zeferino Vito de Meirelles, vice-diretor da Imprensa Régia a partir de 1822. Em 1844 ele a transfere para N. V. Lobo que a registra na Rua da Ajuda, 79. Em 1853, a antiga tipografia de João Ignacio da Silva também passa a ser de Nicolau Vianna Lobo, que em 1854 a transfere também para o mesmo endereço da oficina tipográfica do Diário. Em 1854 a empresa passa, até o mês de agosto, a denominar-se Typographia da viúva Vianna Júnior, razão alterada para *Typographia de Nicolau Vianna & Filhos* esta mantida até 1872³⁶. Desconhece-se os motivos das mudanças de denominações, mas duas delas derivam de incorporações: em 1844, da tipografia do Diário e em 1853 da de João Ignacio da Silva, o que parece caracterizar um movimento normal dentro das empresas do ramo no Rio de Janeiro. A tipografia parece ter sido bastante atuante no agitado mercado livreiro da capital imperial³⁷, tendo editado e publicado títulos como *Memória sobre o commercio entre a Grã Bretanha e o Brasil* em 1854, *Estatutos da Companhia mutua de seguro de vida dos escravos* em 1858, *Iracema* de José de Alencar, com o curioso subtítulo de *Lenda do Ceará* em 1865³⁸.

O que chama a atenção de imediato é a divisão em duas partes, existentes na *RMB* e que será mantida até o final de sua existência, em 1855: a chamada *PARTE OFFICIAL* e *A REVISTA* denominação alterada posteriormente para *REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA*:

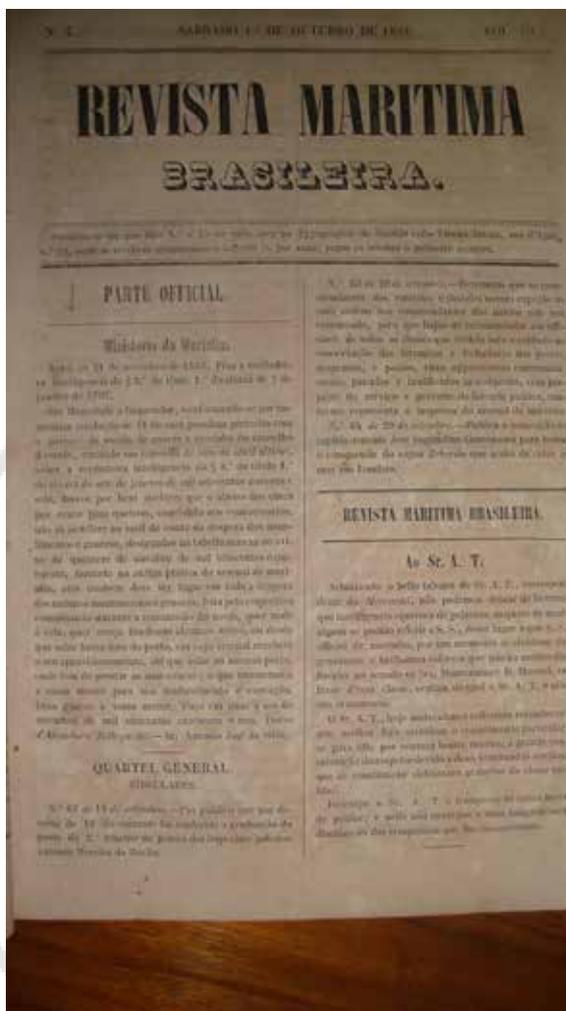
O planejamento visual e a divisão “em partes” da *Revista* parecem criar uma tensão: a denominada *Parte Oficial* parece constituir-se em uma espécie de corpo estranho ao periódico uma vez que somente após esta parte iniciava-se a *Revista* propriamente dita. Essa tensão visual presente na organização e na diagramação da *Revista* parece ainda integrar aquela ambiguidade que foi enunciada no início deste texto que diz respeito à questão da *Revista* ora anunciar-se como *folha de marinha* ora como *jornal marítimo*, ora como institucional – resultante da vontade de um ministro – ora periódico independente que vivia de assinaturas e nada devia aos poderes instituídos. Essa ambiguidade vai revelar-se ao final uma contradição fatal para a *RMB*. Mas não apenas isto. Revela também a contradição existente, ou produzida pela interpretação dos editores, entre a ideia

36 BERGER, Paulo. *A tipografia no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1984, p. 7; 68;78.

37 Entre 1808 e 1900 havia 149 tipógrafos no Rio de Janeiro. FERREIRA, Tania Maria Bessone da Cruz. *Op. Cit.*, p. 46.

38 BERGER, Paulo. *Op. Cit.*, p. 78-79.

de *obediência passiva* dos oficiais e *suas aspirações políticas* traduzidas em um conflito que se manifestou várias vezes entre a revista e os poderes constituídos, sobre *liberdade de imprensa no Brasil*. Vejamos um caso exemplar a esse respeito.



Fonte: Biblioteca de Marinha – DPHDM – Marinha do Brasil

Tratou-se de um confronto ocorrido *na imprensa* no ano de 1854 entre o primeiro-tenente Sabino Eloy Pessoa e Joaquim José Ignacio, na ocasião chefe-de-divisão, primeiro posto do Almirantado, e Inspetor do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro³⁹. Tudo se inicia no mês de fevereiro daquele ano quando a *RMB* publicou uma matéria intitulada *Melhoramentos notáveis!*⁴⁰. É importante destacar que a maioria dos textos da *RMB* não era assinada, embora no caso em questão fosse sabido que o Tenente Sabino Eloy Pessoa fora o autor da referida matéria, uma vez que era

39 Sobre Joaquim José Inácio ver ALVES DE ALMEIDA, Francisco Eduardo. Visconde de Inhaúma: Sua importância para a Marinha do Brasil. Clube Naval, Premio Almirante Tamandaré, 2008. Agradeço a Francisco Eduardo Alves de Almeida a cessão dos originais de seu livro.

40 Melhoramentos notáveis. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, v. III, n. 15, 1854, p. 3.

editor da revista e por , já no início do texto, chamava a atenção para sua condição: “*Quando nos propusemos á ardua tarefa de escrever um jornal marítimo, tínhamos em vista o interesse da nossa marinha, superior a tudo e a todas as considerações(....)*”⁴¹. Esta introdução prossegue tratando do difícil papel da crítica que atrai animosidades, etc, até que entra no assunto:

Acontece, porém, que o vapor D. Pedro perde a macha de 9 milhas por hora, e anda agora somente. Nada se deve dizer a respeito; Então de que serve um jornal dedicado aos interesses da marinha; Por considerações a um ou outro individuo deve occultar factos inexplicáveis, como esse do mesmo vapor não andar pra traz, quanto tão mal anda para diante; Isto nunca; deponha-se primeiro a penna do que faltar a consciência, do que faltar aos deveres de bom cidadão. (....) Pretendeu-se diminuir o gasto de carvão no Pedro 2º, porque esses vapores da Pontad’Areia gastão muito mais combustível que o estipulado em contrato. A ideia portanto, foi louvável; mas quem a realizou enganou-se redondamente, porquanto o Pedro 2º, consome hoje mais carvão que d’antes e anda menos. [E continuando com a crítica observa:] O vapor Guapiassú que era regular, ahi está ingualmente peor de marcha, como é fácil provar. O Thetis concertou por tentativas, e mesmo assim pouco bem pode-se dizer d’elle. Existe montada no arsenal uma officina de machinistas, que absorve a melhor parte da verba da marinha: á sua testa está um engenheiro tido por havi, e como tal remunerado; não é portanto possível admitir que enganos e motivos frívolos enfraqueção tão sensivelmente a classe mais importante de nossos navios de guerra. Cada um dos nossos navios de guerra, muitas vezes hemos dito, deve ter as perfeições possíveis, para que de algum modo compensem a sua inferioridade numérica. Construindo a Bahiana, o Maranhão e diremos já o Tonelero e o Ypiranga, mostram os nossos estaleiros felizes disposições para dotar o paiz com uma digna força naval; mas atamancando pessimamente os vapores indica a officina respectiva que esta em manifesta opposição com os patrióticos desejos do digno inspetor do arsenal. Longe de nós está a suspeita que mui de propósito taes prejuizos se dem ao serviço naval; mas supomos que não se procede com a confiança e acerto provenientes de um conhecimento profundo, ou de uma experiência comprovada. [E a crítica ainda prossegue em relação ao Tibagi para finalmente se concluir:] Não vamos adiante, porque temos dito bastante para comprometter-nos n’esto espinhoso posto de honra, onde voluntariamente fazemos sentinella aos interesses da marinha”⁴².

Não é pertinente, para os objetivos deste texto, discutir acerca da veracidade das críticas de Sabino Pessoa. Duas questões merecem ser retidas: em primeiro lugar, o autor colocava-se na condição de “bom cidadão” de “voluntário sentinela aos interesses da marinha” e lançava sobre os estaleiros de Mauá e sobre as oficinas de maquinistas do Arsenal da Corte uma nuvem de suspeita

41 Idem.

42 Idem, p. 4-5.

acerca dos reparos dos vapores de guerra.

O caso prosseguiu e no mesmo mês de fevereiro a *Revista* publicou outra matéria intitulada *A Revista Marítima Brasileira e o Arsenal de Marinha da Corte*. Nesta matéria Sabino Pessoa respondia a um artigo publicado por um *anônimo* no jornal *Mercantil*. Nesta resposta, Pessoa reafirma as críticas feitas à oficina e aos vapores. O que interessa registrar, no entanto, é o plano discursivo em que se coloca o autor:

*Sendo voz geral na marinha que os vapores de guerra vão sensivelmente diminuindo a marcha,(...) entendemos que era do nosso dever tratar do assunto na Revista Marítima Brasileira. (...) Despertou-se com o efeito o zelo de alguém não para tomar as necessárias medidas, mas sim para, na presença de officiaes da armada, dirigir contra os redactores da Revista d'essas expressões impudicas que jamais deixão de revelar a educação e o character, e para tomar as dores do engenheiro machinista, dando-nos uma sarabanda, da qual agora se vangloria. (...) Deslumbrado o Exmo.º Sr.*** de que no Brazil se discutem os actos dos mais altos funnccionarios públicos, e que o cidadão ilustrado tolera essa discussão, uma vez que seja, qual pratica a Revista, decente e comedida; julga-se imune e absoluto e leva á imprensa o procedimento violento e brusco, de que infelizmente tem dado tantas provas. Dando pouco apreço ao alcance das palavras, pó que so lhes estima o peso, o *** obriganos a repellir em público suas aggressões , e deixa bem patente o motivo d'ellas. Se S. Exc. Se limitasse a demonstrar o nosso erro, provando que os vapores soffrerão alterações utles nas machinas, todo o mundo reconheceria que no arsenal de marinha há quem zeloso, instruído e digno represente a actualidade, mas personalizando uma questão tão importante para a marinha, e diremos, para o paiz, esquecendo a consideração devida a si e ao publico, S. Exc., manifesta que a violência e o capricho muitas vezes lhe dominão a razão, e portanto que lhe faltão muitas qualidades necessárias para levar á effeito os melhoramentos materiaes da nossa armada⁴³*

Verifica-se na argumentação que Sabino Pessoa identificava-se à *RMB* e colocava-se como *representante* da “voz geral da armada” que constatou uma questão cuja publicização foi apenas *mediada* pelos redatores. Neste papel de representante/mediador, isto é, como empreendedor de um jornalismo que representa como “informativo” e “neutro” no sentido de “impessoal”, pois de interesse da “marinha” e do “país”, desqualificava a reação do “criticado” como pessoal e pouco “racional”, pouco “ilustrada” contra uma discussão “comedida” e “decente” feita pela revista. Assim construía seu lugar como sendo de um “observador – intelectual independente” como professado no

43 A Revista Marítima Brasileira e o Arsenal de Marinha da Corte. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, v. III, n. 16, fevereiro de 1854, p. 3-4.

programa da revista desde seu primeiro número. Resta saber qual o significado deste “lugar” que o redator da revista constrói para si e suas implicações culturais e políticas.

No mês de março, a *RMB* publicava uma tréplica, por assim dizer, de ambos os contendores: Joaquim José Ignacio e Sabino Eloy Pessoa. Na seção *Correspondência*, há uma carta, agora sim, assinada pelo chefe-de-divisão, na qual este, entre outras questões observava:

Com effeito, quem acreditará, que o periódico que se diz órgão de marinha, lance a mais pútrida lama sobre um Official General, chefe da repartição, dentro de cujos muros tal periódico se escreve!... que bella prova de disciplina militar dá o órgão da marinha!...⁴⁴

No mesmo número o editor respondia de modo esclarecedor:

Conhecendo a índole de nossas instituições políticas, sciente da missão importante da imprensa, V. Exc. Não negará por certo que aos jornaes ninguém recusa o direito de uma crítica rasoavel. A Revista Marítima, sujeita perante a lei a mesma responsabilidade e justas imposições, que igualmente pesão sobre todos os jornaes no império, não pode em regra geral soffrer no estylo e na doutrina modificações, que não tenham sido ampliadas a todos os outros jornaes.(...) Quando pois a Revista censurar com decência, qual pratica sempre, actos da vida publica dos empregados da marinha, quando dignamente se oppozer a realização de fatos em prejuízo do serviço, e modo algum faltará a disciplina que V.Exc. impropriamente invoca, pois que a Revista Marítima Brasileira é um jornal como qualquer outro; não tem patente militar, nem se regula pelo regimento da marinha. Quis o acaso que a redação d’esta folha esteja agora em mãos de officiaes subalternos. Amanha talvez passará para as de V. Exc., e segundo o seu principío, não ousará V. Exc. Oppor á opinião dos generaes, seus superiores, e á do ministro, o seu esclarecido modo de pensar. De que servirá então um jornal marítimo, quando se lhe negar o direito de discussão? A revista criticando falta a disciplina; mas elogiando?...⁴⁵

Em outras palavras, invocava o editor, Sabino Pessoa o exercício da “liberdade de imprensa”, de acordo com os princípios da Constituição de 1824, para assuntos das Forças Armadas, posto que estes são de interesse público, nacional, incluindo-se neste conceito de “público” os próprios militares. Em outras palavras não se trata de um tema que apenas “civis” devam dispor de liberdade para falar e agir. Esta foi a mesma atitude de Sabino Pessoa quando do confronto com o General Francisco José de Sousa Soares de Andréia, Barão de Caçapava, em torno da polêmica do projeto de Montepoio Militar elaborado por este, ocorrido nas páginas da revista entre agosto de 1854 e

44 Correspondências. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, v. III, n. 17, 1854, p. 2.

45 *Idem*, p. 3.

fevereiro de 1855. Não é o caso de se recuperar neste espaço os termos deste confronto. O fato é que desta feita, a questão envolveu o próprio imperador Pedro II. Didio Costa em seu artigo de 1939 sobre o Conselheiro Sabino Eloy Pessoa, reproduzido na *RMB* de 2001, menciona as memórias deixadas por Pessoa intitulado *A minha história* que teria sido redigido entre os anos de 1887-1897. Neste documento, redigido três décadas mais tarde, o evento é narrado nos seguintes termos:

[Paranhos, Ministro da Marinha:] Sua Majestade manda adverti-lo pela falta de respeito com que o Sr. escreveu na Revista, respondendo ao General Andréa, seu superior na hierarquia militar. (...) Então dispus-me a responder(...). O General Andréa (...) mandou perder-me por intermédio do Sr. Lisboa (Tamandaré) espaço na Revista para a publicação de seu trabalho sobre um monte-pio militar, destinado ao Exército e à Marinha. (...) O Sr. Lisboa acrescentou que o General desejava ler minhas idéias sobre seu plano; prometi publicá-las depois. Li o plano do General; notei que todas as praças militares, desde o simples soldado, eram obrigadas a concorrer pecuniariamente para o monte-pio geral, mas que só percebiam pensões os oficiais, mais ninguém. Disse (...) que tal distribuição me parecia injusta; que, no meu conceito, este era o grande defeito do seu trabalho. O General Andréa, conhecido pelo seu gênio autoritário e feroso, irritou-se com a minha resposta(...). Agora uma coisa me parece inteiramente fora de propósito: é a repreensão que Sua Majestade me fez a honra de enviar pelo seu Ministro! O Sr. Conselheiro Paranhos, mesmo como Ministro, não poderia repreender-me por semelhante motivo (...) O General que me chame à responsabilidade, é tudo o que pode fazer. O imperador constitucional gira na sua esfera irresponsável; nenhuma imputação tem para se envolver nos acontecimentos da imprensa. É o que o Ministro devia ter-lhe observado para não fazer depois um papel em desacordo com o seu talento e reputação. O Imperador do Brasil não é um califa do Oriente, nem o Ministro algum eunuco subserviente⁷⁴⁶.

Os editores da *RMB*, portanto, percebiam os militares como participantes de um jogo político e cultural, no qual *deveriam poder manifestar-se*. Para que isto ocorresse, era necessário ampliar o espaço público, através da ampliação do espaço editorial naquele momento de surgimento de uma imprensa já em transformação devido aos avanços tecnológicos que contribuíram para a implantação de uma cultura de massas a partir do século XIX.

Frente, portanto, a um mercado em expansão e dominado pelas revistas de variedades e satíricas, bem como caracterizado como o momento do surgimento de periódicos científicos no Brasil, o surgimento de uma revista especializada em assuntos de marinha não deve causar surpresa.

46 COSTA, Didio. Conselheiro Sabino Elói Pessoa. Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro, v. 121, n. 4/6, 2001, p.39-40

O que é instigante no caso em questão é o *como este periódico foi pensado e como agiu* na esfera pública, forçando os limites do conceito de *obediência passiva dos militares* em favor da discussão e da ação desses militares na elaboração de um projeto de marinha que se coadunasse ao progresso de seu tempo, ao espírito ilustrado do século. De fato, por que então liberdade de impensa senão para discutir e opinar sobre os temas sobejamente estampados nas páginas da *RMB* dos quais se destacam entre outros: a discussão da carreira profissional para os militares da marinha, o montepio militar e o Asilo de Inválidos, a carreira do marinheiros, o regimento provisional, os orçamentos da Marinha no Parlamento, os artigos de guerra, o tráfico negreiro e a escravidão bem como a tradução – bem ao gosto do período – de artigos noticiando inventos tecnológicos de aplicação imediata nos processos técnicos da marinha, seja no arsenal, seja nos navios, dizendo respeito à navegação ou à guerra. Essa constelação de assuntos e temas, bastante ampla, está enfeixada por uma concepção que a tudo norteia. Trata-se do *lugar* que é atribuído à Marinha na *defesa nacional* no século XIX. Décadas antes do Almirante Alfred Thayer Mahan publicar suas notas de aula reunidas sob o título de *The Influence of Sea Power upon History, 1660–1783*, publicada em 1890, os editores da *RMB* observavam:

A marinha é por essência a base da força e da influência política dos estados, a protectora nata do commercio, o elemento primordial da prosperidade material das nações, e por tal forma tem contribuído para o desenvolvimento da civilização que chegou a constituir-se no mundo uma força superior cuja direção suprema envolve o futuro das sociedades humanas.
[Grifos do autor] [E enunciando um paradigma que fez escola no pensamento militar ao longo do século XIX e XX ainda acrescenta:] *E com a força que ha podemos defender a nossa liberdade e a honra nacional? Poderá essa força ser porventura um antemural de nossa independência, uma garantia de ordem e prosperidade para o vasto império destinado pela providência a ocupar lugar distinto no catálogo das principaes nações marítimas do mundo?*⁴⁷

Assim, era necessário tudo discutir para tudo reformar, adequando a Marinha do Brasil aos progressos do tempo, uma vez que ela é o elemento fundamental de sua defesa. O forçar o limite da *obediência passiva* em nome da *liberdade de imprensa, de opinião e de discussão* não pode ser, portanto, confundido com a pretensão de uma ruptura institucional. Ao contrário, a manutenção da ordem é o princípio do processo reformista destes oficiais editores. Noticiando em 1853 a fundação na Bahia de um periódico intitulado *O Brasil Marítimo*, os editores da *RMB*, com uma clara idéia do *lugar do militar* nas sociedades contemporâneas, afirmavam, como que antecipando agruras que hoje

47 Câmara dos Srs. Deputados. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, v.I, n. 7, 1854, p. 5.

constituem nossa história:

(...) procurando manter na armada o espírito militar (...) e ao mesmo tempo sustentando a magnífica tese de prosperidade do Brasil pela marinha (...) a Revista [Marítima Brasileira] e o Brasil Marítimo sustentarão esses rigorosos princípios de ordem e obediência sem os quaes, renegando sua nobre missão, seria o miltiar o flagelo da sociedade.⁴⁸

Apesar desta perspectiva reformista, o processo de *livre discussão* encetado pela *RMB* foi sustado pelos confrontos que ela própria desencadeou, isto é, tratava-se, ao cabo, dos embates políticos provocados em suas páginas e pelas matérias e reportagens que a Revista veiculou. Com ironia e amargura Sabino Eloy Pessoa registra este “final” aconselhando aos futuros escritores de jornais marítimos na Corte:

Se gozais honras militares o elogio deve ser perenne no bico de vossas pennas. A critica que se dirige ao alvo em linha recrta, ou a contradicção que segue recceiosa uma espiral fazem mal aos nervos de certas organizações delicadas, e vos recommendão ao diabo. A lisonja equivale a continencia miltiar do jornalista fardado. Esteja sempre o vosso espírito pronto a adulação por mais que vos appliqueis a crear um estylo adequado as circunstancias, que vos roubão direitos de que alias gozão todos os jornalistas e procureis com esse branco recurso render homenagem a verdade e desempenhar com a penna o dever de um bom cidadão, ainda assim uma susceptibilidade sem emplo em cada letra do vosso espírito encontra um espinho, lança à conta da subordinação o vosso crime de joranlista, vos ameaça e vos condenna ao terror de Damocles⁴⁹.

Sérgio Buarque de Holanda já fez notar que os poderes imperiais funcionaram “*como catalisadores da resistência à qualquer mudança na estrutura tradicional, quando as mudanças implicavam mais do que uma estabilidade estéril e mentirosa*”⁵⁰. De fato, foram as estruturas tradicionais refratárias à presença dos militares subalternos na cena pública – mesmo que este público fosse composto primordialmente pelos companheiros de farda – discutindo problemas navais e de defesa. A *RMB* propunha a possibilidade do militar participar ativamente nas discussões políticas acerca das Forças Armadas e da Estratégia de Defesa como elementos componentes de um projeto de nação numa sociedade em que o patriarcalismo e o patrimonialismo das elites submetiam os militares- sob a representação do discurso liberal que prevê a subordinação do militar ao controle

48 O Brasil Marítimo. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, v. III, n 12, 1853, p. 8.

49 A todo mundo! *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, v. IV, n 21, p. 4.

50 HOLANDA, Sérgio Buarque. Do Império à República. In HOLANDA, Sérgio B. (Dir.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico*. 4 ed. São Paulo: DIFEL, 1985, t.2, v.5 , p. 20

civil - aos ditames moveções da política partidária. Foi este processo que conduziu a constantes atritos que, décadas mais tarde, resultaram no descolamento das Forças Armadas da estrutura do Estado Monárquico.



A HISTÓRIOGRAFIA NAVAL BRASILEIRA (1880-2012) : UMA VISÃO PANORÂMICA

Francisco Eduardo Alves de Almeida¹

RESUMO

Este artigo tem o propósito de discutir a História Naval nos estudos históricos contemporâneos. Inicialmente são apresentadas as interseções entre esse domínio e os demais campos da história, apontando novas abordagens e clivagens. O século XIX assistiu a emergência de diversos historiadores navais brasileiros tais como Manuel Pereira Pinto Bravo, Theotônio Meirelles da Silva e Garcez Palha. No século XX historiadores navais como Henrique e Lucas Boiteux, João do Prado Maia, Dídio Costa, Arthur Oscar Saldanha da Gama, Hélio Leôncio Martins, Max Justo Guedes e Antonio Luiz Porto e Albuquerque pontuaram até o final do século, quando surgiram historiadores ligados à academia que modificaram tanto a busca documental como a escrita historiográfica, permitindo ao campo novas abordagens e interpretações. Por fim são apresentados os centros de pesquisa e os tipos de historiadores navais brasileiros que produzem historiografia naval na atualidade e são indicadas algumas razões que levam a que ela fique praticamente restrita ao campo militar, o que limita o desenvolvimento desse domínio no Brasil. Conclui-se com soluções para atenuar essa deficiência.

Palavras-chave: História Naval; poder naval; historiografia naval brasileira.

Uma característica que vem se estabelecendo nos estudos históricos contemporâneos tem sido a fragmentação temática. Os pesquisadores têm se debruçado em diversos assuntos que, certamente, não fariam parte do interesse historiográfico alguns anos atrás. Estudos de sexualidade, vida privada, marginalidade, gênero e outros temas povoam as revistas especializadas de forma natural e corriqueira e cada vez mais adquirem vigor produtivo e interpretativo. Nada mais natural no campo da História, que cada vez mais se torna multidisciplinar, procurando estabelecer conexões com outras disciplinas como a antropologia, a sociologia e a lingüística.

Segundo José D' Assunção Barros essa fragmentação temática tem sido um fenômeno

¹ Oficial de marinha, graduado em História (UFRJ), mestre em História Comparada (UFRJ) e aluno de doutorado dessa mesma universidade. Professor da Escola de Guerra Naval e Segundo Vice-Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

que se acentuou no século XX por meio de dois caminhos distintos e independentes. O primeiro, a crescente especialização do profissional da História, labutando em campos cada vez mais específicos e o segundo pela fragmentação de perspectivas², isto é, a multiplicidade de visões de um mesmo problema, o que se constitui, em síntese no próprio avanço do conhecimento científico.

Os estudos históricos no Brasil têm seguido essa tendência que teve nos Annales o seu maior paradigma. Em que pese essa diversidade de temas contemporâneos, a História Naval permaneceu e permanece atrelada aos estudos militares com poucas perspectivas, até o momento, de crescimento acadêmico no nosso país. Os motivos para essa estagnação são diversos.

O que se pretende investigar nesse artigo é o sub-domínio³ da História Naval dentro do campo da História e suas principais linhas temáticas. Em seguida, pretende-se discutir os principais historiadores navais brasileiros do final do século XIX a partir de 1880. Logo após, pretende-se apresentar os historiadores navais do Brasil que labutaram nesse campo no século XX, apontando, em seqüência, os principais grupos de pesquisadores que pesquisam nesse campo, procurando encontrar os principais fatores que levam esse sub-domínio da História a ser pouco estudado no meio acadêmico nacional.

A HISTÓRIA NAVAL: UM SEGMENTO DA HISTÓRIA MARÍTIMA.

Durante muitos anos houve nos estudos históricos internacionais (pelo menos nos países com maior tradição acadêmica) uma falta de clareza na definição do que seria História Marítima e História Naval. Por muitos anos procurou-se associar os dois campos como idênticos, no entanto, a partir dos anos 80 do século passado chegou-se à conclusão de que existiam diferenças marcantes entre esses domínios, a partir de estudos do que seria definido como poder marítimo e poder naval.

Nos dias atuais a História Marítima tem como propósito abordar assuntos que tratam amplamente dos mares e oceanos e suas relações com o homem.⁴ A História Marítima envolve questões relativas à ciência, tecnologia, cartografia, indústria, economia, comércio, política, relações internacionais, desenvolvimento de organizações ligadas ao mar, rivalidades tendo o mar como referência, comunicações marítimas, migrações, direito marítimo, questões sociais, liderança e ética,

2 BARROS, José D' Assunção. *O Campo da História : especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004, p.11.

3 O domínio corresponde a uma escolha mais específica, orientada em relação a determinados sujeitos ou objetos (no caso a guerra no mar) para os quais será dirigida a atenção do historiador. *Fonte*: Ibidem, p. 20.

4 HATTENDORF, John. The Uses of Maritime History in and for the Navy. *Naval War College Review* Newport: Naval War College Press, v. Lvi, n. 2, p.15, primavera 2003.

arte e literatura, com o fulcro no mar. O campo de estudos é vasto e os pontos de contato entre os assuntos incomensuráveis.

Segundo John Hattendorf⁵, dentro do grande domínio da História Marítima existem diversas e reconhecidas subdivisões temáticas. Cita o caso da História da Navegação Marítima e Ciências do Mar, História dos Navios e da Construção Naval, História Econômica Marítima, História da Pesca, História da Marinha Mercante, História da Navegação de Recreação, História da Exploração Marítima, a Cartografia Histórica, a História Social Marítima, a História do Trabalho Marítimo, a História da Saúde com ênfase no mar, História do Direito Marítimo, História da Arte Marítima, História da Literatura Marítima e finalmente a História Naval.⁶ Cada uma dessas subdivisões, dentro do domínio marítimo, mantém relações intrínsecas com as demais dimensões e abordagens históricas⁷.

A História Naval, como uma subdivisão da História Marítima, trata especificamente da guerra no mar com todas as suas implicações tecnológicas, políticas, institucionais, operacionais, estratégicas e financeiras. Ela envolve necessariamente o estudo e a análise das formas como os governos organizaram e empregaram a força no mar para conquistar os seus objetivos políticos⁸. Ela se interessa também pela investigação de como as decisões foram elaboradas e na forma como as armas e sistemas de combate navais foram utilizados para a obtenção dos fins sociais e políticos pretendidos por determinada sociedade organizada ou mesmo a não organizada. O modo mais interessante de definir o que poderia ser a História Naval foi o formulado pelo historiador naval inglês Sir Herbert Richmond em 1939. Disse ele o seguinte:

A História Naval inclui os ‘por quês’ da estratégia em todas as suas fases, da esfera política a pequena estratégia e as táticas de esquadras e esquadões. Inclui também os ‘como’ e não menos importantes os ‘por quês’ dos sucessos e fracassos. Ela engloba todos esses elementos das relações internacionais, da economia e comércio, do Direito Internacional, do posicionamento estratégico, dos princípios de guerra, da administração, da natureza das armas e das personalidades.⁹

A História Naval não pode ser percebida apenas dentro do contexto militar, embora a esse contexto ela em muito se referencie. A guerra no mar, objeto de pesquisa da História Naval, deve

5 O Professor Doutor John Hattendorf é o atual titular de História Marítima da Escola de Guerra Naval dos Estados Unidos da América e detentor da cadeira “Ernest King” dessa Escola.

6 Ibidem, p. 20.

7 Uma dimensão pode ser entendida como um tipo de enfoque ou um “modo de ver” o objeto histórico. Fonte: BARROS, op.cit. p. 20.

8 Idem.

9 RICHMOND, Herbert. The Importance of the Study of Naval History. *Naval Review*. London: Naval Society, n. 27, p. 201, mai 1939.

ser compreendida dentro de um contexto político e social mais amplo, como uma extensão de outras abordagens, domínios e dimensões que lhe servem de referência teórica e metodológica.

Como exemplos de abordagens¹⁰ distintas pode-se utilizar fontes orais para determinar eventos e esclarecer visões que extrapolam a documentação naval corrente. As biografias de personalidades navais são casos interessantes de pesquisa e investigação, pois podem elucidar motivações e interesses nem sempre explícitos na documentação arquivística. A Micro-História seria outra abordagem que auxilia os estudos da História Naval ao reduzir a escala de observação do pesquisador, de modo a perceber aspectos que não seriam verificados de outro modo, como por exemplo, questões envolvendo uma unidade de combate, com o acompanhamento de determinadas trajetórias de atores sociais (tripulantes) de forma a compreender, a partir deles, a capacidade de luta de um navio e o ambiente social no qual os tripulantes estão envolvidos. Por outro lado, a utilização de séries históricas poderia indicar tendências das marinhas em determinado período histórico, apontando os diferentes projetos de forças navais. A metodologia comparativa poderia ser utilizada para se confrontar os diferentes modos como as marinhas de guerra se desempenharam em combate, comparando os seus resultados. Esses são alguns exemplos que demonstram a multiplicidade de abordagens da História Naval.

Quanto aos domínios, os estudos envolvendo estruturas hierárquicas e burocráticas navais podem ser investigadas dentro de um enfoque sociológico do tipo weberiano, o que reforçaria o marco teórico dos resultados da investigação. A História Social das Idéias, como um domínio específico, tem uma ligação intensa com a História Naval ao se discutir as diferentes ideologias e concepções estratégicas nos diferentes períodos da História, explicando como essas concepções se refletiram em sucessos ou fracassos em relação à eficiência combativa de determinada marinha de guerra. Outro exemplo interessante envolvendo a História Naval com outros domínios do campo histórico refere-se ao estudo das imagens, a partir de fontes iconográficas e fotográficas navais, ao se confrontar aspectos operacionais e sociais de imagens nos diferentes períodos de tempo enfocados. Um campo que possui ampla conexão com a História Naval é o domínio que trata da História do Direito, com as diferentes interpretações do Direito Humanitário no mar, o Direito da Guerra e as condições de neutralidade e a definição do que seria contrabando em alto-mar em caso de conflito.

Quanto às dimensões, a História Econômica tem ampla conexão com a Naval ao investigar os efeitos que uma campanha submarina teria sobre a economia de determinado país ou mesmo os

¹⁰ Segundo José D'Assunção Barros uma abordagem significa um 'modo de fazer a história', a partir de materiais com os quais deve trabalhar o historiador. Fonte: BARROS, op.cit. p. 20.

efeitos que poderiam causar na economia um esforço de guerra intensivo para mobiliar determinada marinha. A História Social seria outra dimensão com grande interface com a Naval. Como exemplo se poderia mencionar os círculos de sociabilidade dentro de determinada marinha e os efeitos que uma guerra no mar produziria nos relacionamentos hierárquicos, apontando tensões e distensões nesses diferentes grupos sociais. Na própria História das Mentalidades, nos dias atuais menos prestigiada que em décadas passadas, com a investigação de diferentes grupos sociais navais e a questão da morte em combate no mar ou mesmo a sempre presente discussão de como a hierarquia naval afetaria os grupos de praças subalternas e como as últimas perceberiam os chefes. A Geo-História com os estudos de longa duração envolvendo a importância das linhas de comunicação marítimas nos diferentes períodos históricos e a História Cultural, ao se investigar de que maneira as culturas nacionais afetavam o modo de se combater no mar, dialogam frequentemente com a História Naval.

Em que pese todas essas dimensões, a que estabelece maior ligação com a História Naval tem sido a História Política que estuda especificamente as guerras, as instituições e o poder. Pode inclusive ser afirmado que a História Naval se insere na História Militar, subdivisão formal da História Política. O que deveria ser um fator de força, entretanto, transformou a História Naval em um fator de fraqueza temática, principalmente nos estudos acadêmicos no Brasil.

Francisco Falcon afirmou que a partir de 1929/1930 começou de fato o declínio da História Política¹¹, levando consigo a História Militar tradicional. Os historiadores dos Annales foram incisivamente críticos com esse domínio, até ali prestigiado no meio historiográfico, com a exceção do campo anglo-norte-americano que manteve certo distanciamento desses inovadores franceses. Para os historiadores dos Annales a História Política exigia pouco, ao prestigiar eventos descritivos, sem problematizações e enaltecer vultos históricos e batalhas militares. Os Annales trouxeram novas interpretações e visões que transformaram a História Política em um campo desprestigiado, sem atrativos e tampouco desafios. Acompanhando essa queda em rumo ao abismo, a História Militar aos poucos foi sucumbindo. A História Naval como parte integrante dessa última a acompanhou. Esses acontecimentos se deram particularmente na França e o Brasil, sofrendo forte influência francesa, seguiu essa tendência. Há que se considerar, no entanto, que países de língua inglesa, com forte tradição acadêmica, os efeitos foram mais moderados.

No meio acadêmico britânico e norte-americano os efeitos dos Annales foram menos sentidos

¹¹ FALCON, Francisco. História e Poder. *Domínios da História*. 5.ed. Rio de Janeiro: Campus. 1997, p. 68.

e a História Militar continuou a produzir inúmeros trabalhos de qualidade¹². Universidades como a Ohio State, Temple, North Carolina e Duke¹³ nos Estados Unidos da América e Cambridge e Oxford do Reino Unido produziram e continuam a produzir um grande número de investigações interessantes e originais no campo militar, embora não tenham programas específicos de História Militar e Naval nos seus cursos de pós-graduação¹⁴. A única exceção é o King's College que mantém uma linha de pesquisa específica de História Naval com uma cátedra nomeada de John Knox Laughton Chair of Naval History sob a batuta do conhecido historiador naval britânico Andrew Lambert.

A Segunda Guerra Mundial trouxe consigo, também, novas discussões sobre a História da Guerra, com interseções originais com a Sociologia e a Antropologia da Guerra, com a Polemologia e a própria Teoria da Estratégia, catalisando ainda mais as pesquisas interdisciplinares no campo militar nesses países até o tempo presente.

Pode ser percebida, também, uma clara predominância de trabalhos de História Naval dos países com maior tradição na guerra do mar como o Reino Unido que dominou os mares por cerca de 350 anos e dos Estados Unidos da América que mantém atualmente uma primazia naval incontestável nos oceanos do mundo.

Os historiadores Jon Sumida da Universidade de Maryland e David Rosenberg da Universidade Temple formularam nos anos 90 do século passado uma tipologia específica para a História Naval. O primeiro tipo de História Naval foi chamada de História Naval Central¹⁵ que consiste na narração de tópicos abordados com ênfase nos aspectos políticos, diplomáticos e operacionais militares, sendo sua ênfase tanto no caráter nacional como comparativo internacional. Os historiadores ligados a essa forma de história reconhecem a importância de aspectos técnicos, econômicos, administrativos e

12 Para que se tenha uma idéia da produção acadêmica da Inglaterra e Estados Unidos da América em História Militar no período compreendido entre 2005 e 2006, pode-se apontar os seguintes números de teses de doutorado defendidas nesse período (um ano) :

- a) História militar antiga – 9 teses; história militar asiática- 34 teses; história militar africana – 7 teses.
- b) História militar do oriente médio- 12 teses; história militar européia – 55 teses.
- c) História militar da Grã-Bretanha – 63 teses; história militar da Rússia – 6 teses.
- d) História militar da América Latina – 5 teses; história militar do Canadá – 7 teses.
- e) História militar dos EUA – 54 teses
- f) História da Guerra – operações de paz – 3 teses, relações internacionais- 14 teses, filosofia – 9 teses, revoluções e terrorismo- 10 teses e outros temas militares e de guerra – 8 teses.
- g) Total de teses defendidas em um ano – 296 teses de doutorado.

Dados retirados do *Doctoral dissertations in military affairs: a bibliography* publicadas pela Kansas State University e *Historical research for university degrees in the United Kingdom* publicada em maio de 2007 pela Universidade de Londres. Dados indicados na *Journal of Military History* v.71, n.3, de julho de 2007, informados entre as páginas 1007 e 1023. A compilação desses dados foi realizada pelos professores doutores Edward Goedeken (Iowa State University) e Dennis Showalter (Colorado College).

13 MORILLO, Stephen; PAVKOVIC, Michael. *What is Military History*. Cambridge: Polity, 2006, p.106.

14 O King's College na Inglaterra seria uma exceção a essa lista pois possui um programa de pós-graduação específico para a ciência militar histórica.

15 Sumida e Rosenberg chamaram esse tipo de Core Naval History, traduzido pelo autor como História Naval Central.

financeiros, no entanto não se preocupam com a profundidade de suas pesquisas nesses campos. Esse tipo congrega historiadores que discutem a chamada História Naval tradicional com fortes ligações com a História Militar clássica¹⁶. O segundo tipo de História Naval foi chamado por ambos de História Naval Auxiliar¹⁷, consistindo de estudos que tratam primariamente de assuntos técnicos envolvendo a propulsão, direção de tiro e sensores, biografias de pessoas ligadas direta ou indiretamente com o campo naval, fabricação e gestão de assuntos técnico-navais. Normalmente os historiadores ligados a esse grupo aceitam passivamente o discurso da História Naval Central ou a ignoram completamente e não se preocupam com as questões políticas e operacionais. Trata-se assim de um campo super-especializado e restrito. Normalmente compõe-se de poucos especialistas¹⁸. Por fim o terceiro tipo de História Naval foi cunhado como História Naval Cognata¹⁹ que se distingue das duas anteriores, consistindo de trabalhos que abordam questões navais, no entanto a ênfase de suas pesquisas é centrada nos aspectos da ciência política, história econômica, história social, história cultural, história intelectual, história da ciência, antropologia histórica, história total, ou campos de estudos que abordam assuntos de sociologia, de direito, de estudos estratégicos, de segurança e defesa, de relações internacionais e ciência política e interdisciplinares. Os historiadores ou pesquisadores que se congregam nesse tipo não estão preocupados com assuntos relativos ao campo estritamente naval, mas sim ao papel que as marinhas exercem na política doméstica ou internacional, no ambiente marítimo e nos ambientes econômicos, sociais, culturais, intelectuais e científicos. Embora se apoiem nos pressupostos estabelecidos na História Naval Central, se afastam das questões provenientes da História Naval Auxiliar e normalmente utilizam métodos provenientes de outros campos do conhecimento²⁰ como por exemplo da sociologia, da economia, do direito, da ciência política, teoria da estratégia ou mesmo da antropologia.

Embora esses três tipos sejam perfeitamente definidos, poderão existir trabalhos que transitem entre dois ou mesmo três tipos de História Naval, o Central, o Auxiliar e o Cognato, inclusive sendo esses tipos os mais comuns. Vale notar, todavia, que haverá prevalência de um dos três tipos, identificado na ênfase do texto apresentado.

16 SUMIDA, Jon; ROSENBERG, David Alan. *Machines, Men, Manufacturing, Management and Money: The Study of Navies as Complex Organizations and the Transformation of 20th Century Naval History*. In: HATTENDORF, John. *Doing Naval History. Essays towards improvement*. Newport: Naval War College Press, 1995, p. 26.

17 Sumida e Rosenberg chamaram esse tipo de Ancillary Naval History, traduzido pelo autor como História Naval Auxiliar.

18 Idem.

19 Sumida e Rosenberg chamaram esse tipo de Cognate Naval History, traduzido pelo autor como História Naval Cognata.

20 Ibidem, p. 28.

Tendo em vista essa discussão teórica, de que maneira a historiografia naval brasileira evoluiu no final do século XIX e quais os principais historiadores navais brasileiros que tiveram primazia na condução desse campo nesse período ?

A HISTORIOGRAFIA NAVAL BRASILEIRA NO SÉCULO XIX.

Uma característica marcante da historiografia naval brasileira no final do século XIX, a partir de 1870, foi a predominância de oficiais de marinha como disseminadores da História Naval do Brasil e a total ausência de estudos navais por pesquisadores provenientes do meio civil. Além disso, a escrita da história no período seguia as características da história narrativa enaltecida de heróis, com ênfase nos aspectos militares navais e na chamada história-batalha, uma tendência comum ao final do século XIX. A disseminação da História Naval se limitava às escolas geridas pela Marinha de Guerra, em especial as Escolas de Aprendizes-marinheiros e a Escola Naval que formava os futuros oficiais de marinha. Uma grande ênfase era dada aos feitos navais nacionais durante a Guerra do Paraguai e a afirmação da nacionalidade brasileira no qual a Marinha de Guerra teve destacado papel, segundo suas concepções. Esse tipo de história narrada nesse período inclui-se como uma típica História Naval Central.

Um dos mais destacados historiadores navais do período foi o Comandante Manuel Pereira Pinto Bravo. Nascido em 1849, Pinto Bravo combateu como guarda-marinha na Guerra do Paraguai, tendo recebido diversas condecorações durante sua carreira na Marinha de Guerra. Seu contato com a História Naval ocorreu durante a viagem de instrução da turma de guardas-marinhas de 1873 a bordo da corveta *Niterói*. Naquela oportunidade Pinto Bravo foi designado professor de História e Tática Navais. Em sua preparação para essa função docente Pinto Bravo resolveu escrever um compêndio, que depois se transformaria no livro texto *Curso de História Naval* publicado em 1878. Suas fontes para a escrituração do livro foram todas secundárias. Seus principais autores foram M. Tenac com *Histoire Generale de la Marine, comprenant les decouvertes et colonisations, Histoire des Pirates, Corsairs et Negriers* em quatro volumes, edição de 1850, Eugene Sue com *Histoire de la Marine Française* de 1835, L. Guerin com *Histoire de la Marine Contemporaine de France depuis 1784* de 1855, O Troude com *Batailles Navales de la France* em quatro volumes de 1867 e Jurien de la Gravière com *Guerres maritimes sous la Republique et L'Empire*. Percebe-se por essa relação um predomínio maciço de bibliografia francesa. Para José Honório Rodrigues essa visão afrancesada

não seria à primeira vista a mais indicada, no entanto um exame mais cuidadoso “sobre as causas de resultados particulares e as relações mútuas dos acontecimentos...a preferência de Pinto Bravo não enfraquece sua exposição”,²¹ complementou o historiador brasileiro. Outros autores que Pinto Bravo muito admirava eram Guizot e Alexandre Herculano, daí sua narrativa ser doutoral e grandiosa, seguindo a tendência desses dois intelectuais.

Quanto aos autores brasileiros Pinto Bravo se baseou em Pereira da Silva com o seu *Segundo Período de Reinado de Dom Pedro I* de 1871 e Ladislau Santos Titara com *Memórias do Grande Exército Aliado, Libertador do Sul da América na Guerra de 1851-1852 contra o Tirano do Prata* de 1852. Para José Honório Rodrigues a bibliografia brasileira por ele escolhida era fraca, “magra, sem método, sem documentos, sem indicação de fontes...parcas e limitadas”.²² Em que pese essas limitações metodológicas e bibliográficas, essa obra de Pinto Bravo se distinguiu no período como paradigmática, pois como disse Honório Rodrigues “era a primeira vez no Brasil que se pensava em poder naval e se procurava ligar as conexões entre o poder político e a força naval.”²³

Pinto Bravo dividiu seu livro em 23 lições que corresponderam a 23 capítulos, compostos de dois grandes blocos temáticos. No primeiro bloco foram discutidos os sucessos da marinha militar, os seus elementos, as lutas, as fases que perpassaram os séculos. O segundo bloco abordou a história da navegação, com as viagens célebres, os navegadores conhecidos, seus triunfos e fracassos²⁴.

A organização capitular de Pinto Bravo abarcou o período da Marinha de Remos com seis lições, iniciando nos egípcios e fenícios e terminando no século XVI em Lepanto. O segundo período incluiu a Marinha de Vela com o início nos holandeses do século XVI e terminando em Navarino com um total de mais oito lições. O terceiro período iniciou-se na Guerra da Criméia e terminou na Guerra do Paraguai que estava ainda muito viva em sua memória. A esse período Pinto Bravo chamou de Marinha a Vapor com um total de nove lições, sendo que as cinco últimas lições discutem a História Naval brasileira.

Uma característica interessante é que Pinto Bravo discutiu aspectos táticos das batalhas navais desde a Antiguidade, mesclando-as com as inovações técnicas navais no armamento, proteção, construção naval e sensores até o confronto no Paraguai. Para ele a história da marinha militar devia

21 BRAVO, Manuel Pinto. *Curso de História Naval*. 2.ed. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1959, p. 4..

22 Ibidem, p. 5.

23 Ibidem, p. 4.

24 Esse segundo bloco foi publicado em 1884 com o título de *Curso de História Naval.Segunda parte, História da Navegação*. Rio de Janeiro: Typographia e Litographia Lombaerts.

ser estudada em relação ao emprego e evoluções da tática naval em seus diferentes períodos. Sua preocupação foi tornar seu livro “conciso, claro e sobretudo metódico”.²⁵ A História Naval para ele mostrava exemplos e lições que ilustrariam os conhecimentos profissionais dos futuros oficiais de marinha, seu principal objeto de preocupação.

Apesar de evidentes fragilidades metodológicas, o livro de Pinto Bravo continua a ser um clássico na historiografia naval brasileira no século XIX e por isso ele tornou-se uma das principais figuras desse campo no Brasil, segundo opinião de José Honório Rodrigues.²⁶ Para esse historiador do século XX “a historiografia de Pinto Bravo...é uma lição atual, viva, presente, das relações entre os quadros coletivos da história com as exigências e tendências do poder e da luta pela vida ou pela liberdade”.²⁷

O segundo historiador naval que se sobressaiu no século XIX foi Theotônio Meirelles da Silva (1829-1887), oficial reformado da Armada Imperial que lançou em 1884 o livro *História Naval Brasileira*. Uma grande diferença caracterizou sua obra em relação a Pinto Bravo. Sua ênfase exclusiva na História Naval do Brasil, sem procurar correlacioná-la com a História Naval Internacional, embora no prólogo tenha feito uma discussão interessante sobre a construção naval, a artilharia primitiva, a história da navegação e seus instrumentos até o ano de 1822 quando iniciou a narrativa histórica da Marinha Imperial.

Theotônio em sua introdução agradeceu ao Conde D’Eu o incentivo na escrituração de uma história da Marinha de Guerra do Brasil e o apoio do Ministro da Marinha de 1881, Conselheiro Lima Duarte, em lhe determinar a missão de organizar os apontamentos para a escrituração de uma história completa da Marinha Imperial. Disse Theotônio ao ministro que procuraria narrar “com simplicidade os diversos feitos e acontecimentos, e fazê-lo com clareza tal que pudessem ser compreendidos por todos que o lessem”.²⁸ Theotônio organizou os documentos primários a partir de 1822 até o fim da campanha do Paraguai em 1870. Por falta de verbas do governo imperial, o projeto do livro ficou sustado por cerca de três anos, quando o editor B. L. Garnier o fez publicar por suas expensas como um livro texto das escolas da Marinha Imperial em 1884. Nesse mesmo ano o livro foi submetido a avaliação do Conselheiro Olegário Herculano de Aquino e Castro, Vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) que comentou que Theotônio relatou “com

25 Ibidem, p. 11.

26 Ibidem, p. 6.

27 Ibidem, p. 7.

28 DA SILVA, Theotônio Meirelles. *Historia Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Garnier, 1884, p. viii.

precisão e verdade o trabalho que acaba de compor, interessante ainda por compreender a publicação de documentos autênticos e curiosas informações de reconhecida importância para a história”.²⁹ Olegário Herculano continuou em seu parecer apontando que o trabalho de Theotonio, conquanto não possa ser considerado como a história completa da Marinha de Guerra brasileira, em razão do “vasto campo de investigação e de estudo”³⁰ o autor utilizou judiciosa crítica imparcial, “não só narrando com escrupulosa fidelidade os factos ocorridos”³¹ mas explicando as causas e os efeitos dos sucessos relatados ou a influência que exerceram sobre a vida social de então. Assim Olegário considerou a obra de Theotonio como de grande utilidade e digna de apreço.

A obra foi dividida em 22 capítulos iniciando com a vinda da Família Real para o Brasil em 1808, passando pelas lutas de independência, as revoltas regionais e o papel da Marinha nessas lutas, a guerra da Cisplatina, o reinado de Pedro I, a maioridade de Pedro II, a guerra contra Rosas, e a partir do capítulo dez Theotonio debruçou-se sobre a Guerra do Paraguai que ocupou o restante da obra com um total de mais 12 capítulos.

Pela leitura e análise do texto de Theotonio pode-se perceber uma preocupação do autor com a exatidão das datas e fatos e a ênfase na demonstração das fontes primárias pesquisadas, embora ele não as tenha referenciado, fato comum ao final do século XIX em que ainda inexistia a preocupação com a referência das fontes. Seu estilo foi menos grandioso que Pinto Bravo, no entanto persistiu a necessidade de exaltar os feitos heróicos navais da Armada Imperial. Outra preocupação de Theotonio foi o detalhamento dos fatos históricos, principalmente os fatos ocorridos na Guerra do Paraguai. Trata-se assim de uma obra importante de História Naval que serviu de referência para as obras posteriores que surgiriam no século XX. Pode-se dessa maneira correlacionar Pinto Bravo como o ‘pai da história naval brasileira’ e Theotonio como ‘o pai da história crítica naval brasileira’.

Um terceiro historiador naval destacado do século XIX foi o Comandante José Garcez Palha (1850-1898), membro do IHGB e professor catedrático de história da Escola Naval. Seu livro *Ephemerides Navaes ou Resumo dos Factos mais Importantes da Historia Naval Brasileira* publicado em 1891 distinguiu-se dos de Pinto Bravo e de Theotonio por ser um resumo de fatos navais brasileiros indicados por cada dia do ano a partir de 1 de janeiro de 1822 até 31 de dezembro de 1890. Garcez Palha ofereceu sua obra ao Almirante Conselheiro Elisiário José Barbosa, herói da

29 Ibidem, p. xiii.

30 Ibidem, p. xiv.

31 Idem.

Guerra do Paraguai. Disse Garcez Palha no prefácio que Elisiário era o “oficial que traz consigo a legítima condecoração de guerra, essa distinção horrível que concentra nos campeões que affrontam a morte e sobrevivem, o respeito e a gratidão que se tributa aos que perecem na luta vítimas da honra e do dever”.³²

Esse livro de efemérides foi escrito para facilitar a consulta dos alunos da Escola Naval e por seu próprio estilo discursivo, fugiu da narração contínua como os anteriores analisados. Pode-se perceber uma preocupação de Garcez Palha com datas e fatos por ordem cronológica diária e mensal na qual se incluía o feito naval em ordem anual a partir de 1822 até 1891. Trata-se assim de um livro de referência de História Naval para os interessados em manter um calendário de atividades navais.

Com o advento do novo século XX houve um avanço na historiografia naval brasileira com novos e importantes historiadores, embora persistisse a presença de oficiais de marinha como pesquisadores e autores de textos históricos. Novas abordagens e enfoques surgiram a partir de interessantes pesquisas. É o que será discutido no próximo item.

A HISTORIOGRAFIA NAVAL BRASILEIRA NO SÉCULO XX.

No século XX a historiografia naval brasileira teve maior vigor, no entanto ela ficou, como no século anterior, atrelada aos círculos navais, demonstrando uma endogenia que a fez ficar restrita as escolas de formação e altos-estudos da Marinha. Os próprios pesquisadores desse período foram exclusivamente oficiais de marinha, como o foram no século XIX, que iniciavam na profissão regularmente e em algum momento da carreira guinavam para o estudo da história. Essa tendência prevaleceu até o início dos anos 90 do século XX.

A historiografia naval desse período caracterizou-se por textos narrativos descritivos, com ênfase exclusivamente nos aspectos políticos e militares dos eventos com pouca discussão teórica. A esses historiadores cabia a reafirmação da tradição e o culto aos heróis do passado da Marinha, sendo os seus textos marcadamente apologéticos. Isso não significa dizer que seus artigos ou livros tenham sido herméticos, mal escritos ou mal pesquisados, muito pelo contrário. A erudição e o bom português prevaleceram nessa fase e a pesquisa documental foi realizada com muito critério e detalhamento. A maneira como essa documentação foi lida e interpretada é que marcou o tom apologético desses

32 PALHA, Garcez José. *Ephemerides Navaes ou Resumo dos Factos mais importantes da História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Noticias, 1891, p.1.

historiadores navais. Outro fator que marcou essa geração foi a despreocupação com a referência das fontes pesquisadas, o que dificultou a comprovação posterior de outros pesquisadores do que foi escrito por aquele historiador. Essa tendência de “não demonstrar” as fontes seguiu uma tendência natural de historiadores não ligados a academia, o que foi o caso daqueles pesquisadores. Muitas das fontes indicadas por esses historiadores não são fáceis de serem localizadas, o que tem dificultado muito a crítica documental de jovens historiadores profissionais modernos ligados a universidade nos dias atuais. Apesar de todas essas limitações teórico-metodológicas, esse grupo de oficiais historiadores navais manteve viva a historiografia naval brasileira, com novas pesquisas e investigações, publicando artigos, panfletos e livros em uma demonstração de vitalidade editorial e intelectual.

O almirante Henrique Boiteux (1862-1945) foi um dos mais destacados historiadores navais dessa primeira metade do século XX. Graduou-se pela Escola Naval ainda no período imperial em 1883, começando a publicar textos de história naval quando ainda se encontrava na atividade. Transferiu-se para a reserva da Marinha em 1921. Foi diretor da Biblioteca, do Museu e do Arquivo da Marinha, ocasião em que organizou o catálogo geral da Biblioteca da Marinha com um inventário minucioso das obras que compunham aquele acervo. Originário de Santa Catarina, que representou como deputado constituinte de 1891, foi membro do Instituto Histórico e Geográfico de seu estado e da Academia Catarinense de Letras e nos anos 30 foi um dos sócios fundadores do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB). Henrique Boiteux se especializou em trabalhos biográficos. Em 1915 publicou a série *Nossos Almirantes* no qual descreveu a vida de 137 militares da Marinha que atingiram o posto de almirante em nove volumes, além disso, publicou também o livro *Santa Catarina na Marinha* no qual apontou 27 personalidades ligadas a Marinha provenientes de Santa Catarina. Publicou ainda as biografias do comandante Henrique Antonio Baptista e do chefe de esquadra José Maria Dantas de Andrade. Em 1929 escreveu um estudo bem interessante sobre o naufrágio do navio-escola *Almirante Barroso* ocorrido em 1893.

Uma de suas obras mais marcantes foi a *O Almirante Marquês de Tamandaré um Indigite Brasiliense*, de 1943. Essa foi a principal biografia de Joaquim Marques Lisboa, o Marquês de Tamandaré até aquele momento escrita. Embora se caracterize pelo tom apologético e enaltecedor, essa obra de Henrique Boiteux é ainda importante para aqueles que se debruçam na vida de Tamandaré. O próprio título escolhido por ele para escrever a vida de seu personagem é emblemático. Um indigite brasiliense, isto é, um herói brasileiro. Disse ele enaltecendo Tamandaré:

Assim foi ele; nunca abaixou a cerviz; por isso no fim de sua luminosa carreira quiseram alguns políticos despeitados lançar-lhe nuvens de fumo, porém o vento da verdade não conseguiu tirar-lhe o brilho que cada vez mais há de entrar como setas na consciência nacional para considerá-lo como um *indigite do Brasil*³³.

Não à toa pode-se apontar Boiteux como o ‘pai da biografia naval brasileira’ pois seus trabalhos biográficos foram e são fundamentais para quem pesquisa História Naval no Brasil.

Seu irmão Lucas Alexandre Boiteux (1881-1966), também foi oficial de marinha e historiador naval. Detentor de uma obra vasta Lucas foi membro da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, da Academia Catarinense de Letras, do IHGB e fundador, como seu irmão do IGHMB. Dentre os seus livros de História Naval brasileira destacam-se *Escola Naval (seu histórico) 1761-1937* que foi publicado em 1940 pela antiga Imprensa Naval e uma referência fundamental para quem pesquisa a educação militar naval no Império português e no Brasil. Outro livro interessante escrito por Lucas foi *Façanhas de João das Botas (Marinheiro da independência)* sobre João das Botas, marujo que se bateu à frente de pequenas embarcações na Bahia contra as forças portuguesas que lá se encontravam durante a Guerra da Independência do Brasil. Em 1930 Lucas Boiteux publicou *Tática nas Campanhas Navaes Nacionais* pela Editora Melhoramentos no qual incursionou nos meandros da tática naval durante as diferentes campanhas da Marinha. Lucas era um especialista na História Naval brasileira do Império escrevendo livros fundamentais como por exemplo *A Marinha Imperial na Revolução Farroupilha* de 1935 e *A Marinha Imperial versus Cabanagem* de 1943, além do clássico *A Marinha Imperial e outros Ensaios* publicado em 1954 pela Imprensa Naval, no qual percorreu a trajetória da Marinha Imperial desde a independência, passando pela Cisplatina, pela Guerra do Paraguai e os chamados por ele de “outros ensaios” isto é textos avulsos sobre Arturo Prat, sobre quatro almirantes da Grande Guerra e duas traduções sobre coisas do mar. Seu modo de escrever a História Naval brasileira pode ser bem representado pela ligeira nota a título de prólogo da *A Marinha Imperial e outros Ensaios* no qual afirmou “ontem como hoje, na atividade ou reformado, foi sempre meu hábito tomar de minha canhestra pena, como ainda agora o faço para exaltar a nossa Marinha, lembrando seus gloriosos feitos e seus grandes vultos, no propósito de incentivar o culto à

33 BOITEUX, Henrique. *O Almirante Marquês de Tamandaré. Um Indigite Brasiliense*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1943, p. 193.

tradição no seio das gerações que repontam”.³⁴

Outro oficial de marinha historiador nascido no mesmo ano que Lucas Boiteux, 1881, foi Dídio Iratim Affonso da Costa. Graduando-se pela Escola Naval em 1899, Dídio Costa dedicou-se em especial a biografia, da mesma maneira como Henrique Boiteux. Foi juntamente com os irmãos Boiteux membro fundador do IGHMB em 1936. Dentre os seus trabalhos biográficos destacaram-se *Marcílio Dias: imperial marinheiro* com diversas reedições, sendo a última de 1959 quando o autor já havia falecido. Outro trabalho biográfico de Dídio Costa foi a biografia do polêmico Luiz Philipe de Saldanha da Gama publicada em 1944 pelo recém-inaugurado Serviço de Documentação Geral da Marinha (SDGM), levando o título de *Saldanha: Almirante Luiz Philipe Saldanha da Gama*. Personagem carismático, Saldanha da Gama participou ativamente da Revolta da Armada e depois da Revolução Federalista no Rio Grande do Sul. Nessa revolta Saldanha acabou morrendo em Campo Ozório. Trata-se assim de um livro importante para quem pesquisa a Marinha Imperial nos seus últimos anos e a Republicana nos seus primeiros tempos. Outra obra fundamental de Dídio Costa foi *Noronha: Almirante Julio César de Noronha* de 1944 publicado pela Imprensa Naval. Nesse estudo Dídio descreveu a vida de Júlio de Noronha, ministro da marinha de Rodrigues Alves e formulador de um programa de construção naval que acabou modificado pelo seu sucessor Alexandrino Faria de Alencar. Júlio de Noronha, inclusive, foi um dos membros da família Noronha que teve inúmeros membros na Marinha desde o Império. Dídio apresentou uma árvore genealógica da família Noronha com seus diversos componentes indicando aqueles que seguiram a vida naval. Esse livro é um interessante repositório da História Naval no início do século XX. Por fim, Dídio Costa escreveu uma breve biografia sobre Joaquim Marques Lisboa em 1942 que levou o título de *Tamandaré: Almirante Joaquim Marques Lisboa*. Trata-se de um pequeno trabalho republicado em 1946 pelo SDGM e em 1953 pela Imprensa Naval.

Dídio Costa, além dos livros apontados, publicou diversos artigos, estudos e folhetos sobre temas navais e sem dúvida figura entre os mais destacados historiadores navais do século XX.

Outro influente historiador desse período foi o almirante João do Prado Maia. Nascido em 1897, Prado Maia fez uma fulgurante carreira na Marinha começando como aprendiz-marinheiro em 1911, passando a sargento logo depois da Grande Guerra e chegando ao oficialato em 1938. Em 1946 foi aprovado em concurso de títulos e provas para ser catedrático de português na Escola Naval

34 BOITEUX, Lucas Alexandre. *A Marinha Imperial e outros Ensaios*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1954, p. v.

no quadro do magistério militar, ascendendo a oficial superior e dez anos depois a contra-almirante, reformando-se como vice-almirante. Professor extremamente erudito, Prado Maia foi também historiador, escritor, filólogo e poeta. Além da Escola Naval foi professor concursado dos Colégios São Bento e Pedro II. Foi membro da Sociedade Brasileira de Geografia e do IGHMB como os seus colegas Henrique e Lucas Boiteux e Dídio Costa.

Prado Maia publicou obras importantes de História Naval tais como *Através da História Naval brasileira* de 1936 pela Editora Nacional e *Quatro Séculos de Lutas na Baía do Rio de Janeiro* publicado pelo SDGM em 1981. Dois livros, no entanto, merecem destaques especiais. O primeiro, de 1961, recebeu o título de *D.N.O G (Divisão Naval em Operações de Guerra) 1914-1918: uma página esquecida da história da Marinha Brasileira*, publicado pelo SDGM. Nele Prado Maia descreveu a epopéia que foi o envio de uma divisão naval brasileira para operar com os ingleses nas perigosas águas do Atlântico africano no ano de 1918. Esse livro tem a qualidade de descrever com detalhes a aventura de se enviar oito navios para lutar contra os submarinos alemães no mar e de se enfrentar a gripe espanhola em Dakar. Prado Maia teve a vantagem de escrever algo pelo qual passou, já que foi componente da DNOG como cabo torpedista em um dos navios da divisão. Relatos impressionantes, mesclados com informações arquivísticas inéditas, transformaram seu livro em um clássico sobre a participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial e referência para quem pesquisa esse tema que, diga-se de passagem, ainda é muito negligenciado pelos historiadores navais brasileiros. O segundo trabalho destacado de Prado Maia é de 1965 publicado pela Editora José Olympio do Rio de Janeiro, levando o título de *A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império (tentativa de reconstituição histórica)*. Esse livro destaca-se pela qualidade do texto e pela tentativa, acertada segundo minha visão, de discutir a história da Marinha de Guerra desde os seus primórdios até a proclamação da República de um modo integral e objetivo. Além de uma extensa bibliografia, Prado Maia procurou enaltecer as ações da Marinha, como aliás era comum entre os historiadores navais de sua geração. Trata-se assim de um texto fundamental para quem quiser entender os caminhos que a Marinha trilhou até a República. Como afirmou o autor, o propósito de seu trabalho foi “mostrar aos brasileiros, num rápido vol d’oiseau a trajetória serena, o evoluir permanente, o trabalho silencioso, mas eficaz de sua Marinha de Guerra”.³⁵

Arthur Oscar Saldanha da Gama foi outro historiador naval que se destacou por dois livros

35 MAIA, João do Prado. *A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império (uma tentativa de reconstituição histórica)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965, p. 332.

que marcaram a historiografia naval brasileira, *A Marinha do Brasil na Primeira Guerra Mundial* e *A Marinha do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Esses livros foram escritos baseados em pesquisas arquivísticas nos EUA, Alemanha e Brasil e resultaram em um texto detalhado e sólido.

Arthur Oscar nasceu em 1909 e se graduou pela Escola Naval em 1930, tendo realizado uma carreira de sucesso na atividade. Durante a Segunda Guerra Mundial comandou um caça-submarino em operações de escolta de comboios, o que lhe facilitou a objetividade na busca por fontes primárias, por ter sido participante da contenda que envolveu o Brasil entre 1942 e 1945. Em 1959 transferiu-se para a reserva e passou a se dedicar à história e à literatura. Foi membro destacado do IGHMB, tendo sido eleito Vice-Presidente desse instituto. Seus dois livros destacam-se não só pelo detalhamento da pesquisa como também pela preocupação com as referências, indicando onde elas foram obtidas, em uma nítida mudança em relação aos seus antecessores que pouco se preocupavam com esse detalhe. O *A Marinha do Brasil na Primeira Guerra Mundial* é um livro único em razão da natureza do assunto discutido. Pouco se tem escrito sobre a participação da Marinha do Brasil na Grande Guerra, assim essa obra merece ter grande relevância. Quanto *A Marinha do Brasil na Segunda Guerra Mundial* a obra obedece uma estrutura que não segue a cronologia tradicional, preferindo Arthur Oscar os capítulos temáticos como por exemplo ‘a declaração de guerra’, seguido de ‘a guerra anti-submarino’, ‘forças em confronto’, ‘a espionagem e a contra-espionagem’, ‘a marinha mercante’, ‘a ofensiva’, ‘os naufrágios’, ‘comboios e custo da guerra’ e ‘o fim da guerra’. Os dados estatísticos de perdas e custos da guerra coligidos por Arthur Oscar podem ser considerados como referência para quem quiser se inserir no tema.

Outro historiador naval que ainda se encontra em atividade é o almirante Hélio Leôncio Martins. Nascido em 1915 Leôncio graduou-se pela Escola Naval em primeiro lugar em 1935. Como Arthur Oscar dedicou-se a Marinha integralmente até a sua transferência para a reserva em 1963, tendo inclusive comandado, como Arthur Oscar, um caça-submarino durante a Segunda Guerra Mundial, quando então passou a se interessar pela História Naval brasileira. Membro do IHGB e do IGHMB Leôncio escreveu livros fundamentais sobre a Marinha destacando-se *A Marinha Pitoresca*, *Abrindo estradas no mar: hidrografia da costa brasileira no século XIX*, *Almirante Lorde Cochrane: uma figura polêmica*, *Estórias navais brasileiras*, *A Revolta da Armada* e *Revolta dos Marinheiros*. Esses dois últimos livros são referências básicas para quem deseja incursionar nos meandros da Revolta da Armada de 1893 e na chamada Revolta da Chibata de 1910 que Leôncio habilmente intitulou

Revolta dos Marinheiros. Nesse último Leôncio sustentou que essa revolta exige um tratamento bastante delicado, em razão das deformações sofridas e dos debates que ela tem provocado até hoje na historiografia. Ela deve ser analisada em todos os seus aspectos com isenção e veracidade, em razão da escassez de documentação oficial, muitos relatórios tendo desaparecido dos arquivos. Se esses desaparecimentos foram ‘intencionais’ alega Leôncio como se ‘não tivessem acontecido’ configura fato grave, pois dificulta as conclusões finais das causas e conseqüências, muito mais do que apenas conhecer-se os fatos como se passaram.³⁶

O trabalho de Leôncio também inclui textos diversos para revistas científicas como a *Navigator*, a *Revista Marítima Brasileira*, *Revista do Clube Naval* e a *Revista do IGHMB*. Muitos são seus capítulos em livros abordando a História Naval como, por exemplo, *A Guerra no Mar* organizado por Armando Vidigal e Francisco Eduardo Alves de Almeida e na coleção *História Naval Brasileira* no qual é inclusive um dos seus organizadores. Leôncio é um pesquisador preocupado com as fontes e com as referências apontadas, embora não tenha formação acadêmica em história. Ele também incursionou no trabalho biográfico com uma interessante biografia de Lorde Cochrane e nas vidas de diversas mulheres destacadas em seu livro *Gloriosas Amantes* em uma explícita demonstração de admiração pelo sexo feminino.

Pode-se afirmar que Leôncio foi o mais importante historiador naval do final do século XX, ainda em atividade, sendo o mais produtivo e criativo pesquisador de sua geração e um marco para aqueles que ingressam no campo no início deste século XXI.

Outros pesquisadores se destacaram nesse período. Antonio Luiz Porto e Albuquerque foi durante muitos anos professor de História Naval na Escola Naval, além de detentor de uma obra vasta e diversificada não só em História Naval, mas em história e filosofia. Nascido em 1944 Porto graduou-se pela Escola Naval em 1964 e em história pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, tendo obtido o título de doutor em filosofia pela Universidade Gama Filho. Sendo um dos poucos com formação acadêmica em história, Porto preocupava-se com a formalidade, a teoria e o método em suas pesquisas. Autor do clássico livro *Fatos da História Naval* que durante muitos anos foi utilizado pela Escola Naval, Porto destacou-se como um profissional sofisticado e prolífico.

Max Justo Guedes foi mais um historiador marítimo do que naval dedicando-se a História da Navegação Marítima e a Cartografia Histórica. Como seus antecessores graduou-se pela Escola

36 MARTINS, Hélio Leôncio. *A Revolta dos marinheiros 1910*. Rio de Janeiro: SDGM, 1988, p. 10.

Naval em 1952. Dedicou-se por muitos anos a preservar o acervo documental e museológico da Marinha no qual exerceu por quase trinta anos o cargo de Diretor do Serviço de Documentação da Marinha (SDM). Foi junto com Hélio Leôncio Martins coordenador da série *História Naval Brasileira*. Membro destacado do IHGB e IGHMB além de outra dezena de institutos de pesquisa histórica, o almirante Max tornou-se uma referência mundial em sua área de estudos, a Cartografia Histórica.

Outros dois oficiais de marinha também se destacaram no século XX como estrategistas navais mais do que historiadores, contudo merecem destaque pelos estudos conduzidos. João Carlos Gonçalves Caminha e Armando Amorim Ferreira Vidigal foram os mais importantes pensadores navais no final do século e utilizaram a História Naval brasileira como instrumento de análise para suas reflexões político-estratégicas. Os livros *Delineamentos de Estratégia* de Caminha e *A Evolução do Pensamento Estratégico Naval Brasileiro* de Vidigal são marcos fundamentais para a historiografia naval brasileira, pois apontaram caminhos e alternativas para o poder naval nacional baseados, em estudos detalhados de história, e embora não sejam obras historiográficas, elas discutem o campo com propriedade e tirocínio.

Esses foram os principais historiadores navais brasileiros do século XX. Todos vieram da própria Marinha, sem formação acadêmica em história, excetuando Porto e por isso possuíam vieses políticos e militares, sem muita preocupação com o formalismo e o método, com honrosas exceções. Esses pesquisadores produziam em essência História Naval Central e secundariamente História Naval Auxiliar, segundo a tipologia de Sumida e Rosenberg. Como se encontra a historiografia naval no tempo presente e quais os grupos de pesquisa que discutem esse campo nos estudos históricos na atualidade ?

A HISTORIOGRAFIA NAVAL BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA.

O campo de estudos da História Naval na atualidade ainda é muito restrito no Brasil. Tem-se percebido a existência de quatro tipos de historiadores e grupos de pesquisas que conduzem trabalhos e escrevem sobre História Naval.

O primeiro grupo de pesquisadores e historiadores está ligado a Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM) sob a coordenação do Almirante Armando de Senna Bittencourt. Essa diretoria está subordinada a estrutura funcional da Marinha de Guerra e congrega

o Arquivo da Marinha, a Biblioteca da Marinha, o Museu Naval, o Espaço Cultural da Marinha, a Ilha Fiscal, o Navio-Museu Bauru, a Nau dos Descobrimentos, o Rebocador Laurindo Pitta, o Submarino Museu Riachuelo e o Setor de História Marítima. A ela também está subordinada um setor de publicações que se responsabiliza tanto pela diagramação, como pela divulgação e impressão de trabalhos ligados a área de arquivologia, história, biblioteconomia e museologia.

A DPHDM é uma evolução do antigo Serviço de Documentação da Marinha (SDM) que desde os anos 40 disseminou e publicou a série *Subsídios para a História Marítima Brasileira* e a única revista especializada em História Marítima no Brasil, a *Revista Navigator*, ainda em circulação e com avaliação pelo sistema QUALIS. Além dessas atividades o SDM publica a centenária *Revista Marítima Brasileira* cuja primeira edição data de 1851 e que ainda circula com uma tiragem de cerca de 8.000 exemplares a cada trimestre. Trata-se de uma importante revista de assuntos navais que inclui também artigos de História Naval. A extinção do SDM em 2009, absorvido pela DPHDM, ainda hoje provoca polêmicas. Alguns acreditam ter sido uma boa solução em razão da contenção de custos e da eficiência administrativa. Outros acreditam ter sido uma decisão equivocada, em razão do próprio prestígio do SDM no meio historiográfico brasileiro com uma “marca” conhecida e identificada. Outra alegação refere-se a dificuldade de se obter recursos humanos para a DPHDM, uma vez que a direção do SDM imputava determinado prestígio para o seu titular, permitindo uma aproximação entre esse oficial, geralmente um capitão-de-mar-e-guerra com todos os cursos da carreira e elegível para disputar o almirantado, o diretor da DPHDM, normalmente um oficial-general e a própria estrutura organizacional orçamentária da força. Com a extinção do SDM poucos são os oficiais “promovíveis” a almirante que se interessam em assumir o cargo de vice-diretor da DPHDM.

Uma grande iniciativa tomada pela Marinha foi qualificar seus historiadores navais, normalmente oficiais do Quadro Técnico concursados, para cursos de pós-graduação tipo de especialização, mestrado e doutorado. Com isso a DPHDM conseguiu mobiliar seu plantel de pesquisadores com jovens oficiais de muito bom nível técnico e acadêmico. Esse grupo de jovens tem a facilidade de pesquisar no Arquivo da Marinha com uma boa organização documental englobando boletins de pessoal e administrativos, almanaques de corpos e quadros desde o século XIX, relatórios de ministros da marinha e comandantes diversos desde o período imperial, papéis pessoais de personalidades navais, livros de estabelecimento e de navios, róis de equipagens, além de fotos históricas, vídeos e filmes. Os oficiais da DPHDM têm acesso também à Biblioteca da Marinha que

possui um acervo especializado de História Naval que é composto de 63.000 volumes entre livros, folhetos, periódicos e mapas. A seção de mapoteca, em especial, possui coleções de cartas náuticas (manuscritas e impressas) e preciosa coleção de atlas históricos que remontam ao século XVI. Muito do obtido deveu-se a pertinácia e ousadia do Almirante Max Justo Guedes, especialista brasileiro em Cartografia Histórica.

Na atualidade, o setor de História Marítima da DPHDM, que em verdade foi criado ainda em 1937 antes mesmo da fundação do SDGM em 1943, conduz pesquisas orientadas para a confecção da *Revista Navigator* com duas tiragens por ano de 1000 exemplares cada uma e coordena a edição dos volumes e tomos da coleção *História Naval Brasileira* que já possui 10 volumes e tomos publicados³⁷. Essa coleção é uma boa fonte de referências para os pesquisadores que se interessam pela História Marítima, pois são baseadas em farta documentação primária da própria Marinha de Guerra. Outro trabalho conduzido por esse setor foi a publicação do livro *Introdução à História Marítima Brasileira* que tinha o propósito de servir como um dos livros-texto de história para as Escolas de Aprendizes-Marinheiros em 2006.

Estudos históricos específicos sobre organizações militares e navios da Marinha e de personalidades navais relevantes, também são conduzidos por esse setor, além de manter contatos com institutos históricos diversos no Brasil e exterior, trocando experiências, estudos e patrocinando congressos e conferências.

Esse primeiro grupo de historiadores navais ligados a DPHDM publica em essência História Naval Central, com alguns trabalhos ligados a engenharia naval e biografias inseridas no campo da História Naval Auxiliar. Esse grupo tem como característica principal, embora não exclusiva, a de formular a “história oficial” da Marinha de Guerra.

37 Os volumes e tomos seguem a seguinte seqüência: Volume I Tomo I – A arte de navegar na época dos Grandes descobrimentos, a navegação a vela no litoral brasileiro, as primeiras expedições de reconhecimento da costa brasileira, Cristóvão Jaques e as armadas guarda-costas; Volume I Tomo II – A viagem de Martin Afonso de Souza, a França Antártica, incursões de corsários e piratas na costa do Brasil, a França Equinocial, ações navais contra os estrangeiros na Amazônia 1616-1633; Volume II Tomo I A – As guerras holandesas no mar: do ataque à Bahia em 1624 a expedição de Hendrick Brouwer ao Chile (1643-1644); Volume II Tomo I B – As guerras holandesas no mar: a restauração de Angola e a guerra anglo-holandesa; Volume II Tomo II – A expedição de Silva Pais e o Rio Grande de São Pedro, segurança da navegação nos séculos XVI-XVIII, tentativas espanholas de domínio do Sul do Brasil, restauração do Rio Grande e entrega da Colônia de Sacramento (1774-1777), transmigração da Família Real para o Brasil, a conquista de Caiena, a Marinha e a Revolução Pernambucana de 1817; Volume III, Tomo I – A evolução administrativa do Ministério da Marinha no Império, organização do pessoal da Marinha Imperial, a criação da Marinha Imperial, a ação da Marinha nas Guerras de Independência, a ação da Marinha na Confederação do Equador e a campanha naval na Guerra da Cisplatina; Volume IV – A marinha imperial de 1870 a 1889; Volume V, Tomo I A – Revolta da Armada e Federalista; Volume V, Tomo I B – A estrutura administrativa do ministério da Marinha na República, a Revolta dos marinheiros, comissões de destaque, sinistros marítimos, a Marinha na Primeira Guerra Mundial, os primeiros anos da Marinha republicana; Volume V, Tomo II – A marinha no período entre guerras, a Marinha na Segunda Guerra Mundial, o pós-guerra e o futuro. Faltam ainda um tomo referente a Marinha nas revoltas regenciais e outro tomo sobre a Marinha na Guerra do Paraguai.

O segundo grupo de pesquisadores em História Naval faz parte do IGHMB, cujo principal expoente é o Almirante Hélio Leôncio Martins. Esse instituto foi criado em 1936 por um grupo de oficiais do Exército e da Marinha sob a coordenação de Severino Sombra de Albuquerque no Clube Militar sob o nome de Sociedade Militar Brasileira de História e Geografia. Dois anos depois seu nome foi mudado para o atual. Esse instituto tem o propósito de promover estudos de Geografia e História Militar no país, bem como “cultuar” os vultos e fatos “gloriosos da História Pátria”.³⁸ Fizeram parte do primeiro plantel do IGHMB nomes destacados da História Militar brasileira tais como Tasso Fragoso, Raul Tavares, Cândido Mariano Rondon, Danton Garrastazu Teixeira, Valentim Benício da Silva, Jonatas de Moraes Correia, Jose de Lima Figueiredo, Pedro Cordolino de Azevedo e Genserico de Vasconcelos. Outros nomes importantes viriam a se afiliar ao IGHMB tais como Affonso de Carvalho, Francisco de Paula Cidade, Humberto de Alencar Castelo Branco, Aurélio de Lyra Tavares, J. B. Magalhães, Mário Travassos, Nelson Werneck Sodré, Gustavo Barroso, Afonso Taunay, Pedro Calmon, Américo Jacobina Lacombe, Gilberto Freyre, Vicente Tapajós, Arno Wehling, Celso Pires, Aureliano Pinto de Moura, Marcos Sanches, Paulo André Leira Parente, Rolph Cabeceiras, Luiz de Alencar Araripe, Francisco Doratioto e André Corvisier. Embora não seja um instituto voltado para a História Naval, muitos historiadores navais se agregaram a ele. Dentre eles, como discutido, avultaram Henrique e Lucas Boiteux, Dídio Costa, João do Prado Maia, Arthur Oscar Saldanha da Gama, Juvenal Greenhalgh, Antonio Luiz Porto e Albuquerque, Max Justo Guedes, Armando de Senna Bittencourt, Guilherme de Andréa Frota, Leo da Fonseca e Silva, Armando Ferreira Vidigal e Helio Leôncio Martins.

Os seus associados, militares e civis, assumem cadeiras fixas numeradas (de 1 a 120) a exemplo de institutos congêneres no Brasil e no exterior. A escolha de seus membros se dá por proposta de um dos sócios no qual são analisados os currículos em relação a publicações no campo da História, em especial na História Militar e por votação direta de seus membros após a análise curricular. Atualmente o IGHMB localiza-se na Casa Histórica de Deodoro na Praça da República no centro da cidade do Rio de Janeiro. Embora seja uma entidade civil independente, sem fins lucrativos, encontra-se ligado ao Exército, não fazendo parte da estrutura organizacional dessa força.

Atualmente conta com um grupo de historiadores navais ligados a DPHDM, a universidade e a Escola de Guerra Naval. Sua composição é mista englobando historiadores com e sem formação

³⁸ Editorial. *Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil*. v.66, n. 93, Rio de Janeiro: IGHMB, 2006, p. 3.

acadêmica. Suas atividades incluem participação de seus membros em seminários, palestras, congressos e conferências. Conduz também o primeiro curso de especialização *lato sensu* em História Militar em colaboração com a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, sob a coordenação do professor Paulo André Leira Parente e Luiz Carlos Carneiro de Paula, sob o patrocínio do Exército brasileiro. São ministrados, da mesma forma, cursos à distância de História Militar em parceria com a UNISUL. Existem módulos envolvendo a História Naval nesses dois cursos. O IGHMB coopera igualmente com estabelecimentos de ensino das Forças Armadas fornecendo professores e palestrantes no campo da História Militar e Naval.

O IGHMB publica periodicamente desde 1941 uma revista, a *Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil* que obteve uma avaliação razoável pelo sistema QUALIS com artigos de autores nacionais e internacionais. O instituto é uma associação civil de caráter cultural e científico, órgão consultivo de História Militar reconhecido pelo Governo Federal desde 1949, sem fins econômicos e de utilidade pública filiado à Comissão Internacional de História Militar.

Esse segundo grupo de historiadores navais ligados ao IGHMB tem publicado em essência História Naval Central, com alguns trabalhos biográficos inseridas no campo da História Naval Auxiliar. Esse plantel tem como característica principal as funções de docência em diversos cursos e simpósios e de pesquisa em atividades pontuais e determinadas.

O terceiro grupo de pesquisadores navais se localiza na Escola de Guerra Naval (EGN). Em 2006 foi instituído um convênio entre o Ministério da Defesa e o Ministério da Educação chamado de Pró-Defesa I. Esse convênio tinha como propósito preparar pesquisadores militares com titulações na área acadêmica por meio de cursos de pós-graduação *stritu senso* no nível de mestrado e doutorado. Assim a EGN indicou militares que se submeteram a avaliação de universidades que se agregaram ao convênio tais como a Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Federal Fluminense em áreas do conhecimento como a história, a ciência política e os estudos estratégicos. O propósito da Marinha de Guerra era qualificar seus professores e estreitar os laços com a academia, procurando aumentar a relevância dos assuntos de segurança e defesa também na área universitária. Transcorridos quatro anos, os frutos dessa aproximação se fizeram sentir com a titulação de diversos oficiais da EGN como mestres e doutores, provocando uma melhor qualificação no seu corpo docente. Atualmente a EGN conta com sete doutores com mais seis em processo de defesa de tese para os próximos dois anos, além de mais de 20 mestres docentes em seu corpo de professores. Muitos desses profissionais

se qualificaram em história e desenvolvem pesquisas no campo naval. A EGN também aumentou as atividades de pesquisa por meio de seu Centro de Estudos Político-Estratégicos que conta atualmente com oito pesquisadores voltados para a história, estudos estratégicos, direito internacional, ciências sociais, ciência política e relações internacionais. A tarefa desse grupo de professores é publicar textos originais envolvendo o poder marítimo em revistas científicas, disseminar conhecimentos no campo naval, participar de simpósios, conferências e seminários no Brasil e exterior, atuar como docentes nos cursos regulares da própria EGN, firmar acordos e convênios com outras universidades e centros de pesquisa e organizar ciclos de palestras, cursos e simpósios na própria Escola em assuntos navais. Nesse conjunto de atividades foi criado o Laboratório de Simulações e Cenários da EGN que tem o propósito de congregar todo o conhecimento acumulado em jogos de guerra e crise e desenvolver novas metodologias de cenários e jogos, de modo a atuar como um centro irradiador de conhecimento para a Marinha e para trabalhos fora da força. A EGN conta também com a edição de uma revista científica, já avaliada pelo sistema QUALIS, chamada de *Revista da Escola de Guerra Naval* que publica artigos originais da área de história, ciência política, relações internacionais, direito, ciências sociais e estudos estratégicos.

Embora o estudo e a pesquisa em História Naval na EGN não seja a atividade principal de seus docentes e pesquisadores, esse campo oferece os fundamentos básicos para o estudo da estratégia em seus cursos regulares. Esses pesquisadores historiadores navais da EGN publicam em essência História Naval Cognata, com incursões explícitas na área de Ciência Política e Estudos Estratégicos e são atuantes nos encontros da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED) entidade que congrega os pesquisadores nas áreas de segurança e defesa.

O quarto grupo de pesquisadores em História Naval é bem mais difícil de ser balizado, pois se refere aos historiadores acadêmicos que realizam estudos tendo o mar como fulcro. Sob pena de omissão de algum pesquisador específico, pretende-se indicar trabalhos de pesquisa publicados que, de uma forma ou de outra, tiveram um impacto maior na própria História Naval. Inicialmente torna-se necessário distinguir um pesquisador que publica um texto ou livro sobre História Naval de um outro pesquisador que tem como objeto de estudos a História Naval. O primeiro não deve ser qualificado como historiador naval, mas sim como um historiador especializado em algum campo da História que lhe é afeito como, por exemplo, a História Social, ou Cultural, ou Política ou mesmo do Tempo Presente. Nesse primeiro grupo incluem-se excelentes pesquisadores como, por exemplo, Álvaro

Pereira do Nascimento, Marco Morel e Mario Maestri que estudaram a Revolta dos Marinheiros de 1910 sob o enfoque social e estudos de gênero. Seus livros podem ser incluídos como História Naval Cognata, contudo eles não tem como fulcro de pesquisa a História Naval de forma global. Outro exemplo é o excelente livro de João Roberto Martins Filho, *A Marinha do Brasil na Era dos Encouraçados 1895-1910*. Essa obra do professor João Roberto trata da aquisição dos grandes encouraçados brasileiros na Inglaterra e a repercussão dessa compra para as relações domésticas e internacionais do Brasil, tornando-se assim uma referência fundamental para quem quer estudar a Marinha do Brasil da República Velha. Trata-se assim de um livro de História Naval Central de grande importância para o pesquisador especializado, no entanto João Roberto não pode ser considerado um historiador naval clássico, mas sim como um pesquisador na área de defesa. Outro livro interessante e muito bem pesquisado escrito não por historiador, mas sim por um jornalista pesquisador é o *O Brasil na mira de Hitler* de Roberto Sander. Essa obra de Sander mescla uma narrativa jornalística com uma pesquisa arquivística profunda no Arquivo da Marinha, prendendo a atenção do leitor com o texto e é um relato dos afundamentos de navios mercantes na costa brasileira por submarinos alemães durante a Segunda Guerra Mundial e a ação de espões alemães em território nacional. Outros historiadores destacados publicam textos de História Naval sem terem a característica de serem historiadores navais, destacando-se Francisco Carlos Teixeira da Silva, Márcio Scalécio, Williams Gonçalves e Kenneth Light, dentre muitos.

O segundo grupo de pesquisadores, aqueles dedicados ao estudo da História Naval e que tem como objeto de observação o poder naval é bem mais restrito no Brasil. Destaca-se nesse grupo José Miguel Arias Neto com uma sólida pesquisa sobre a Marinha Imperial nos seus últimos anos e a Marinha Republicana até 1920. Seus trabalhos em História Naval e aí incluídos textos sobre a Revolta dos Marinheiros de 1910 tornaram-se clássicos e muito referenciados. Atualmente José Miguel conduz investigação sobre o papel que a *Revista Marítima Brasileira* teve na formação científico-tecnológica dos oficiais da Marinha desde a sua criação até os primeiros vinte anos do século XX, um estudo fundamental para se compreender o pensamento da oficialidade brasileira naquele período da história da Marinha. Por ser a História Naval brasileira fulcro de sua pesquisa, José Miguel pode ser considerado um historiador naval típico. Outro exemplo de historiador naval típico é o caso de Raul Coelho Barreto Neto que publicou em 2006 *Flores ao mar. Naufrágios navais brasileiros na Segunda Guerra Mundial*. Livro importante para quem pretende estudar a atuação da Marinha brasileira na

Segunda Guerra Mundial e verificar as circunstâncias das perdas dos três navios de combate durante essa guerra. Barreto Neto utilizou farta documentação primária e o uso intensivo de metodologia de história oral para obter depoimentos de participantes dos eventos descritos no livro.

Para que se tenha uma idéia da produtividade dos pesquisadores que incursionam no campo da História Naval no meio acadêmico, torna-se interessante pesquisar-se os temas das dissertações e teses do banco de teses da CAPES e trabalhos apresentados nos últimos congressos de História e da área de Defesa.

Em relação ao banco de teses da CAPES nos três últimos anos indicados, os anos de 2008, 2009 e 2010, tem-se os seguintes resultados para os trabalhos de História Naval. No ano de 2008 houve uma tese relativa ao Atlântico Sul e a defesa do Brasil defendida por aluno da PUC/SP da área de Ciências Sociais. Houve também sete dissertações abordando os seguintes assuntos: construção naval no Brasil (UFF, Engenharia de Produção), defesa e tecnologia e Marinha do Brasil (UFF, Ciência Política), poder marítimo brasileiro (USP, Geografia), adaptação à vida militar naval (UFSC, Psicologia), política de defesa nacional (UFF, Relações Internacionais), estratégia naval brasileira-1902-1914 (UFRJ, história comparada), gênero e o campo naval (UFF, ciências sociais). No ano de 2009 houve uma tese defendida sobre a aviação naval brasileira 1941-2001 (UNESP, história) e nove dissertações discutindo os seguintes assuntos: submarino nuclear brasileiro (UFRJ, história comparada), conceitos de estratégia naval (UFRJ, história comparada), julgamento moral e a Marinha do Brasil (UNIVERSO, psicologia), indústria naval de defesa do Brasil (UFF, ciência política), batalha naval do Riachuelo e imagem (UFPR, história), arsenais navais no período pombalino (UFRJ, história social), escola de aprendizes-marinheiros da Bahia 1910-1945 (UNEB, história), indústria naval de defesa (UFF, economia), arsenal de marinha de Mato Grosso (UFGD, história). No ano de 2010 houve apenas duas dissertações com os assuntos: corsários no Brasil no século XVIII (UERJ, história) e logística na Guerra do Paraguai (UNIRIO, história).

De posse desses dados pode-se verificar que em três anos houve duas teses de doutorado e 18 dissertações de mestrado envolvendo assuntos navais. Dessas defesas apenas uma tese e nove dissertações o foram de História Naval típica. Dessas a tese e oito dissertações podem ser consideradas de História Naval Central e uma dissertação de História Naval Cognata. Das dez dissertações e uma tese não classificadas como de história, podem ser consideradas ligadas indiretamente ao campo da história a tese e sete dissertações, todas de História Naval Cognata. Três das dissertações (uma

de engenharia e duas de psicologia) não estariam ligadas ao campo da história em razão de suas especificidades e abordagens. Dessa forma tivemos poucos trabalhos de História Naval no Brasil nos três anos pesquisados.

O Encontro Anual da Associação Nacional de História (ANPUH) em sua versão XXVI realizado na Universidade de São Paulo no ano de 2011 contou com 130 seminários temáticos com cerca de 1.500 trabalhos apresentados. Desses houve dois seminários específicos sobre História da Guerra e da Paz e Militares, Sociedade e Política. No primeiro caso foram apresentados 16 trabalhos sendo apenas um de História Naval Central. No segundo seminário temático foram discutidos 40 trabalhos com apenas três de História Naval Central e dois de História Naval Cognata. Isso nos indica que dos 56 trabalhos sobre militares apresentados, apenas seis o foram sobre o poder naval, perfazendo um percentual de um pouco mais de 10% dos trabalhos envolvendo militares. Um número módico. Se forem considerados os 1.500 trabalhos em todo o encontro o percentual decai ainda mais para cerca de menos que 1%, um resultado inexpressivo.

No caso do Encontro Anual da Associação Brasileira de Estudos de Defesa realizado em 2011 em Fortaleza o resultado se aproxima do verificado na ANPUH. Dos 16 seminários temáticos conduzidos no encontro apenas um deles abordou a História Militar e outro discutiu o Atlântico Sul. Dos cerca de 215 trabalhos apresentados seis se referiram a História Naval Central, dois sobre História Naval Auxiliar e 11 sobre História Naval Cognata, o que fez um percentual de cerca de pouco mais de 8%. Se levarmos em consideração que esse encontro congregou pesquisadores nas áreas de segurança e defesa e teoricamente mais afeitos aos temas envolvendo as Forças Armadas, o resultado demonstra que apenas entre 8 e 10% dos pesquisadores no campo militar discute assuntos concernentes ao mar e assim ligados de uma forma direta ou indireta com a História Naval.

Outro exemplo que corrobora esses dados ocorreu no XXXVII Congresso Internacional de História Militar realizado em 2011 no Rio de Janeiro. Dos 89 trabalhos internacionais apresentados durante o evento apenas sete trabalhos foram de História Naval Central e um de História Naval Cognata, perfazendo um percentual de 9% de trabalhos relativos ao campo naval, assim dentro da média dos encontros analisados.

Por que essa falta de interesse dos historiadores por um campo que se apresenta promissor e ávido de pesquisadores no Brasil ? O que ocorre com a História Naval brasileira? Por que ela é tão desinteressante para os jovens pesquisadores brasileiros? Por que esse campo da história está ainda

sendo suprido por historiadores militares da Marinha?

Pode-se inferir que as principais razões para o pouco desenvolvimento da História Naval no Brasil e assim a pouca atratividade aos jovens pesquisadores universitários são as seguintes:

Em primeiro lugar o afastamento das Forças Armadas do meio acadêmico, principalmente após o movimento civil-militar de 1964. Esse distanciamento provocou uma aversão pelos estudos militares por parte dos estudantes universitários de história, que consideraram os estudos militares e a reboque os navais, desinteressantes, excessivamente descritivos, pouco estimulantes e correlacionados a chamada ditadura militar. O Programa Pró-Defesa tem sido um caminho para o desenvolvimento de novas pesquisas no campo acadêmico, tentando contrabalançar essa razão, no entanto seus resultados ainda são modestos.

Em segundo lugar a ênfase dos Annales na História Social, História Cultural, além de outros campos mais atrativos a jovens pesquisadores universitários, afastando-os do campo militar e, por conseguinte, do naval. O meio acadêmico nacional, com fortes ligações com o francês, acentuou esse afastamento da História Militar e Naval, domínios considerados “positivistas” e retrógrados. Essa razão é difícil de ser contrabalançada, uma vez que esses novos caminhos para esses pesquisadores parecem ser mais atrativos realmente, embora nos últimos tempos tenha ocorrido uma releitura da História Política e a seu reboque a chamada “Nova História Militar”. A História Naval ainda está a encontrar o seu lugar nesse domínio.

Em terceiro lugar pela própria postura das Forças Armadas brasileiras, que até bem pouco tempo atrás consideraram que os assuntos militares só seriam bem entendidos e explicados pelos profissionais militares, numa clara demonstração de ‘espírito de classe’ que seguiu na direção contrária dos países mais desenvolvidos que consideraram os assuntos de defesa como de interesse de todos e não somente segregado a um grupo específico. Essa postura endógena só fez afastar os pesquisadores jovens que se viram desestimulados a penetrar em um campo “exclusivo” e muitas vezes hostil.

Em quarto lugar pela própria especificidade e tecnicidade da História Naval que requer do pesquisador conhecimentos básicos de navegação, direção e controle de armamento, conhecimentos básicos de propulsão naval, entendimento dos procedimentos táticos e usos das marinhas nos diferentes períodos históricos, da correlação entre poder naval e desenvolvimento nacional, de estratégia naval e geral, de conhecimentos de engenharia naval e por certo da ‘cultura’ que permeou as marinhas nos diversos períodos da guerra no mar. Esse último quesito parece ter um maior peso pois poderá levar o

investigador incauto a um anacronismo indesejado que pode levar sua pesquisa a labirintos sem saída. É sempre oportuno lembrar que os historiadores mais destacados no Reino Unido são professores universitários civis como Geoffrey Till, Andrew Lambert e Peter Padfield. Da mesma maneira, nos Estados Unidos da América o mesmo processo ocorre, destacando-se John Hattendorf e os sempre lembrados E. B. Potter e Clark Reynolds.

E por fim, pela própria especificidade da História Naval como um campo modesto nos estudos históricos no Brasil, limitado a um grupo ainda pequeno de pesquisadores. Essa razão parece natural em um país ainda com pouca tradição marítima como o Brasil, embora o mar tenha sido em sua história o meio pelo qual o comércio fluiu e a integração nacional tenha sido estabelecida no Império. Apesar da importância que o mar obteve nos últimos anos com o pré-sal e os recursos vivos e não-vivos de nossa plataforma continental, ainda é difícil dizer-se que o Brasil seja um país marítimo. Isso se reflete diretamente na pouca produtividade dos estudos históricos voltados para o poder naval.

CONCLUSÃO

A História Naval se apresenta como um domínio ainda desconhecido no campo da História. Em que pese a diversidade de grupos de pesquisadores em História e da multiplicidade de temas de pesquisa nos últimos anos, a História Naval permanece com pouca produtividade, sendo escrita em sua maioria por historiadores militares e pesquisadores ligados a grupos da Marinha que, embora tenham grande importância para o desenvolvimento desse domínio, ainda trazem consigo uma limitação institucional e um relativismo não condizente com a evolução metodológica e interpretativa da própria disciplina. É importante mencionar que apesar desse fato esses três grupos de pesquisadores ligados a DPHDM, ao IGHMB e a EGN têm sido fundamentais para a manutenção de um conhecimento latente e transmissível a diversas gerações de oficiais de marinha e pesquisadores. O que fazer para mudar esse quadro?

Inicialmente incentivar programas no bojo CAPES/MD que ofereçam vagas para militares e civis nos cursos de mestrado e doutorado no campo da História Naval e Estratégia em cursos regulares universitários, oferecendo bolsas de estudo. O Programa Pró-Defesa é um exemplo de iniciativa de sucesso nesse campo.

Criar na Escola de Altos-Estudos da Marinha, a EGN (Escola de Guerra Naval) cursos de

mestrado e doutorado para civis e militares selecionados, reconhecidos pela CAPES, no campo da História Naval com ênfase em estudos estratégicos, relações internacionais e ciência política.

Por fim engajar a universidade e laboratórios civis de pesquisa na investigação de objetos que tenham o conflito no mar como fulcro, com a Marinha patrocinando, com seus próprios recursos, bolsas de estudos para alunos civis que queiram pesquisar assuntos de História ligados ao poder naval nos programas de pós-graduação das universidades públicas e privadas, como uma extensão do Pró-Defesa do MD.

Não se tem dúvida de que comparar com outros centros mais avançados traz consigo perigos que vão desde especificidades locais até a sempre presente cultura nacional. Os ingleses, por exemplo, percebem o mar diferentemente dos brasileiros, pois sempre dependeram dele para a sua sobrevivência, daí a História Naval britânica estar em estágios mais avançados que a brasileira. A necessidade de conhecer as razões para o desenvolvimento marítimo foi para os britânicos fundamental. No entanto, não pode ser esquecido que o mar teve, têm e terá para o Brasil uma importância cada vez maior, pois é por ele que grande parte do comércio nacional flui. O que se deseja é que a História Naval brasileira, como um domínio ainda modesto do campo da História, acompanhe a evolução sempre alvissareira da disciplina no Brasil, tendo a universidade como mola mestra nesse desenvolvimento.

O que se aspira é que os novos historiadores acadêmicos publiquem cada vez mais textos de História Naval. Sem esses pesquisadores, a História Naval continuará como um domínio desconhecido, dominado pela História institucional clássica e da sorte de surgir empiristas talentosos, que infelizmente são cada vez mais raros. Os historiadores navais institucionais embora importantes são insuficientes. O que se necessita é um novo historiador naval civil que compreenda a importância do mar para o Brasil e crie alternativas para o desenvolvimento do poder marítimo nacional e por consequência de seu poder naval, do qual a História Naval tira elementos fundamentais e preciosos de investigação.

RETIRADA DA LAGUNA, OPERAÇÃO ANÁBISIS¹

Manuel Rolph Cabeceiras

Dezembro de 1864, tendo preparado o seu país para a guerra, o ditador paraguaio Francisco Solano López aproveita-se dos conflitos entre seus vizinhos platinos e, imaginando fragilizado o Império Brasileiro, resolve agir com o intuito de ampliar as suas fronteiras e formar, assim, o Paraguai Maior, a ser constituído pelas terras que considerava como tendo sido possuída pelos guaranis à época das reduções jesuíticas.

Assim, invade simultaneamente, de surpresa, as Províncias do Mato Grosso e do Rio Grande do Sul, além do território argentino de Corrientes. Diante da ameaça maior, Brasil, Argentina e Uruguai não tardam assinar, maio de 1865, o Tratado da Tríplice Aliança. Todavia, antes mesmo que tais entendimentos se fizessem, cumpria reagir às agressões sofridas.

Declarada a guerra, uma das primeiras medidas brasileiras foi enviar, partindo do Rio de Janeiro em abril de 1865, um contingente militar com o desiderato de deter o avanço lopista, recuperar o território invadido em Mato Grosso e partir para a ofensiva invadindo o Paraguai ao norte. Após passar por São Paulo e receber reforços em Uberaba (julho), capital da Província de Minas Gerais, somam cerca de 3 mil homens que prosseguem uma longa e difícil marcha por vias terrestres, a pé (o principal acesso, o fluvial, só se fazia passando por território paraguaio e seu uso era obliterado aos brasileiros, mesmo antes do início da guerra). Com ordens de expulsar os paraguaios de Miranda, chegam a Mato Grosso: Coxim, 20 de dezembro; e, completando desde a partida inicial um périplo de 2.112 km, Miranda, 17 de setembro, na ocasião já abandonada pelos invasores.

Teatro de operações secundário para os rumos da guerra, a campanha do Mato Grosso desenvolvia-se em um terreno inóspito, agravado pelo despovoamento decorrente de um processo migratório iniciado com a crise de mineração em fins do século XVIII. E se Miranda era um lugar por natureza quase inabitável, as tropas lopistas, antes de sua saída, trataram de transformá-la em ruínas. Estagnada a expedição em Miranda, ao findar o ano de 1866, cerca de um terço desses soldados tinha perecido, vítimas das mais diferentes doenças que grassavam na região, mas também da fome: as

¹ Trabalho originalmente apresentado no **III Encontro Internacional de História sobre as Operações Bélicas da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870)** de 27 a 30 de outubro de 2011, em Campo Grande (MS) e publicado nos anais eletrônicos do evento.

poucas fazendas nas áreas aonde a coluna chegava já haviam sido saqueadas pelos invasores, assim nem de víveres suficientes podiam dispor. Alento, contrastando em meio a tantos dissabores, apenas a beleza das vastidões sertanejas.

É então que, em 1º de janeiro de 1867 assume o comando da tropa o coronel Carlos de Moraes Camisão e será sob as suas ordens que a coluna, com um efetivo de 1.600 homens, põe-se em marcha no dia 11. Missão: contra-atacar o adversário em seu próprio território invadindo-o pelo norte de seu país.

Tinha o coronel Camisão neste seu desígnio ofensivo precioso auxílio na figura de José Francisco Lopes, profundo conhecedor da região cuja família fora toda aprisionada quando do ataque paraguaio à região. Assim, visando resgatá-la das mãos inimigas, não só passara a cooperar com a expedição, como amenizou a penúria da tropa, trazendo bois de fazenda Jardim, sua propriedade às margens do Rio Miranda, para alimentá-la. Tornar-se-ia conhecido, desde então, como guia Lopes. O empenho, porém, na ofensiva que acaba por contagiar toda coluna, não esconde a precariedade com a qual parte para cumprir e esta missão.

Acuados com pouca munição e víveres, sem apoio da cavalaria, efetivo reduzido, enfrentando o fogo inimigo e a natureza adversa e insalubre, atravessam o Rio Apa, e entrando em território paraguaio, em virtude das dificuldades de abastecimento, resolve-se investir contra Laguna, fazenda do presidente paraguaio Solano López, sobre a qual foram obtidas informações de lá se acharem víveres para a tropa. O resultado feliz desta operação, quando se logra, após um embate, tomar o acampamento inimigo em Laguna instalado, logo se transforma. A realidade em nada correspondia às informações colhidas e, diante de tamanha, a expedição brasileira se vê compelida a ter de retirar-se de Laguna iniciando o caminho de volta ao Brasil

A retirada inicia-se em 8 de maio e só vem a terminar no dia 11 de junho de 1867: 35 dias mais de fome, moléstias, fadigas e perseguição movida pelas tropas lopistas, os quais em nosso enalço não titubearam em queimar a mata para sufocar a ousada coluna. Por outro lado, a tropa em retirada não deixou de pontilhar esse percurso com inúmeras demonstrações de heroísmo, constância e disciplina, retornando ao Brasil menos 900 homens, entre eles o coronel Camisão e o guia Lopes, mortos no trajeto.

Entre os protagonistas da expedição temos também o jovem tenente de engenharia Alfredo d'Escagnolle-Taunay, o qual se incumbe de transpor para o papel o relato da fracassada missão. «**La**

Retraite de Lagune - Épisode de la guerre du Paraguay», isso mesmo, a obra que viria a se tornar um clássico da literatura brasileira, nasceu originalmente em francês e neste idioma foi impressa pela primeira vez em 1871.

Diz-nos o autor no prólogo, por ele escrito no Rio de Janeiro, datado de outubro de 1868, para esta obra:

“Devo esta narrativa a todos os meus irmãos de sofrimento, aos mortos ainda mais do que aos vivos.

Em todas as épocas largo interesse se ligou às retiradas, não só por constituírem operações de guerra difíceis e perigosas, como nenhuma outra, mas ainda porque os que as executam, já sem entusiasmo nem esperanças, frequentemente entregues ao desânimo, ao arrependimento de erros ou das consequências de erros, precisam arrancar ao espírito, assim preocupado, os meios de enfrentar a fortuna adversa, que a cada passo os ameaça, com todos os seus rigores. Em tais contingências requer-se o verdadeiro cabo de guerra: ali há de se lhe revelar o traço essencial: a inabalável constância.

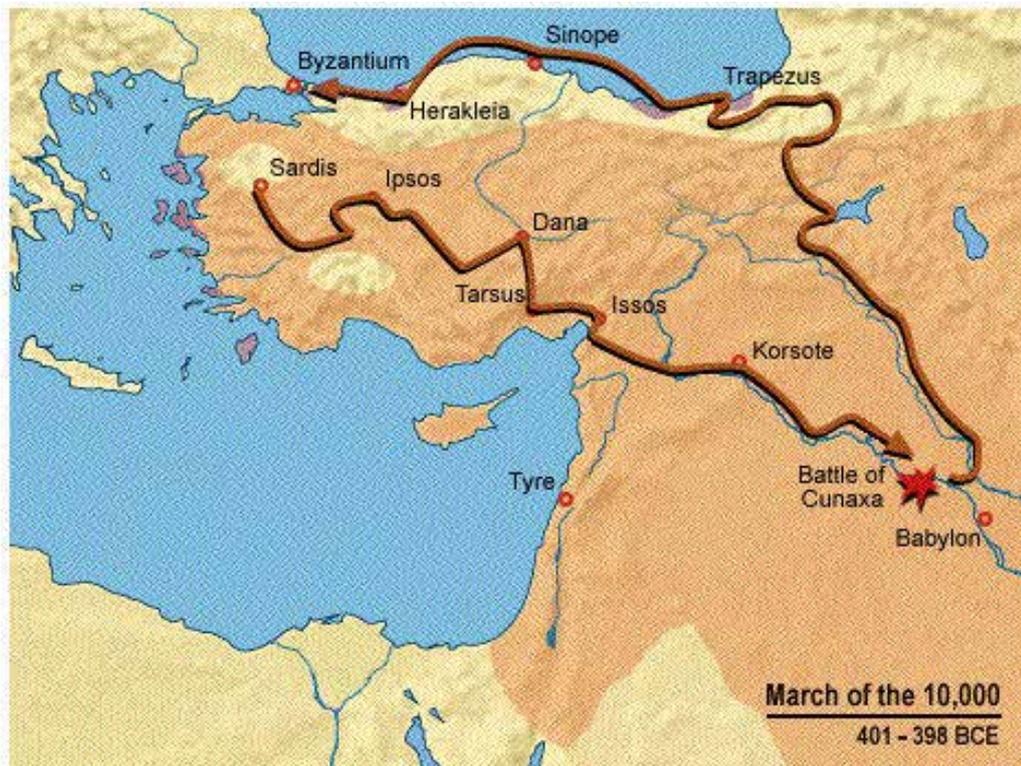
Vive a Retirada dos Dez Mil em todas as memórias. Colocou Xenofonte na plana dos primeiros capitães. Nos tempos modernos vários ocorreram não menos notáveis: (...).

Resta-nos solicitar a maior indulgência para esta narrativa cujo único mérito pretende ser o dos fatos expostos. Tiramo-los de um diário escrito em campanha.

Assim nela não de abundar as incorreções, demasias e repetições; cremos dever deixá-las; são indícios da presença da verdade.”

No entanto, quem é Xenofonte e o que trata ele na referida obra? Entre Taunay e Xenofonte distam quase 2500 anos. Comum a ambos a experiência militar e literária, tendo Xenofonte, discípulo de Sócrates, se destacado como historiador.

A obra mencionada por Taunay recebeu em grego o nome de Anábasis (Ἀνάβασις), a qual relata a marcha em 401 a.C. de um grupo de dez mil mercenários gregos, entre eles Xenofonte, a serviço de um príncipe persa, Ciro, que reclamava o trono ocupado por Artaxerxes. Apesar de a vitória ter lhes sorrido inicialmente em batalha, a morte de Ciro durante o confronto e depois dos comandantes gregos atraídos pelos persas, deixando-os isolados imersos em território hostil.



Fonte: www.barking-moonbat.com/index.php/weblog/2005/05/

Em uma civilização como a ocidental, enraizada em referenciais gregos e romanos (os chamados clássicos), a operação realizada por Taunay tem clara intenção dignificante, com o intuito de proporcionar nobreza e um caráter universal ao relato. Não precisaria, para um estudioso do assunto, ter o autor afirmado tal remissão. As ressonâncias são vibrantes. Entretanto, além de declarar expressamente a associação, a destaca mais ainda ao firmar as duas retiradas, como início e término de uma série de retiradas comandadas por generais franceses, tornando mais lisonjeira a analogia, pois apenas essas duas acabam por merecer uma transposição literária totalmente absorvida por sua narrativa, eternizando-as e proporcionando, a cada uma, caráter de exemplaridade.

O epíteto de narrativa xenofônica é espontâneo e praticamente natural ao texto de Taunay, mas não lhe faltarão entusiastas que a consideram ter ultrapassado o seu mestre e paradigma. Entre estes, Jean Soublin, para quem Taunay é o “Xenofonte brasileiro”, e Ernest Aimé, que a ele se refere como “nosso Xenofonte”. Ambos, franceses, autores de prefácios a edições francesas da obra, o exaltam como tendo superado os seus paradigmas. Em maio de 1952, também em outro prefácio à obra, o historiador Afonso de E. Taunay, filho do nosso Visconde de Taunay, refere-se às façanhas narradas pelo seu pai como um dos “mais elevados feitos dos anais militares das nações do Ocidente”.

Todavia, nesse entusiasmo, Aimé a todos ultrapassa, após mencionar como a “simples

palavra ‘retirada’ lembra a todos a obra imortal de Xenofonte” (p. XVI): “sob o duplo aspecto do interesse da narrativa e do heroísmo das tropas, declaramos superior a retirada da Laguna à que foi dirigida e contada por Xenofonte” (p. XVII).

No século XIX, em francês, a obra alcançou três edições (1871, 1879 e 1891), tendo sido traduzida para o português em 1874. A nosso ver, a escolha desse idioma por Taunay, remete à meta de construir a imagem de nosso país como civilização nos trópicos. Língua franca no século XIX, como hoje é o inglês e como outrora tinha sido o latim, Taunay não só pretendia exibir para o mundo a nossa versão dos fatos, como também exaltar a nossa gente e país, eternizando os nossos feitos assim como Heródoto, Tucídides e Xenofonte fizeram com os de seus conterrâneos.

Alfredo d’Escragolle Taunay, o Visconde de Taunay, representou no século XIX um sentido de nacionalidade característico do período monárquico brasileiro: em *A Retirada da Laguna*, a busca pelo sentido de amor à pátria e toda a construção de imagem de um Brasil interior que se queria mais conhecido para os propósitos imperiais guiam tal esforço de construção identitária.

É impressionante como o heroísmo de nossa gente narrado por Taunay, cidadão de dois mundos, brasileiro e francês, mas instrumentalizando o segundo em função do primeiro, reverbera em Ernest Aimé. Espera este que a coragem e a disciplina dos brasileiros ali retratados possam servir de exemplo e inspiração aos franceses, os quais, em sua opinião, derrotados na recente Guerra Franco-Prussiana, tinham dado sobeja demonstração de como estavam a carecer daqueles valores que tinham excedido em nossos nacionais.

E se estamos aqui a tratar desses feitos e relatos, se tantos monumentos foram erguidos e tanto se disse, diz e dirá sobre tais façanhas é porque não se pode negar a Taunay ter alcançado tanta felicidade em realizar com o seu relato os tais propósitos eternizantes quanto Xenofonte com o seu, transformando o drama vivido por aquelas pessoas em uma grande epopeia.

BIBLIOGRAFIA

Fontes textuais

- JENOFONTE, *Anábasis: la retirada de los diez mil* (trad.: Diego Gracián; introd.: Carlos García Gual). 3ª ed, Madrid: Edaf, 2004.
- TAUNAY, Visconde (Alfredo d’Escragolle) de - *A retirada da Laguna: episódio da Guerra do Paraguai* (trad.: Ramiz Galvão). Rio de Janeiro, RJ - Paris: Garnier, [1900].

- _____ - A retirada da Laguna: episódio da Guerra do Paraguai (trad.: Affonso Taunay). 14^a ed., São Paulo, SP: Melhoramentos, 1942.
- _____ - La Retraite de Laguna: récit de la guerre du Paraguay (1864-1870). Paris: Phébus, 1995.
- _____ - A retirada da Laguna: episódio da Guerra do Paraguai (trad.: Sergio Medeiros). São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1997.
- Obras de referência
- HARVEY, Paul (org.) - Dicionário Oxford de Cultura Clássica Grega e Latina. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.
-
- **Estudos**
- AIMÉ, Ernest – Prólogo da terceira edição francesa in: TAUNAY, V. de, A retirada da Laguna: episódio da Guerra do Paraguai. Rio de Janeiro, RJ - Paris: Garnier, [1900].
- BAREL, Ana Beatriz - O Brasil dos Taunay: questões identitárias nas relações França-Brasil no século XIX in IV Congresso Internacional da Associação Portuguesa de Literatura Comparada, pp. 1-21.
- _____ - História e imaginário: a construção de imagens identitárias em relatos de viajantes oitocentistas in “Signótica”, v17, n1, pp. 21-43, jan-jun 2005.
- CASTRILLON-MENDES, Olga Maria - Taunay viajante e a construção da imagetica de Mato Grosso (Tese de Doutorado). Campinas, SP: UNICAMP, 2007
- _____ - Taunay viajante: uma contribuição para a historiografia literária brasileira in: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros da USP*, n.46. São Paulo. 2011, pp. 217-240.
- GUIMARÃES, Acyr Vaz - Mato Grosso do Sul, sua evolução histórica. Campo Grande: UCDB, 1999
- MARETTI, Maria Lídia Lichtscheidl - O Visconde de Taunay e os Fios da Memória (tese de doutorado defendida na UNICAMP em 1996) São Paulo: UNESP, 2006
- NASCIMENTO, Naira de Almeida - A retirada da Laguna: imagens sobrepostas do

- Brasil oitocentista (Dissertação de Mestrado). Curitiba, PR: UFPR, 2002.
- POHL, Angelo Inácio e SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo dos - As representações da Guerra do Paraguai na obra A Retirada da Laguna de Visconde de Taunay (<http://artigocientifico.uol.com.br/acervo/7/77/1499.html> acesso em 08set2011).
 - SOUBLIN, Jean - Préface: un Xénophon brésilien in TAUNAY, V. de, La Retraite de Laguna: récit de la guerre du Paraguay (1864-1870). Paris: Phébus, 1995.
 - TAUNAY, Affonso - Prefácio in TAUNAY, V. de, A retirada da Laguna: episódio da Guerra do Paraguai. 14^a ed., São Paulo, SP: Melhoramentos, 1942.



AVIÕES NO CONTESTADO: DESCORTINANDO UM EMPREGO MILITAR INÉDITO

Claudio Passos Calaza¹

Resumo: Em um período recente em relação ao advento do avião e, em especial, de sua aplicação bélica, o Exército Brasileiro realizou, entre 1914 e 1915, uma inédita experiência de emprego de aviões em um conflito. O presente trabalho tem por objetivo elucidar, nos primórdios da Aviação Militar Brasileira, o episódio do emprego aéreo na Guerra do Contestado (1912-1916), sob a ótica do processo de incorporação tecnológica do avião no Exército Brasileiro. A pesquisa foi centrada no conhecimento dos fatores que concorreram para tal iniciativa, mediante uma análise das conjunturas política, militar e tecnológica do período. A investigação histórica buscou identificar doutrinas, motivações e concepções do emprego aéreo da época, bem como a elucidação do transcurso e dos resultados das operações aéreas no Contestado, que culminaram na morte do tenente Ricardo João Kirk, primeira vítima da aviação militar brasileira. Valendo-se de fontes primárias e secundárias, o autor buscou resgatar fatos e analisar, sob os pontos de vista político e militar, o episódio pioneiro do emprego militar de aviões na América do Sul.

Palavras-chave: Guerra do Contestado; Aviação Militar, Ricardo Kirk.

INTRODUÇÃO

Em 1912 tinha início em Irani no Paraná, hoje em Santa Catarina, a Guerra do Contestado. Embora esquecida na memória nacional, este conflito messiânico, ao longo de um século vem contemplando a pesquisa histórica brasileira como um rico manancial. Podemos verificar sua ampla e variada produção historiográfica. Nessa prolongada guerra, que perdurou até 1916, sertanejos precariamente armados movidos por mitos e crenças do catolicismo rústico enfrentaram e até sobrepuseram forças estaduais e o Exército Brasileiro (EB), impondo intenso desgaste ao poder militar da Primeira República.

Poucos são, entretanto, os estudos militares acerca do Contestado a ressaltar e a aprofundar-se em um dos mais inusitados episódios da história aeronáutica. O fato é que se deu, na campanha

¹ O autor é coronel da Aeronáutica, especialista em História Militar pela UNISUL e mestre em Ciências Aeroespaciais pela UNIFA, docente de História Militar da Academia da Força Aérea. E-mail: calaza@lancernet.com.br

final do conflito, o primeiro emprego militar de aviões no continente sul americano, efetivado pelo EB que, curiosamente, se encontrava no curso de um conturbado processo de incorporação tecnológica desse vetor. A maneira como a iniciativa foi decidida é ainda mais intrigante, se for considerado o contexto tal como aconteceu.

Quatro dias após assumir o comando das operações no Contestado, o general Fernando Setembrino de Carvalho enviou uma mensagem ao ministro da Guerra, requisitando o emprego de aeroplanos no conflito. O dia era 16 de setembro de 1914, quase oito anos decorridos do vôo primordial do *14 bis* de Alberto Santos Dumont, e apenas três anos do primeiro emprego de aviões sobre um campo de batalha, ocorrido durante a Guerra Ítalo-turca, na Tripolitânia (hoje parte da Líbia), no ano de 1911.

A decisão do general sugere uma iniciativa precocemente concebida, pouco avaliada ou mesmo refletida diante do teatro de operações, pois somente dois dias depois Setembrino de Carvalho estabeleceria seu Estado-Maior para a campanha. Antes de partir para o Contestado, o general testemunhara nos periódicos da Capital as notícias do bem sucedido emprego de aviões em missões de observação na Batalha do Marne, contribuindo para os esforços franceses em conter a avassaladora progressão do Exército alemão rumo a Paris.

O tema se torna ainda mais intrigante quando fica evidenciado que, no período da Guerra do Contestado, a aviação militar mundial estava em seus estágios preliminares, e que ainda era questionada por grande parte dos chefes militares europeus a aplicabilidade do recente invento nos campos de batalha. Pouco tempo antes, um expoente do pensamento militar francês, marechal Ferdinand Foch, havia afirmado categoricamente que “o avião não possuía nenhum valor militar”.²

No tocante aos aspectos militares do Contestado, a produção historiográfica disponível evidencia que o emprego aéreo é episódio ainda pouco explorado e interpretado, persistindo diversas lacunas no conhecimento histórico. A mais importante destas reside na compreensão das razões que precipitaram o EB a esse inédito emprego. Oportunamente, deve-se considerar ainda que a constituição efetiva da aviação do Exército só se concretiza a partir de 1919, por meio dos auspícios da Missão Militar Francesa .

Somam-se ainda intrigantes indagações sobre como transcorreram essas operações e seus

² “Les avions sont des intéressants jouets mais n’ont aucune utilité militaire” foi a conhecida frase proferida pelo marechal em 1911, quando questionado sobre sua opinião acerca da aquisição de aviões para o Exército da França. Citação referenciada em PICKOVER, Clifford A. *Time: A Traveler’s Guide*. Oxford University Press, 1999, p. 249.

resultados militares, tendo em vista que o espírito épico e mitificador dos muitos autores militares procurou, mesmo que instintivamente, exaltar apenas o pioneirismo da iniciativa e o heroísmo de seus personagens dispensando, assim, as mais apuradas análises.

O alvo da presente comunicação é revelar o contexto político, militar e tecnológico, bem como dilatar o conhecimento acerca do emprego da aviação na Guerra do Contestado sob o enfoque da tecnologia e da arte militar. Torna-se importante considerar, preliminarmente, o quanto o Contestado foi relevante para a pauta da modernização militar, e ainda, sobre o processo de adoção do avião no EB. Corroborando esta proposição, o um historiador norte-americano entrevistou o Contestado como uma das mais importantes experiências do Exército em sua luta pela modernização.³

O presente tema evidencia e propõe a reflexão para o exemplo histórico de um processo de incorporação tecnológica militar diante da casuística iniciativa de emprego em um conflito oportuno.

O DESAFIO DA AVIAÇÃO NO EXÉRCITO BRASILEIRO DA ÉPOCA

O conflito do Contestado teve início no governo de Hermes da Fonseca (1910-1914), o marechal presidente que desempenhou importante papel como reorganizador do Exército, ocupando a pasta da Guerra no governo de Afonso Pena. No início do século XX, o EB era uma instituição estagnada, sem renovação de seu equipamento, e distante da evolução dos métodos de combate resultantes das últimas guerras do mundo industrializado. No continente europeu, a Guerra Franco-prussiana (1870–1871) representara um marco para a reorganização de exércitos em todo o mundo. O Exército alemão era, então, o exemplo e o modelo a ser seguido. No Brasil, Hermes deu início ao processo de modernização com bases germânicas, incluindo a organização de grandes unidades e aquisição de novos equipamentos.

Já na segunda década do século XX, a introdução da aviação no EB transparecia como importante meta militar de Hermes da Fonseca, significando a continuidade da ação modernizadora por ele iniciada quando na pasta da Guerra. Ainda na condição de presidente eleito, em setembro de 1910, realizou propalada viagem à Europa, tendo a oportunidade de assistir exposições dos pilotos militares franceses durante as manobras de outono. O marechal ficou maravilhado com a proeminência do novo recurso militar. Nesta mesma viagem, passou antes pela Alemanha onde havia firmado um

³ MACCANN, Frank D. Soldados da Pátria: história do Exército brasileiro 1889-1937. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

importante convênio para a instrução de oficiais brasileiros, mas nada poder ver termos de aviação no modelar Exército do *Kaiser*.⁴

O gabinete de Hermes da Fonseca inicialmente contou com a curta permanência de dois ocupantes na pasta da Guerra – os generais Emídio Dantas Barreto (1910-1911) e Antonio Adolfo Mena Barreto (1911-1912). Ambos sucumbiram envolvidos nas querelas da “política das salvações”. Incoerentemente, a tão criticada politicagem tomou conta do Exército e a almejada profissionalização ficou paralisada no período dos efêmeros ministros. Após estes, ocorreu a intenção de Hermes entregar o Ministério da Guerra nas mãos do barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores, o qual insistentemente reclamava pela continuidade da modernização do Exército.⁵ A repentina morte do chanceler, em 1912, frustrou a iniciativa, restando ao presidente ceder à política oligárquica com a indicação do general Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva. Caberia, então, a este general, nos planos de continuidade da modernização militar, a esperada missão de implantar a tão almejada aviação no EB.⁶

O marco institucional da aviação militar brasileira ocorreu com a edição da Lei n.º 2.544, de 4 de janeiro de 1912, que autorizou o Ministério da Guerra a organizar as primeiras bases de aeroplanos.⁷ Em seguida, desenvolveu-se um estudo preliminar, a cargo do Grande Estado-Maior, tratando da viabilidade, custos e ações iniciais do projeto. Apesar da grande vontade política, a falta de recursos tornou-se uma realidade, mas acima de tudo, o processo se tornou bastante conflituoso pela dicotomia de interesses e pensamentos aeronáuticos. De um lado figurava o Aeroclubes Brasileiro (AeCB), tendo a frente o tenente de cavalaria Ricardo João Kirk, primeiro aviador do Exército, que havia realizado com recursos próprios um curso de pilotagem em Etampes, na França. Kirk, membro influente no Aeroclubes por sua condição de militar brevetado, almejava que o Ministério da Guerra se associasse ao AeCB na organização da primeira escola de aviação para a formação de pilotos militares e civis.

Em outra vertente encontrava-se o ministro Vespasiano, um general pouco crente nas possibilidades militares do avião em sua força, com poucos recursos orçamentários e determinado refutar a parceria com o AeCB, justificando o isolamento do pioneiro aviador dissidente. Em jogo

4 Orçamento para um Campo de Aviação, mar 1912, fonte: AHEx, pasta J.20 – caixa 02 – Aviação do Exército.

5 MIRANDA, Nini. A Vida do Marechal Hermes da Fonseca. Rio de Janeiro: Coleção Jaime Péricles de Souza Guimarães, 1944, p. 86.

6 CARVALHO, Fernando Setembrino de. Memórias - dados para a História do Brasil. Rio de Janeiro: edição do autor, 1950, p. 101.

7 BRASIL. Lei n.º 2.544 de 4 de janeiro de 1912.

estavam prometidos recursos financeiros e incentivos governamentais para o impulso da aviação no Brasil. Diante das pressões políticas pela pronta organização da aviação, em 1913, o ministro da Guerra, em um ato precipitado e polêmico, resolve firmar um contrato com um grupo de empresários italianos, a Gino Bucelli & Cia, que atuava no Brasil, promovendo rendosas exibições aéreas para o público.

Ocorreu aí um curioso recurso de terceirização da primeira escola de aviação militar, já que o Ministério da Guerra, evitando a associação com o AeCB, não possuía equipamentos nem pessoal formado para tal empreitada. Esta escola, a EBA/Gino & Bucelli, instalada no Campo dos Afonsos em fevereiro de 1914, teve duração efêmera, terminando fechada após quatro meses sem concluir a formação de nenhum piloto. Problemas no cumprimento do contrato envolvendo, sobretudo, a manutenção das aeronaves e pagamentos foram causas do malogro da iniciativa. Enquanto isso, a escola do Aeroclube parecia decolar de vento em popa, operando no mesmo Campo dos Afonsos. Kirk ganhava notoriedade como aviador nos periódicos locais pelo seu desempenho em provas aéreas promovidas pelo Aeroclube.

É precisamente nesse momento que se evidencia o agravamento da situação no Contestado, desencadeando uma mudança de atitude por parte do governo. O desgaste político atingira seu clímax, pesando ainda mais a demonstrada inabilidade do Exército, reorganizado pelo próprio presidente, em resolver a contenda por repetidas expedições. O descrédito recaía também no ocupante da pasta da Guerra, responsabilizado pelo desempenho de um exército que sucumbia diante dos precariamente armados caboclos do “Exército Encantado de São Sebastião”. As percepções acerca da gestão na área militar eram evidenciadas pela a situação de malogro dos projetos da aviação.

A INICIATIVA DO EMPREGO AÉREO

Em agosto de 1914, precipitou-se a formulação de uma grande campanha para o Contestado sob o comando do novo general Setembrino de Carvalho. O novo comandante solicitou um contingente de seis mil homens e recursos de toda ordem, propondo levar ao Sul as melhores unidades de um moderno exército. Em final de mandato, Hermes da Fonseca garante-lhe todo o apoio. Ao desembarcar de trem em Curitiba, o general prontamente assume o comando e solicita ao Ministério da Guerra o emprego de aviões. Para tanto, requisita o engajamento do AeCB, incluindo suas aeronaves e

convocando seus aviadores, o tenente Kirk e o italiano Ernesto Darioli, este contratado mediante a quantia mensal de um conto de réis.

A requisição do general Setembrino nada tinha de original para o Contestado, pois seu antecessor, general Carlos Mesquita, já havia tentado tal iniciativa sem sucesso. Em abril de 1914, o aviador Cícero Marques voluntariara-se com seu *Blériot XI* para o combate contra os sertanejos do Contestado.⁸ Cícero Arsênio de Souza Marques, conhecido esportista e aviador paulista, brevetado na França, atuava como instrutor da Escola de Aviação da Força Pública de São Paulo, se notabilizando por realizar os primeiros voos em Curitiba. Alegava conhecer bem a região, estando preparado para sobrevoar os pinheirais serranos do Sul em apoio aos agentes da lei. O general Mesquita recebeu com surpresa tal proposta, mas certamente conhecedor das possibilidades de um avião naquele teatro de guerra, reportou-se ao ministro. Entretanto Vespasiano refutou impetuosamente a proposta. Mesquita, pretendendo utilizar o avião como auxiliar em missões de reconhecimento e observação, expressou em um relatório sua decepção com falta de apoio superior. Expedições anteriores já apontavam a carência de mapas da região e o alto risco das missões de reconhecimento executadas pela cavalaria.

A reedição da proposta do uso de aviões no Contestado pelo general Setembrino tinha, agora, aspectos bastante peculiares. As notícias do emprego de aviões na Primeira Guerra Mundial teriam sido fundamentais para despertar sua motivação, todavia o contexto político já era outro, bastante propício em termos políticos, e sua iniciativa estava justamente calcada em conveniências de caráter político. Setembrino de Carvalho, promovido ao novo posto em abril de 1914, quer se mostrar um general representante de um novo século em sua instituição.

Contrastando com a penúria e o atraso das tropas operadas no Contestado nas expedições anteriores, o novo general buscava levar um exército distinto, modernizado em sua organização e equipamento. Embora consciente do *modus operandi* do inimigo e da diversidade do terreno, o general mobiliza um força de combate convencional, semelhante às empregadas naquele momento nos campos de batalha da Europa. Pretende, sobretudo, provocar um impacto na opinião pública e nas autoridades superiores.

Setembrino concebe seus planos de campanha querendo fazer dela uma mostra nacional de modernidade do EB, aproveitando a abertura da pauta das questões militares desencadeada pela

⁸ Relatório final do General Carlos Frederico de Mesquita apud: PEIXOTO, Demerval (Clivelário Marcial). A Campanha do Contestado – Episódios e Impressões. Rio de Janeiro: Editora Heitor Ribeiro e Cia., 1916, p.212-213.

Grande Guerra. Conforme assinalou Rogério Rodrigues, o conflito na Europa colocou a discussão sobre defesa nacional na ordem do dia. Para os militares, a distante guerra era a amostra contundente da necessidade de armar a nação, e ela foi astuciosamente usada para reaquecer a campanha pela modernização militar.⁹

Com suas requisições, Setembrino mostra-se politicamente perspicaz, pois além de conquistar o desgastado ministro, ele seduz o próprio presidente Hermes da Fonseca em um melancólico final de mandato. O presidente entrevê as tantas iniciativas de Setembrino como uma oportunidade para justificar, perante a nação, a aplicabilidade de tantos recursos despendidos na reorganização do Exército, projetos que se arrastavam desde 1906.

Parece claro que a tomada de decisão relativa ao emprego de aviões no Contestado não foi concebida a partir de um estudo de Estado-Maior, já que este só foi constituído posteriormente à decisão. Politicamente, a disposição do emprego aéreo no Contestado surgia em um momento favorável de união nacional em torno da subversão cabocla no Sul. Durante sua estada no teatro de guerra, Setembrino de Carvalho lutou para aplicar no front os mais avançados recursos bélicos disponíveis no país. Como comandante, fez dessa guerra uma das maiores operações militares já executadas pelo Exército em solo brasileiro.¹⁰ Aproveitou a oportunidade para reavivar um projeto fracassado no conjunto de modernizações militares, promovendo a união de pensamentos aos esforços aeronáuticos, e assim, reverter o quadro de paralisia na aviação militar. Almejava ressuscitá-la sob novos horizontes após a guerra.

O engajamento do AeCB à campanha do Contestado vinha ao encontro dos interesses da agremiação, que para isso se utilizava insistentemente do jornal *A Noite* numa campanha para fomentar a iniciativa aérea na guerra. O periódico, de propriedade de Irineu Marinho, era alinhado à causa da aviação e atuava claramente como um instrumento de interesses do clube. Com a oportunidade, o Aeroclub pretendia despertar o reconhecimento nacional e recuperar a credibilidade perante o governo para, após o conflito, beneficiar-se como parceiro de uma nova fase de impulso da aviação militar. Havia também interesses pessoais do tenente Ricardo Kirk que, isolado pelo ministro Vespasiano, almejava sua reabilitação política, colocando-se à frente da organização da aviação no EB em um novo governo (Wenceslau Brás 1914-18), o qual se iniciaria em breve.

9 RODRIGUES, Rogério Rosa. Veredas de um grande sertão: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército brasileiro. 2008. 430 f. Tese (Doutorado em História) – UFRJ/ IFCS/ Programa de Pós-Graduação em História Social, 2008, p. 47.

10 RODRIGUES, op. cit., p. 62.

O avião, como novo equipamento militar, era uma arma revolucionária ao assumir a dinâmica de uma nova dimensão para a arte da guerra. Embora ainda rudimentar e cheia de limitações, a aviação exigia novas concepções e requisitos para seu emprego, que se fundamentariam em uma nova doutrina, ainda em promissora evolução naquela época. O planejamento do concurso da aviação no Contestado era, em tese, a realização de missões de reconhecimento, de acordo com a melhor concepção do estado da arte. Entretanto, enquanto as nações industrializadas do Velho Mundo experimentavam o novo recurso tecnológico em terras milenarmente mapeadas e ocupadas, o EB buscava introduzi-lo numa região distante e ainda não desbravada.

OS AVIÕES RUMO AO CONTESTADO

O empreendimento aeronáutico no Contestado sobrevém de maneira precipitada em setembro de 1914, dispensando maiores preparativos. A façanha, em um primeiro momento, não despertou maiores dificuldades na mente dos arrojados estrategistas e aviadores brasileiros. O pioneirismo seduzia e entorpecia, de maneira que os mais detalhados planos logísticos e operacionais foram pouco considerados, sob pena de colocar em risco a grande oportunidade. Muitas são as fontes primárias e secundárias a evidenciar o entusiasmo militar e civil quanto ao emprego de aviões na campanha do Contestado.¹¹

Naquele momento, no imaginário popular, a ida de aviões para o Contestado significava um encontro de dois mundos repleto de simbolismo. Distante da realidade dos sertões do Brasil, cidadãos urbanos vislumbravam a iniciativa militar como um choque de civilizações, do racional urbano contra o fanatismo sertanejo, da tecnologia contra o arcaico. Modernas máquinas voadoras do século do aço suplantariam o cavalo e a carroça. E assim, alegoricamente, a progressista civilização enfrentaria a “barbárie” cabocla.

Retomando Canudos, a nova ameaça monárquica convocava os brasileiros do século XX à defesa da República. Um rústico Brasil dos sertões, insurgente, ameaçava suas elegantes cidades da *Belle Époque*. Contra a ilusão do sertanejo que acreditava que seu “Exército Encantado de São

¹¹ Os principais jornais do Rio de Janeiro, com destaque para o A Noite, elogiavam enfaticamente a iniciativa de se enviar aviões para o Contestado, como exemplo referenciamos a exultante matéria na primeira página da edição de 18 set. 1914, intitulada “OS FANÁTICOS DO CONTESTADO”. Alcebídes Miranda chegou a descrever sobre o assunto que “foi essa a melhor das ideias e a de mais apreciáveis proveitos” da campanha de Setembrino de Carvalho. Para tal citação vide MIRANDA, Alcebíades. Contestado. Estante Paranista, volume 28. Curitiba: Ed. Lítero-Técnica, 1987, p. 60.

Sebastião” desceria dos céus para restaurar a monarquia celeste, o moderno soldado seria convocado para aplicar reais máquinas voadoras que cortariam os céus do Contestado na restauração da lei e da ordem.

Como principal protagonista do momento, o tenente Ricardo Kirk recebeu sua convocação não apenas com o acato de um militar no cumprimento do dever, mas sobretudo com evidente entusiasmo. A missão para o pioneiro da aviação vinha ao encontro de suas antigas aspirações: provar ao governo a utilidade e as vantagens do emprego de aviões no campo militar. Em verdade, a utilidade do emprego de aviões para fins militares já era um fato consumado em todo o mundo, embora ainda com muitas limitações funcionais.

Para o governo da República da época, diante de um mundo em plena Grande Guerra a utilizar intensamente aviões, já não havia mais necessidade de justificar a aplicabilidade do novo recurso militar. O anseio de Kirk, em verdade, era mostrar ao governo seus erros políticos na condução do processo da incorporação tecnológica, em particular seu próprio isolamento e do AeCB. Seria como dar um esperado “tapa de luva” na equivocada política de Vespasiano de Albuquerque para a aviação militar.

As notícias acerca da inédita operação aérea no Contestado ganharam destaque na imprensa, atraindo a atenção nacional para a grande campanha comandada por Setembrino de Carvalho, agora ainda mais enaltecido pela sua ousadia, pioneirismo e pela determinação em derrotar, com todos os modernos recursos tecnológicos, o “fanatismo armado contra a República”. O objetivo político do general, uma grande repercussão na opinião pública foi, desta forma, atingido.

Sob forte apoio popular e da imprensa, cinco aviões foram embarcados às pressas de trem rumo ao Sul. A preciosa carga era composta de um *Blériot SIT biplace* com motor de 80 HP, um *Morane-Saulnier biplace* com motor de 80 HP, um *Morane-Saulnier monoplance* com motor de 50 HP, um *Morane-Saulnier biplace* com motor 60 HP e um *Morane-Saulnier Parasol monoplance* com motor de 90HP. As três primeiras aeronaves pertenciam ao AeCB e as duas últimas ao Ministério da Guerra. Estas eram remanescentes da flotilha da encerrada EBA/Gino Bucelli & Cia.. Todos os aparelhos eram de procedência francesa¹² embora, naquele momento, o EB vivenciasse intenso processo de germanização de seus equipamentos. Não só para o Brasil, como para todo o mundo, a França era considerada o berço da aviação e reputada como a maior potência aeronáutica da época.

12 O Blériot SIT ou tipo XI-2 era uma versão italiana do consagrado modelo francês Blériot XI. Era produzido na Itália pela Società Italiana Transaerea de Turim.

Quanto à questão da adequabilidade dos aparelhos, muito já se especulou em relação às propriedades das aeronaves levadas ao Contestado. Argumenta-se que não eram voltadas para emprego militar, sendo meramente esportivos ou mesmo ultrapassados para sua época. Tais impressões se baseiam na origem dos aparelhos pelo AeCB, uma presumida agremiação civil aerodesportiva. A destinação militar das aeronaves não era algo ainda estabelecido, além do que, os aviões dos anos 10 do século XX encontravam-se ainda num estágio muito primitivo de desenvolvimento para emprego militar. Estavam ainda desarmados.

A maioria dos pensadores e chefes militares limitava o uso potencial das aeronaves a tarefas de observação e reconhecimento. Em 1914, o que era considerado um aeroplano militar estava ainda desarmado, tinha uma velocidade de 80 a 120 km/h, teto máximo de 3.000 metros e reduzido raio de ação. Um estudo técnico das aeronaves levadas à Guerra do Contestado revela que os modelos em nada eram obsoletos ou impróprios em se comparando com aqueles empregados na Europa nos momentos iniciais da Primeira Guerra Mundial.

Sem tempo para um planejamento detalhado, bem como nenhuma experiência logística para tal, a primeira expedição aeronáutica militar no Brasil, composta de dois pilotos e cinco aeronaves, partiu apressadamente do Rio de Janeiro na manhã do dia 26 de setembro de 1914 a bordo de um comboio ferroviário especial.¹³ Seguiriam pela Estrada de Ferro Central do Brasil até São Paulo, de onde alcançariam a Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, em direção à União da Vitória, região do conflito. No mesmo comboio, grande quantidade de combustível foi embarcada por funcionários da rede ferroviária em um vagão aberto à frente dos aviões. A falha na logística de transporte não tardou a produzir um grave acidente. Ainda no município de Barra Mansa RJ, entre as estações Saudade e Pombal, fagulhas lançadas pela locomotiva a vapor atingiram um tonel com gasolina, produzindo uma explosão e conseqüente incêndio.¹⁴ Este se propagou para o vagão subseqüente, onde se encontravam as preciosas aeronaves.¹⁵

Outro erro ocorrido foi referente à alimentação da locomotiva a vapor que comboiava a composição, sendo abastecida com lenha e não com carvão, conforme seria o recomendado.¹⁶ Era conhecido que a queima da lenha produzia grande quantidade de fagulhas pela chaminé. A seqüência

13 OS AVIADORES QUE PARTEM PARA O PARANÁ. A Noite, Rio de Janeiro, 26 set. 1914, p.1.

14 GIESBRECHT, Ralph Mennucci. Estações Ferroviárias do Brasil. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_rj_ramalsp>. Acesso em: 15 abr. 2006.

15 A AGITAÇÃO NO SUL. A Noite, Rio de Janeiro, 29 set. 1914, p.1.

16 Idem.

de erros foi a causa de uma lamentável perda material. O incêndio, mesmo controlado, atingiu duas aeronaves, o *Blériot XI* e um *Morane-Saulnier*, ambas do AeCB, ficando a primeira totalmente destruída e a outra seriamente danificada. Outrora confiantes, a viagem prosseguiu cheia de incertezas rumo ao Contestado, desembarcando apenas três aeronaves em condições operacionais.

AS OPERAÇÕES AÉREAS NO TEATRO DE GUERRA

Numa fria madrugada do início de outubro, a expedição aeronáutica desembarcou em União da Vitória, uma cidade quase abandonada por seus habitantes que, em pânico, fugiam temendo os ataques dos jagunços. Nas ruas, viam-se apenas os militares e um pequeno remanescente de moradores e comerciantes. Kirk e Darioli estavam sendo engajados na Linha Oeste, sob as ordens do coronel Eduardo Sócrates, um oficial com pouco traquejo nas práticas de comando.¹⁷ Os pioneiros do ar cedo se dedicaram aos primeiros trabalhos na seleção dos locais para a instalação das primeiras pistas de pouso e decolagem. Kirk escolheu construir pistas em Canoinhas, Rio Negro e União da Vitória. Nesta cidade, vértice noroeste da estratégia das linhas de cerco, instalou-se a primeira base aérea em um teatro de operações da América do Sul, onde foram construídos três hangares.

No distante campo de batalha novos óbices sobrevieram. O empreendimento exigia recursos especializados para a operação de complexos equipamentos naquela longínqua região. Deficiências logísticas vieram à tona como a falta de peças de reposição, ferramentas e, sobretudo, um mecânico especializado em motores e aviões. Durante a fase do preparo do campo de pouso em Porto União, os aviadores tiveram que regressar à Capital Federal e por lá permaneceram por dois meses. Neste período estiveram na Fábrica de Cartuchos do Realengo, buscando e adaptando granadas de obuseiros para um pretendido bombardeio aéreo.¹⁸

Durante o período de permanência dos aviadores na Capital, ocorreu a troca de governo em 15 de novembro de 1914. Hermes da Fonseca transmitia a presidência para seu vice, o mineiro Wenceslau Brás, marcando o retorno da “política do café com leite”. Na pasta da Guerra, assumia o general Caetano de Faria, proveniente da Chefia do Estado-Maior do Exército. O novo ministro possuía um pensamento bastante diverso do de Vespasiano. Transigente, permeável a críticas e sempre

¹⁷ PEIXOTO, Demerval (Clivelário Marcial). *A Campanha do Contestado – Episódios e Impressões*. Rio de Janeiro: Editora Heitor Ribeiro e Cia., 1916, p. 385-390.

¹⁸ INSTITUTO HISTÓRICO CULTURAL DA AERONÁUTICA. *História Geral da Aeronáutica Brasileira*. Vol. 1 dos Primórdios até 1920. Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 1988, p. 423.

bem humorado, Caetano de Faria havia sido um dos condutores, ao lado de Hermes da Fonseca, do processo de reorganização do Exército. Para o grupo dos “jovens turcos” da revista *A Defesa Nacional*, Caetano de Faria havia sido um colaborador, o mais afinado e esclarecido general, o patrocinador de suas ideias.¹⁹

Novos horizontes políticos e a evolução da Grande Guerra na Europa renovavam os ânimos para a retomada da modernização do Exército e, com ela, o sonho de efetivação da aviação militar. Kirk, em suas aspirações e interesses, tinha plena consciência daquela conjuntura político-militar. O momento transparecia a todos que as guerras na Europa e no Contestado poderiam resultar em um profícuo período de novos investimentos militares. Com Vespasiano fora do poder, o tenente e seu clube podiam se posicionar à frente de um novo arranjo. O engajamento na guerra do Contestado tornara-se, assim, algo imperativo.

No retorno ao *front*, em janeiro de 1915, Kirk e Darioli trouxeram um mecânico, o italiano Zanchetti Francesco, também mediante um custoso contrato com o Ministério da Guerra. Nas frentes de batalha, a ofensiva das colunas progredia conforme o planejado, dispensando a participação dos aeroplanos para os estimados reconhecimentos aéreos. A estratégia das linhas de cerco do general Setembrino já obtinha resultados, promovendo o estrangulamento do suprimento aos caboclos insurgentes. A fome já imperava em muitos redutos.

Às 16 horas e 15 minutos do dia 4 de janeiro de 1915, ocorreu, enfim, o primeiro voo na região do Contestado. Kirk e Darioli partiram de União da Vitória em dois aviões e realizaram um voo experimental de reconhecimento seguindo o curso do rio Iguaçu até o seu afluente Timbó, a uma altitude de 600 metros. Deste ponto em diante, os aviadores tomaram cursos distintos, reencontrando-se na base após uma hora e dezoito minutos de voo.²⁰ Se naquela época o voo consistia num grande espetáculo, reservado ao público das grandes cidades, é de imaginar a sensação provocada na população daqueles afastados sertões, conforme descreveu Demerval Peixoto: “Os ensaios reproduziram-se. Ora Kirk, ora Darioli, ora os dois curveteavam em evoluções surpreendentes, sempre às vistas da população local em basbaque”.²¹

Similares efeitos produziam-se na mente das tropas locais, que viam na operação aérea a

19 BENTO, Claudio Moreira. Marechal Caetano de Faria- Projeção de sua obra como Chefe do EME e Ministro da Guerra na Reforma Militar. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, nº. 724, mar./abr. 1986, p. 98-100.

20 Parte de missão anexo nº 23 in: CARVALHO, Fernando Setembrino de. Relatório Apresentado ao General José Caetano de Faria, Ministro da Guerra, pelo comandante das forças em operações de guerra no Contestado. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1915.

21 PEIXOTO, op. cit. , p. 606.

oportunidade de sonhar com experiências antes inimagináveis. Alguns oficiais pretenderam voar em companhia de piloto, mas nenhum conquistou tamanha distinção. O tenente esquivava-se delicadamente do assédio de seus camaradas. Apresentando-se como um nobre entre plebleus, Kirk não trajava o uniforme regulamentar, fazendo uso rotineiro de suas diferenciadas vestes de aviador, deixando a percepção de que não se tratava de mais um rude oficial cavalariano. O aviador fazia questão de distinguir-se como um cavaleiro da modernidade, em detalhados aprontos para um combate em outras dimensões. Ele só veio a vestir sua farda por força da primeira visita de inspeção do general Setembrino à base de União da Vitória.

Até então ocupados somente com vôos experimentais, em 19 de janeiro de 1915, os pilotos receberam oficialmente a primeira ordem de missão de reconhecimento aéreo. Sobre esta primeira missão, Setembrino redigiu o seguinte trecho em seu relatório:

E na Linha Oeste, a 19 de janeiro, subsecutivamente a uma série de ensaios, o sr. Ernesto Darioli e o 1.º Tenente Ricardo Kirk, estreando em nossa terra as aplicações militares da aviação, exploraram a região banhada pelo rio Timbó, sem divulgar ninguém. (Anexo n. 23) era uma observação falha. Mas não era prejudicial. Corrigia-a o conjunto das informações.²²

O comandante geral da campanha percebeu, nesse momento, as restrições dos esperados reconhecimentos aéreos naquelas regiões, mas os louros do ineditismo compensavam todos os esforços. As limitações se referiam, mormente, aos problemas de navegação dependente do curso dos rios, das poucas estradas e povoados, já que pontos de referência para orientação eram facilmente perdidos pela imensidão das densas florestas de araucárias e imbuías. A despeito dos resultados, essa missão apenas confirmou o efetivo emprego de aviões no teatro de guerra, embora, como confidenciou o general, não tenha produzido a esperada utilidade.

Os pilotos realizaram um clássico voo de reconhecimento militar, mapeando acidentes geográficos e identificando instalações e a presença de ajuntamentos humanos. Não obstante, esta alardeada missão ocorre em uma área e em um momento já distante das principais linhas de combate. Havia sido uma rota previamente estabelecida e nota-se que, em todo o momento, o vôo segue a orientação do curso de rios conhecidos. Temendo possíveis agressões antiaéreas dos jagunços ocultos nas matas, os aviadores buscaram segurança pela elevação da altitude. Este procedimento fez revelar os primeiros problemas de despreparo diante da natureza climática do voo naquela região. A brusca

²² CARVALHO op. cit. , p. 93 e anexo nº 23 do mesmo Relatório.

queda de temperatura surpreendeu. Jamais haviam experimentado correntes de vento tão fortes e gélidas.

Com a progressão da guerra, o posicionamento da base aérea em União da Vitória deixou de ser vantajoso diante da intenção de empregar os aviões no *front*. Nesse momento, viam esvaírem-se as oportunidades de significativas participações naquele conflito, para mostrar as vantagens do avião no campo de batalha. Agora os jagunços do movimento rebelde pouco combatem e fogem em direção a serra, buscando uma posição com melhores condições de defesa. É a fase da guerra em que os objetivos militares se voltam para o desconhecido reduto do vale Santa Maria, na Serra do Espigão. O novo reduto, ponto final da resistência sertaneja, passa a ser citado pelas tropas como a “Meca dos Fanáticos”.²³ Os sertanejos do Contestado, graças ao seu conhecimento da região, tornam-se novamente cavaleiros da situação diante da ofensiva. Os combates são encarniçados, com acentuadas perdas de homens e armamentos.

Diante de tantas baixas, o coronel Estillac Leal, comandante da coluna, antes de tentar nova investida, solicita reforços de toda ordem ao general Setembrino. O efetivo da Coluna Sul necessitaria atingir dois mil homens para um ataque bem sucedido, tendo em vista as estimativas de que o reduto-mor possuía uma população estimada em dez mil habitantes, estes favorecidos em sua defesa pelas condições geográficas e conhecimento do terreno. O general responde ao requisitado, disponibilizando toda a infantaria e artilharia disponíveis, mas também lhe é solicitado o concurso das aeronaves. O reconhecimento aéreo talvez fosse aí mais imperioso do que antes. A imprecisão da localização do reduto de Santa Maria colocava as tropas legais em sérios riscos diante de um avanço direto. A topografia montanhosa e a vegetação facilitavam a resistência sertaneja.

Tomar Santa Maria pressupunha um longo e desgastante combate para os homens da Coluna Sul. O emprego de aviões poderia de tal modo poupar as arriscadas incursões de reconhecimento. O lançamento de bombas aéreas infligiria um grande efeito moral sobre os rebeldes. O centro de gravidade da resistência sertaneja indicava para Setembrino de Carvalho um momento ímpar para a estreia de sua surpresa tecnológica. O planejamento do ataque aéreo ao reduto de Santa Maria demonstra que o general e seu tenente aviador evoluíam em uma percepção avançada dos princípios de emprego de poder aéreo, selecionando objetivos e concebendo ações aerotáticas que estavam sendo

²³ O termo “fanáticos” do Contestado se tornou uma designação corrente da época para rotular pejorativamente os sertanejos do movimento messiânico em função de suas crenças e convicções religiosas. Tal menção, no presente trabalho não constitui juízo de valor, portanto, excetuando as citações, o termo é utilizado pelo autor entre aspas.

introduzidas pelos exércitos europeus no irromper da Primeira Guerra. Fica evidente que Setembrino e seus oficiais inspiravam-se em manobras do moderno e distante conflito.

A inovação do emprego aéreo constituía-se no apoio tático às forças terrestres, no qual o armamento e as bombas seriam utilizados contra as linhas de frente, visando apoiar o avanço das tropas terrestres e impedir a evasão do inimigo. Assim empregadas, as aeronaves operariam próximas às tropas, ou a curta distância da retaguarda do inimigo, contra pontos de evasão e reagrupamento.²⁴ A proposta de emprego aéreo sobre o reduto de Santa Maria, concebida por Kirk e Darioli, e apresentada ao general Setembrino, consistia em efetuar um bombardeio de efeito moral, utilizando granadas adaptadas para lançamento aéreo.²⁵

Para os aviadores, voar para um ataque ao distante povoado, localizado a sudeste de União da Vitória, exigiria a transposição da Serra do Espigão. A distância da base apontava para a mobilização dos elementos aéreos, para uma posição mais próxima à nova frente de combate. O cruzamento da elevada serra em vô, diretamente ao reduto, foi logo descartado pelos aviadores, face aos evidentes riscos de navegação, sobretudo em caso de mau tempo. Como alternativa Kirk planejou uma rota pelo oeste, seguindo a linha férrea até a estação Caçador, onde deveriam ser preparados novos campos de pouso para as escalas. Entretanto, a nova rota impunha outro obstáculo natural, entre União da Vitória e Rio Caçador, a Serra da Taquara Verde, de menor magnitude, mas que muito preocupou os aviadores.

Os relatos evidenciam estarem aqueles cavaleiros alados pouco preocupados com os horrores de um confronto direto com o inimigo, mas sim com a navegação aérea, necessária ao desdobramento. Experimentados aviadores de outrora se encontravam diante de um cenário nunca antes vivenciado. Pontos de referência visual, como os morros, o mar e as construções urbanas não estavam lá presentes, como no Rio de Janeiro. O cenário das densas matas das serras catarinenses mostrava-se bastante adverso, sobretudo visto dos ares.

Do mesmo modo, eram obrigados a voar em condições atmosféricas críticas, diferente dos raids realizados sobre o Rio de Janeiro, quando praticavam voos em horários e condições de tempo privilegiados. Em pleno verão, fortes ventos e nebulosas frentes já assolavam constantemente aquelas obscuras serras do Sul. Mesmo assim, Kirk e Darioli, empreendendo curtos voos de reconhecimento,

24 MENEZES, Lauro Ney. O Poder Aéreo e seus Teoristas, parte 3. Disponível em: <http://www.reservaer.com.br/biblioteca/e-books/poderaereo/3-parte3.html>. Acesso em: 1 set. 2007.

25 DARIOLI, Ernesto. A Primeira Manifestação da Aviação Militar no Brasil. Revista do Aero Club do Brasil, Rio de Janeiro, ago. 1915, p. 11.

planejaram uma rota de passagem com o desvio das mais altas colinas da Taquara Verde, contudo sem ainda tentar transpô-las. O voo visual seria orientado pelo traçado da linha férrea. Demandando novas providências de infraestrutura aeronáutica, novos campos de pouso avançados tiveram de ser preparados nas proximidades da linha de frente. Um exame das mensagens telegráficas expedidas por Estillac Leal, no comando da Coluna Sul, para o quartel-general em União da Vitória, registra a expectativa e o elevado moral de suas tropas quanto ao emprego da aviação.²⁶

Em 25 de fevereiro, uma falha mecânica no *MS Parasol* levou Kirk a realizar um arriscado pouso forçado. No grave acidente, o piloto saiu ileso, mas a aeronave de melhor desempenho acabou totalmente destruída, provocando o adiamento da missão. Os relatórios de guerra do período são patentes em evidenciar que o decisivo ataque da Coluna Sul, ao reduto de Santa Maria, foi periodicamente adiado, no aguardo de muitas condições favoráveis para o emprego dos aviões. Em 26 de fevereiro, o coronel Estillac Leal recebeu ordens para não mais retardar a ofensiva, diante de mais uma dificuldade na operação dos aviões. Setembrino sentenciava o ataque para o dia 1.º de março, marcado pela efeméride da vitória na Guerra do Paraguai.

A DERRADEIRA MISSÃO AÉREA NO CONTESTADO

A perda da melhor aeronave, especialmente adaptada para o lançamento de granadas, deixou a missão aeronáutica do Contestado com apenas duas aeronaves, os *Moranes G/H* de 50 e 80 HP respectivamente. O mecânico Francesco efetuou modificações no *Iguassú*, permitindo a melhoria de desempenho para o bombardeio aéreo. A determinação da ofensiva sobre Santa Maria para 1.º de março, independente da participação da aviação, não frustrou a possibilidade da continuidade do emprego, que não foi descartada por Setembrino, diante da perseverança do tenente Kirk e das solicitações do coronel Estillac Leal.

Para o ataque Estillac Leal contava com uma superioridade numérica de mais de dois mil homens. As preocupações residiam em poupar ao máximo a vida de seus combatentes num embate direto, onde os caboclos eram exímios conhecedores do terreno e das táticas de guerrilha. O coronel insistia na oportunidade do emprego dos aviões para dobrar meios em favor do sucesso de sua

²⁶ Telegramas constantes do livro de registro de telegramas expedidos e recebidos pelo comando da Coluna Sul. fev. 1915. Fonte: Arquivo Histórico do Exército, série Revoluções Internas, sub-série Forças em Operações no Contestado, estante I-15, prateleira 12, pasta 5541.

ofensiva. Mesmo sem contar com um eficiente lançamento das bombas pelos aeroplanos, o coronel argumentava que, com lançamentos da sua artilharia sobre o reduto, esperava-se pânico e a evasão em massa dos rebeldes.

Além do reconhecimento, os aviadores poderiam ainda observar a direção da fuga dos jagunços e orientar pelo ar a infantaria em diligências de perseguição. Em um sentido oculto, Estillac contava com a presença dos aeroplanos como um artifício para levantar o moral de sua tropa. O novo elemento de combate seria a vedete do grande ataque. As esperanças e expectativas voltavam-se para os efeitos daquele recurso militar em ação, nunca antes visto por soldados e jagunços. Estariam se valendo do princípio da surpresa tecnológica, fundamento da doutrina militar que desde os mais remotos tempos modificara a história das guerras. Importante apontar que os aviadores planejam toda a missão, mas não realizam sequer uma precursora, ou seja, um ensaio preliminar de reconhecimento, verificando em voo a validade de toda a rota e aferido o tempo do percurso.

Enfim, na manhã de 1º de março, parecia tudo pronto para a promissora operação aérea. A expectativa da missão aérea levou todo o quartel-general, inclusive Setembrino de Carvalho, ao campo de União da Vitória. Nuvens se acumulando sobre Taquara Verde chegaram a alterar perceptivelmente o semblante de Kirk. Setembrino tentou convencê-lo a abortar a missão, mas o tenente manteve-se firme em seu propósito de cumprimento do dever.²⁷ As decolagens aconteceram por volta das 11 horas na presença de grande número de oficiais entusiasmados. Darioli rolou primeiro na pista, e Kirk quinze minutos depois. Tal espaço de tempo se dera em função da diferença de desempenho entre as aeronaves, favorecendo o posterior encontro após a transposição da serra. O general permaneceu no local acompanhando atento a evolução das operações por meio de informes telegráficos.

Após uma hora da última decolagem, inesperadamente, Darioli retornou à base efetuando o pouso. O piloto italiano alegava que não conseguira transpor a serra devido às fortes rajadas de vento, além as nuvens densas que se seguiam adiante. Queixava-se também de falhas no seu motor. Havia retornado com o auxílio de uma bússola e seguindo o curso da estrada de rodagem para Palmas. Demonstrava séria preocupação com o companheiro, o qual não tinha mais avistado.²⁸ Informes telegráficos não acusavam a passagem do avião de Kirk pelos postos subsequentes. Um clima de tensão então tomou conta de todo o Estado-Maior em União da Vitória.

27 SOUZA, José Garcia de. A Verdade Sobre a História da Aeronáutica. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica Leuzinger, 1944, p.198 -199.

28 PEIXOTO, op. cit. , p. 610.

Por volta das 16 horas, chegou ao comando uma mensagem telegráfica proveniente da Colônia General Carneiro, notificando a queda da aeronave. O aparelho havia sido encontrado parcialmente avariado após forte colisão contra um pinheiro. O corpo do tenente jazia sem vida, fora da aeronave. Apesar de tudo, a grandiosa ofensiva sobre Santa Maria aconteceu sob as ordens do coronel Estillac Leal que, às 18 horas, informado do acidente de Kirk, manteve a notícia em sigilo a fim de não abalar o ânimo de seus combatentes. Na tarde do dia 1º de março os aeroplanos não vieram, mas o ataque à “Meca do Fanáticos” sobreveio mesmo assim.

A infantaria apenas aguardou sua vez, diante da ensurdecidora artilharia que certamente ocultaria o suave roncar das esperadas aeronaves. Os soldados mantiveram, por isso, seus olhares voltados para os céus, na esperança de ver passar aqueles espetaculares aparelhos. Todos aguardavam pelo grande momento do aceno ao tenente Kirk e a Ernesto Darioli. Saudariam os valentes aviadores, e assim seguiriam confiantes na vitória. Seriam heróis ao lado dos novos cavaleiros alados. O poder sobrenatural do “Exército Encantado” do “monge” e o medo da morte no sangrento enfrentamento dos “fanáticos” do Contestado seriam assim aplacados pela confiança nas forças da modernidade.

Apesar das ordens de sigilo na Coluna de Estillac Leal, no dia seguinte a trágica notícia do acidente aéreo atingiu o seio da tropa, levada pelos praças do 58.º Batalhão de Caçadores, que acampavam próximos à central telegráfica. Conforme previa o coronel, o moral de sua tropa foi abalado pela notícia da morte do tenente aviador, pois circulavam entre os soldados as predições dos sertanejos que afirmavam que “o gavião do governo cairia quando pretendesse voar para lhes jogar bombas”.²⁹ As crenças de que os “fanáticos” eram invencíveis e tinham o “corpo fechado às balas” havia contaminado negativamente o imaginário dos soldados, o que já vinha comprometendo o sucesso da ofensiva.

Sobre as causas da morte acidente do tenente Kirk, foi aberto, na época, um inquérito, instaurado no quartel-general da 11ª Região Militar, por ordem do general Setembrino. A primeira investigação de acidente aeronáutico da história da aviação brasileira teve início no dia seguinte ao acidente, a cargo do 1.º tenente engenheiro Eduardo Monty. As investigações concluíram ter se tratado de um acidente, ocasionado por uma malsucedida tentativa de pouso e arremetida de Kirk numa pequena clareira na mata. A colisão contra a árvore teria sido fatal. A conclusão do inquérito aponta para a provável perda de rota, diante do insucesso na transposição da Serra da Taquara Verde

²⁹ Ibidem, p. 606.

sob condições visuais desfavoráveis, levando Kirk a buscar um pouso de emergência diante da desorientação.³⁰

A morte do tenente Ricardo João Kirk encerrou definitivamente o emprego de aviões na Guerra do Contestado. Seu corpo foi sepultado no cemitério de União da Vitória, no dia 2 de março, com as honras fúnebres prestadas por um pelotão do 12.º Regimento de Infantaria. No dia 4 de março de 1915, ocorreu a promoção *post-mortem* ao posto de capitão por ato de bravura, conforme decreto do ministro da Guerra. Com a nova criação da Aviação do Exército, em 1986, o capitão Ricardo João Kirk foi alçado ao posto de “Patrono da Aviação do Exército”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da aviação militar brasileira encontra-se indubitavelmente permeada pela história da Guerra do Contestado. A iniciativa aérea para o distante conflito messiânico foi consequência, e mesmo um espelho, de uma conturbada política de incorporação tecnológica da aviação no EB, inserida no amplo contexto de reorganização da força terrestre iniciada pelo marechal Hermes da Fonseca.

A guerra do Sul, provocando grande desgaste político e militar ao governo da República, tornou-se um oportuno palco para a validação do processo de modernização do Exército. O conflito no Contestado, em sua fase de agravamento, aconteceu em simultaneidade à evidenciação do fracasso da política da introdução da aviação militar. A nomeação do general Setembrino de Carvalho marcou uma mudança da política do governo no enfrentamento da revolta catarinense.

A tomada de decisões para o emprego aéreo ocorreu em função de circunstâncias mais políticas do que militares. Foi uma decisão pessoal de comando do general Setembrino de Carvalho, fundamentado em argumentações militares, mas, sobretudo, calcado em conveniências de ordem política, influências pessoais e pressões da imprensa. Ficou claro que a decisão não foi arquitetada a partir de um estudo de Estado-Maior, já que este organismo só foi constituído posteriormente à deliberação. Essa e outras ações observadas no mesmo período, no que se refere à incorporação tecnológica do avião, confirmam que o conceito e a filosofia de Estado-Maior não estavam solidificados

³⁰ Inquérito acerca do acidente do tenente Kirk, instaurado na IX região militar em 2 mar 1915 a cargo do tenente Eduardo Monty: Fonte: Arquivo Histórico do Exército, série Revoluções Internas, sub-série Forças em Operações no Contestado, estante I -15, prateleira 12, pasta 5542.

no seio do EB da época.

Politicamente, a decisão do emprego aéreo no Contestado surgiu diante de um momento adequado de união nacional em torno do conflito. O general Setembrino de Carvalho utilizou a oportunidade para sustentar um componente derrocado no conjunto de modernizações do Exército. Buscava promover a reunião de esforços e, deste modo, reverter o quadro de paralisia na empreita da aviação, almejando ressuscitá-la sob favoráveis ventos do pós-guerra.

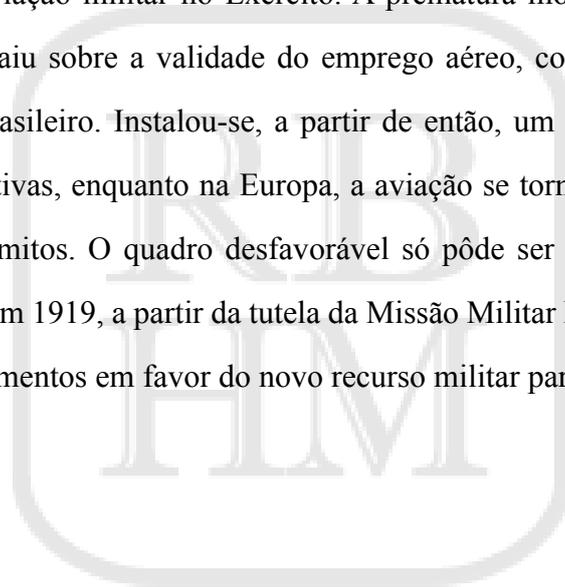
No que diz respeito ao planejamento operacional e logístico da expedição aérea, constata-se que os mesmos foram incipientes, enfrentando obstáculos que acarretaram uma sequência de falhas. A quimera do ineditismo e a inexperiência fizeram com que seus idealizadores dispensassem importantes avaliações e estimativas militares. Enquanto os países beligerantes da Grande Guerra na Europa aplicavam o novo recurso militar em campos de batalha de terras milenarmente conhecidas e civilizadas, o EB ousou testar sua incipiente incorporação tecnológica numa região longínqua e selvagem, distante dos grandes centros urbanos da época. A ousada expedição aeronáutica aconteceu em um sertão inóspito e carente de infraestrutura.

Sob a ótica da incorporação tecnológica, observa-se que o EB da época lançou-se sobre um crítico conflito empregando um recente invento, um original recurso militar, mas simplesmente desconsiderou suas concepções e formulações de emprego em função de seu campo de batalha. Não se ateu à necessidade de maiores reflexões e adaptações doutrinárias. Considerou o avião uma mera renovação tecnológica, tal qual as demais armas e equipamentos introduzidos na força terrestre naquele momento. O transcurso das operações aéreas na zona de combate revelou despreparo, evidenciando-se diante de problemas logísticos e operacionais. Os pioneiros aviadores depararam com condições adversas de clima e navegação, diferente daqueles voos aos quais estavam condicionados na metrópole carioca, denunciando as muitas limitações no emprego do novo recurso.

As operações aéreas no Contestado não surtiram os esperados resultados, exceto no campo da mídia e da política. Os reconhecimentos aéreos não foram profícuos operacionalmente. A expedição terminou com uma tentativa de desdobramento aéreo para a nova frente de combate sul, para o ataque ao reduto de Santa Maria, onde ocorreriam sobrevoos de reconhecimento e lançamento de bombas aéreas. A missão fracassou por erros de navegação e adversidades meteorológicas durante a transposição da Serra da Taquara Verde, onde ocorreu o acidente fatal do tenente Kirk, numa tentativa de pouso por desorientação.

O emprego da aviação na Guerra do Contestado mostrou-se uma iniciativa militar equivocada e, por fim, desastrosa, tendo em vista que nenhum resultado positivo foi alcançado. Consumiu ainda vultosos recursos, bem como o saldo material da perda de quatro das cinco aeronaves mobilizadas. Contudo, a maior e irreparável perda foi a humana, a morte do único oficial brevetado da força terrestre. Uma evidente conclusão é que, indiscutivelmente, o EB não se encontrava preparado para efetivar o emprego da aviação na Guerra do Contestado. Este despreparo pode ser considerado sob diversos aspectos, organizacionais, materiais e, sobretudo, humanos. A força terrestre da época lançou-se precipitadamente em um recurso sem possuir nenhuma unidade de aviação constituída, equipada e treinada para pronto emprego.

As perdas e o fracasso do emprego aéreo no Contestado provocaram consequências negativas para a reorganização da aviação militar no Exército. A prematura morte do tenente Ricardo Kirk foi um duro golpe que recaiu sobre a validade do emprego aéreo, comprometendo o respaldo do pensamento aeronáutico brasileiro. Instalou-se, a partir de então, um breve período de paralisia e estagnação de novas iniciativas, enquanto na Europa, a aviação se tornava a vedete dos campos de batalha, forjando heróis e mitos. O quadro desfavorável só pôde ser revertido após o término da Primeira Guerra Mundial, em 1919, a partir da tutela da Missão Militar Francesa de Aviação, quando foram retomados os investimentos em favor do novo recurso militar para o EB.



HISTÓRIA POLÍTICA, HISTÓRIA SOCIAL E HISTÓRIA MILITAR: TRÊS HISTÓRIAS EM BUSCA DE UM EIXO TEÓRICO E METODOLÓGICO COMUM

Renato Jorge Paranhos Restier Junior¹

Marcello José Gomes Loureiro²

INTRODUÇÃO

Pretendemos com este artigo destacar, de forma simplificada, os novos procedimentos teóricos e metodológicos disponíveis para a produção do conhecimento histórico que oferecem aos cientistas sociais e historiadores um instrumental amplo para a atuação na pesquisa em história militar.

Muito embora o estudo da guerra tenha longa tradição, iniciando-se com Heródoto e Tucídides, há alguns anos é possível verificar um grande incremento nas pesquisas relativas à História Militar no Brasil. Por exemplo, importantes pesquisadores têm direcionado seus enfoques para a produção acadêmica nesse sentido, bem como centros de referência têm produzido dissertações e teses nesse campo do saber. O próprio mercado editorial indica o crescimento do interesse acerca da área.

Em razão das aproximações que a História estabeleceu principalmente com a teoria social e com a antropologia, novas abordagens têm sido aplicadas à historiografia militar. Por exemplo, no que se refere ao estudo da guerra, é possível reter atenção nos espaços de conflito, nas opções geoestratégicas, na logística, nos recursos tecnológicos, nas relações entre líderes e liderados, nas culturas políticas, imaginários, identidades e sentimentos dos combatentes, etc. Enfim, multifacetados enfoques temáticos refinam a produção textual e o debate decorrente.

Em síntese, atualmente a história militar procura estudar o fenômeno militar sob uma nova ótica, em que os diversos aspectos relacionados à guerra são integrados em uma compreensão analítica, contrapondo-se a um modelo tradicional que privilegiava o estudo técnico das grandes batalhas, narradas de forma descritiva e memorialista, centrado no culto aos grandes heróis.

¹ Renato Restier é graduado em História pela Universidade Gama Filho, especialista em História Militar pela UNIRIO/ DECEX/IGHMB e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da UERJ. Sócio honorário do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Atualmente exerce a função de pesquisador do Departamento de História da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha.

² Marcello Loureiro é graduado pela Escola Naval, bacharel e licenciado em História pela UERJ, especialista em História do Brasil pela UFF, especialista em História Militar pela UNIRIO, mestre e doutorando em História pelo Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ. É autor do livro *A Gestão no Labirinto: circulação de informações no Império Ultramarino Português, formação de interesses e construção da política lusa para o Prata (1640-1705)*, publicado pela Editora Apicuri, em 2012.

Segundo os críticos, a historiografia militar tradicional não concebia o militar e as instituições militares dentro dos contextos social, cultural, psicológico e geográfico. Não eram entendidos como receptores e agentes de transformação social. Desconsiderava ainda o diálogo constante com as correntes de um todo social, sem qualquer problematização.³

Por isso, a história militar, tal como a história política, foi durante algum tempo marginalizada em função de seu rótulo de história meramente factualista. Não seria justo entender que a história militar foi a única que produziu (ou que deu origem) à história factual; logo não é também correto afirmar que suas mudanças hoje são singulares em relação aos outros campos da história.

UMA NOVA HISTÓRIA POLÍTICA

A importância de dedicarmos uma passagem deste artigo à história política se deve ao fato de que, durante um grande período, especificamente no século XIX, os fenômenos militares eram tratados somente na esfera dos fenômenos políticos. A guerra era entendida apenas enquanto um instrumento da política. Tal perspectiva, tributária das teorias de Karl von Clausewitz em sua obra *Da guerra*, influenciou diversos estudiosos da teoria da guerra, da história política, da história diplomática e demais campos do conhecimento relacionados aos fenômenos militares.⁴ Segundo Fuller, a maior contribuição de Clausewitz foi “sua insistência nas relações da guerra com a política”.⁵

A impossibilidade de desvincular a guerra dos fenômenos políticos fez com que as críticas à história política fossem também dirigidas aos estudos dos fenômenos militares. Sendo estes parte da política, ou a política por outros meios, a história militar foi tão negligenciada quanto a história política nos movimentos de renovação historiográfica da primeira metade do século XX.⁶

Sabemos que o conhecimento histórico, construído na febre cientificista do século XIX, passou por uma série de transformações na primeira metade do século XX com a *École des Annales* e no decorrer de suas gerações.⁷ Segundo Peter Burke, pode-se dividir o movimento dos

3 CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 23-26.

4 Carl von Clausewitz foi um teórico militar prussiano do século XIX que teve sua principal obra, *Da Guerra*, publicada *post mortem*.

5 Cf. FULLER, John Frederick Charles. *A Conduta da Guerra: estudo da repercussão da Revolução Francesa, da Revolução Industrial, da Revolução Russa, na guerra e em sua conduta*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002, p. 65.

6 BURKE, Peter. *A Escola dos Annales – 1929-1989 A Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Unesp, 1991, p. 17-22.

7 Para uma análise das teorias cientificistas do século XIX, ver o capítulo III intitulado *A temática do cientificismo* da obra WEHLING, Arno. *A Invenção da História: estudos sobre o historicismo*. Rio de Janeiro: Editora Gama filho, 2001.

Annales em três fases:

Em sua primeira fase, de 1920 a 1945, caracterizou-se por ser pequeno, radical e subversivo, conduzindo uma guerra de guerrilhas contra a história tradicional, a história política e a história dos eventos. Depois da Segunda Guerra Mundial, os rebeldes apoderaram-se do establishment histórico. Essa segunda fase do movimento, que mais se aproxima verdadeiramente de uma ‘escola’, com conceitos diferentes (particularmente estrutura e conjuntura e novos métodos especialmente a ‘história serial’ das mudanças na longa duração), foi dominada pela presença de Fernand Braudel.⁸

A terceira fase, iniciada por volta de 1968, caracteriza-se, conforme Burke, pela fragmentação. A influência do movimento cresceu tanto que perdeu “*muito das especificidades anteriores*”.⁹

Era uma ‘escola unificada’ apenas aos olhos de seus admiradores externos e seus críticos domésticos, que perseveravam em reprovar-lhe a pouca importância atribuída à política e à história dos eventos. Nos últimos vinte anos, porém, alguns membros do grupo transferiram-se da história socioeconômica para a sociocultural, enquanto outros estão redescobrimo a história política e mesmo a narrativa.¹⁰

Além da influência dos *Annales*, apontamos ainda o marxismo e o estruturalismo enquanto modelos explicativos hegemônicos responsáveis por manter a história política no “*porão*”, expressão formulada por Michel Vovelle.¹¹ Afinal, nesses modelos, os fatores econômicos e sociais determinam o político.

Destacamos ainda a questão da temporalidade. Os fenômenos políticos entendidos enquanto fenômenos de curta duração, eventuais, chamados comumente de “*o tempo do fato*”, não se enquadravam na longa duração braudeliana.

Apesar das críticas, os fenômenos políticos nunca deixaram de ser tratados, mesmo na historiografia francesa. O próprio Marc Bloch não deixou de produzi-lo, como observam Guenée e Sirinelli ao se referirem ao livro *Os Reis Taumaturgos*.¹² Segundo Ronaldo Vainfas, a história oitocentista sofreu com o estereótipo criado pelos *Annales*:

8 Cf. BURKE, Peter. *A Escola dos Annales...*, op. cit., p. 12.

9 Cf. *Ibidem*, p. 13.

10 Cf. *Idem*.

11 SIRINELLI, Jean-François. De la demeure à l’agora. Pour une histoire culturelle du politique in BERNSTEIN, Serge e MILZA, Pierre (dir.). *Axes et méthodes da l’histoire politique*. Paris: PUF, 1998, p. 383.

12 GUENÉE, Bernard e SIRINELLI, Jean-François. L’histoire politique in BÉDARIDA, François (dir.). *L’histoire et le métier d’historien em France 1945-1995*. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l’homme, 1995, p. 301-302.

Vale dizer que os combates de Bloch e Febvre e o movimento historiográfico que estimularam nos anos 20 foram em parte injustos com a historiografia do século XIX e mesmo com a que havia no início do século.¹³

Se por um lado, ainda na reflexão de Vainfas, houve historiadores como Ranke, que teriam marginalizado “*o que se poderia chamar de história sociocultural*”, inúmeros historiadores “*do século XIX e início do XX deram contribuição inestimável à renovação dos estudos historiográficos*”.¹⁴ Vainfas está se referindo aos estudos de Burkhardt sobre o Renascimento, em 1860; Edward Gibbon, com a história sociocultural do Império Romano; Michelet e seus trabalhos sobre o Renascimento e acerca da atuação popular na Revolução Francesa; Henri Sée em sua análise econômica sobre o Antigo Regime; e, obviamente, Fustel de Colanges e seu clássico *A Cidade Antiga*, tratando da religião e da família na Grécia Antiga.¹⁵

No final do século XX, houve o que se chama de “*retorno*” da história política. Além do recuo do estruturalismo e do marxismo na década de 1970, a própria redefinição do objeto da história política contribuiu para sua revalorização. O estudo do Estado continua sendo um dos principais objetos da história política; contudo este campo da história não se limita exatamente ao Estado e suas manifestações. Podemos apontar como objetos da história política, por exemplo, a cultura política, as idéias e representações políticas; os fenômenos de crenças e de transmissão de normas e valores políticos. A prosopografia, consagrada nas obras de Lawrence Stone, também representa um fértil campo de estudos;¹⁶ as biografias, compreendendo a necessidade de relacionar tempo e espaço com o indivíduo; as instituições políticas e suas dinâmicas internas e externas; enfim, um universo de possibilidades de estudos.

Assim, enquanto a História Política do século XIX mostrava uma preocupação praticamente exclusiva com a política dos grandes Estados (conduzida ou interferida pelos ‘grandes homens’), já a Nova História Política que começa a se consolidar a partir dos anos 1980 passa a se interessar também pelo ‘poder’ nas suas outras modalidades (que incluem também micropoderes presentes na vida cotidiana, o uso político dos sistemas de representações, e assim por diante!¹⁷

13 Cf. CARDOSO, Ciro & VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.131.

14 Cf. *Ibidem*.

15 *Ibidem*, p.132.

16 Por exemplo: STONE, Lawrence. *La Crisis de la Aristocracia (1558-1641)*. Madri: Alianza, 1985.

17 Cf. BARROS, José D’Assunção, *O campo da história: especificidades e abordagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

Trabalhando com novos objetos de estudo e fazendo uma (re)análise dos antigos, abordando-os sob novas perspectivas, a história política e os demais campos se reavaliam e se revigoram.¹⁸ Dessa sorte, entendemos que a história “*é a história do homem, visto como um ser social, vivendo em sociedade*”,¹⁹ contrapondo a possibilidade de compreender as ações dos homens sem a consideração dos vários fatores constitutivos de um todo social que terão relação direta ou indireta com o objeto a ser analisado. Como afirma Rémond, a “*renovação da história política foi grandemente estimulada pelo contato com outras ciências sociais e pelas trocas com outras disciplinas*”.²⁰

Portanto, buscar deslindar uma esfera de poder sem compreender, antes, a cultura política do grupo social em questão, fará com que a análise tenha, provavelmente, muitas lacunas. Os fenômenos históricos não são estanques, mas sim constituídos por uma série de fatores (sociais, psicológicos, políticos, econômicos, etc) que se relacionam. Perder de vista esta relação compromete o resultado da pesquisa. Por isso a pertinência de se observar também as relações recentes que a História estabeleceu com a sociologia e a antropologia.

APROXIMAÇÕES COM A TEORIA SOCIAL

Se a história é tecida por homens, não é viável excluir da análise as orientações valorativas que permeiam uma determinada sociedade. Não é possível compreender as relações entre homens, no tempo, desvincilhando-se da dinâmica social em que estão inseridos e que atualizam. Especificamente para o caso militar, não é possível examinar fenômenos bélicos por eles mesmos, de forma totalmente abstrata, como se a sua natureza não estivesse pautada em sujeitos sociais. A aproximação da história com a teoria social contribui justamente para minimizar esta lacuna, freqüente no que atualmente se denomina (pejorativamente) de história tradicional.

É preciso registrar que a própria história social transformou-se muito nos últimos anos. Durante décadas, o conceito estrutural de *classe* fez com que os historiadores e sociólogos praticamente ignorassem às possibilidades de iniciativa dos sujeitos sociais. Entretanto, sobretudo durante os anos 1970, com o intuito de restringir o papel da estrutura na explicação historiográfica, a micro-história

18 Ibidem, p. 106-109.

19 BORGES, Vavy Pacheco. *O que é história?* São Paulo: Brasiliense, 2000, p. 48.

20 Cf. RÉMOND, René (Org.). *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996, p. 29.

italiana inventou uma forma de valorizar o indivíduo. Impossibilitada de isolar completamente o indivíduo para engrandecê-lo, ela o colocou como a síntese de todo um conjunto articulado de redes sociais, permitindo verificar, a partir da redução de escala, a mobilidade social e as suas formas de interação. Contudo, é preciso de antemão registrar uma advertência: micro-história, que é um método bastante complexo, está longe de se resumir à redução de escala, de modo que observar a trajetória de um indivíduo pode não ter nada a ver com microanálise.

Foi o antropólogo norueguês Fredrik Barth quem resolveu inicialmente a dicotomia micro *versus* macro. Considerou que os sujeitos sociais são agentes que carregam um determinado sistema de normas ou de valores, ou seja, sua própria cultura, condicionante de suas escolhas e de suas estratégias sociais. Em última análise, considerou que os sujeitos são sínteses do sistema valorativo que portam, bem como dos diversos papéis sociais que podem assumir em sua comunidade. Cada papel permite, em decorrência, que muitas relações sociais sejam tecidas, de modo que um sujeito representa sempre o ponto de encontro de diversas redes. Em termos práticos, nessa perspectiva, um militar o é pelo tipo de relações que estabelece com outros. A perspectiva relacional e a inserção de um indivíduo em redes sociais é apenas o ponto de partida da micro-história.

Fugindo de um modelo difusionista, Barth procurou criar o que chamou de uma “*antropologia do conhecimento*”.²¹ Conhecimento, nesse caso, é a própria prática social, traduzida em estratégias orientadas pelos recursos disponíveis para um agente social qualquer. A ação social que costuma trazer resultados favoráveis para o indivíduo é o que acaba por orientar (valorativamente) a prática subsequente. A prática social vai degenerando a orientação valorativa escrita, o direito positivado, de modo que o sistema normativo se adapta constantemente aos aspectos consuetudinários. Assim, há uma dinâmica na sociedade.

Para Barth, a ação social é sempre o resultado de escolhas e estratégias, que são conformadas, por sua vez, a partir dos recursos (econômicos, cognitivos, viáveis graças às alianças com vizinhos, etc.) e contradições existentes no sistema de valores. Em outras palavras, cada agente social, no momento em que se apresenta em uma relação e estabelece um laço social, dispõe de recursos, compromissos e uma visão de mundo que modulam suas estratégias e escolhas.²² É interessante perceber como os atores de um determinado grupo social compartilham frequentemente o mesmo comportamento

21 Cf. BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000, p. 143-146.

22 Ibidem, p. 7-22.

porque possuem valores que condicionam de modo similar as suas escolhas.

Se todas as relações sociais são regidas por normas, tais normas, por sua vez, podem ser resgatadas nas próprias ações sociais. Esse corolário é que permite a passagem do micro para o macro e vice-versa. Tal é o “*jogo de escalas*”, para usar expressão de Jacques Revel.²³

Para Barth, o termo *sociedade* pode ser perigoso na análise, posto que indica certa homogeneidade. Não custa insistir que existem contradições internas no sistema de normas que permitem interpretações e usos distintos pelos sujeitos sociais. Por isso, há movimento social. Sociedades, portanto, são sistemas desordenados.²⁴ Barth assim rejeita a idéia de uma estrutura imóvel, que permeia toda a sociedade. Sua noção de “*processo generativo*” é exatamente isso: a redefinição incessante das ações sociais articuladas com as fraturas do sistema normativo.

Desse modo, extremamente dinâmica é a forma como Barth pauta as relações indivíduo/sociedade. Ele lembra que um sujeito vive distintos papéis sociais em sua comunidade. Cada papel social experimentado permite que ele se insira em diversas redes sociais, estabelecendo os mais variados vínculos. Quando se partilha o indivíduo nesses papéis, o que somente é possível com a redução da escala, é que se percebe quantas redes nele se cruzam. Por isso, o historiador italiano Carlo Ginzburg lembra que um nome é, em última instância, uma relação social, porque muitas hierarquias se cruzam em um indivíduo, sempre detentor de vários status simultaneamente.²⁵ Assim, os sujeitos sociais nunca podem ser percebidos de forma isolada, posto que representam o ponto de encontro de diversas redes sociais. Com base nesta premissa, Ginzburg investigou as relações sociais do moleiro Menocchio e Giovanni Levi, as famílias do Piemonte.²⁶ Esta é a metodologia microanalítica: por um indivíduo, *imerso em redes*, percebe-se uma sociedade. Porque cada ação social sua representa, em última instância, um modo de interpretação do sistema de valores. A ação pode então ser considerada uma estrutura, porque por detrás dela há grande complexidade de forças envolvidas.²⁷ Mas sem inserir o indivíduo em redes, não se é possível perceber que estrutura é esta; neste caso, não há micro-história, mas apenas redução de escala.

Um conceito utilizado por Barth e que se mostra fundamental para a análise da sociedades

23 REVEL, Jacques. *Jogos de escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998

24 Ibidem, p. 169-172.

25 GINZBURG, Carlo. “O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico”, in GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel: Rio de Janeiro, 1991, p. 168-178, especialmente p. 172-174.

26 GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987 e LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

27 Ibidem, p. 172-177.

militares é o de *fronteira* entre grupos.²⁸ Há elementos que são intocáveis no sistema de valores de uma sociedade. Atualmente, nas Forças Armadas, hierarquia e disciplina. Dois valores que não estão em jogo; não podem ser flexibilizados, posto que são a essência do sistema de valores. A microanálise, com a lupa, ajuda a perceber o que está ou não em jogo. Por isso, nesse ponto é útil o conceito de *fronteira*: sua análise permite observar se há flexibilidade nas relações sociais.²⁹ A idéia de *fronteira* intransponível parece-nos muito importante por duas razões.

Em primeiro lugar, a *fronteira* intransponível se presta para formar as identidades dos grupos. Valores não compartilhados distinguem grupos, criando assim identidades pela diferença.

Depois, além de criar identidades, as *fronteiras* intransponíveis têm ainda uma segunda função: elas estão internalizadas por todos os grupos, o que faz com que cada um saiba o seu devido lugar na hierarquia social. Tal é a origem da polidez, fundamental na conservação da sociedade. A internalização das fronteiras étnicas cria um código mínimo, um idioma comum, ou, noutros termos, uma orientação valorativa geral, que cola o grupo, fazendo com que cada indivíduo assuma uma noção de pertencimento. Assim, é a internalização da noção de *fronteira* que faz com que um pelotão se apresente unido, ainda que internamente cada indivíduo tenha suas idiossincrasias, ou que até mesmo discorde intimamente das determinações de seu comandante. Há algo maior, que traz unidade ao grupo. Assim, a utilidade desse conceito para a análise é óbvia.

A micro-história italiana, entretanto, apresenta ao menos três problemas para a análise historiográfica. O primeiro problema desse tipo de abordagem advém da dificuldade existente em se generalizar conclusões. Podemos indagar, por exemplo, com que frequência ocorre um determinado fenômeno observado. É normal ou excepcional? Outro problema é que a micro-história é um ótimo método para pesquisar uma sociedade e a sua funcionalidade. Reduzindo-se a escala, enfatiza-se a dinâmica *na* sociedade, por meio da reconstituição das trajetórias de alguns de seus indivíduos. Contudo, parece complicado perceber a dinâmica *da* sociedade em seu conjunto. O último problema encontrado na utilização da metodologia microanalítica é a dificuldade de rastrear redes sociais na documentação disponível para a pesquisa.³⁰

Assim, muitas vezes, conforme casos específicos, a utilização de outros suportes teóricos pode ser consideravelmente pertinente. Por exemplo, as teorias advindas dos escritos do sociólogo

28 Ibidem, p. 25-67.

29 Ibidem, p. 33-35 e p. 47-49.

30 BURKE, Peter. *História e Teoria Social*. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt e Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Unesp, 2002, p. 61-66.

alemão Norbert Elias.

Muito do que Elias escreveu parece, antes, ter sido anunciado pelo sociólogo (também alemão) Georg Simmel.³¹ A perspectiva de sociedade lançada por Simmel é bastante interessante. Ele considera sociedade uma “(...) *abstração indispensável para fins práticos*”,³² que “(...) *significa a interação psíquica de indivíduos*”.³³

Em suas análises, tudo parece ter origem no ser humano: só que não na sua soma, e sim na sua interação. O próprio Simmel explica: “*Mas a sociedade, cuja vida se realiza num fluxo incessante, significa sempre que os indivíduos estão ligados uns aos outros pela influência mútua que exercem entre si e pela determinação recíproca que exercem uns sobre os outros*”.³⁴

Isso significa, em primeiro lugar, que os indivíduos agem sobre si mesmos, causando influências mútuas uns nos outros. Depois, os indivíduos possuem uma herança, uma carga histórica que condiciona valores disponíveis em sua cultura. Não é de surpreender, então, que Simmel a todo o momento se apóie no método indutivo, tendo em vista que sua base é o indivíduo, em interação.³⁵

O que poderíamos questionar é se esta “carga histórica”, verdadeira herança dos indivíduos, não é uma espécie de estrutura, ainda que apenas existente no sistema de mentalidades, como instância abstrata que orienta a ação social.

Para o autor, “*a sociedade não é, sobretudo, uma substância, algo que seja concreto em si mesmo. Ela é uma acontecer que tem uma função pela qual cada uma recebe de outro ou comunica a outrem um destino e uma forma*”.³⁶ Não há, portanto, estrutura, a sociedade simplesmente acontece sobre essas interações. O que viabiliza essas interações, ou, em outras palavras, a própria sociedade, são os fundamentos mais simples e mais primitivos presentes na cultura.³⁷ O que parece ser o mesmo que dizer que as pessoas se associam na mediocridade. Para Simmel, a mudança é sempre aristocrática, porque vem de cima.

O indivíduo pode se destacar na massa, desde que não se aproprie do simples, mas sim do complexo. “*A razão do apreço pelo novo e pelo excepcional reside ‘na sensibilidade para a diferença’*”

31 Alguns sociólogos brasileiros consideram Elias tributário de Simmel. É o caso de WAIZBORT, Leopoldo. “Elias e Simmel”, in NEIBURG, Frederico *et al.* *Dossiê Norbert Elias*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001, p. 89-111.

32 Cf. SIMMEL, Georg. *Questões Fundamentais da Sociologia: Indivíduo e Sociedade*. Tradução de Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 8.

33 Cf. *Ibidem*, p. 15.

34 Cf. *Ibidem*, p. 17.

35 *Ibidem*, p. 21.

36 Cf. *Ibidem*, p. 18.

37 *Ibidem*, p. 41.

que há na constituição de nosso espírito”.³⁸ O que movimenta a história é a diferença entre as pessoas. A ação social só parte da diferença.

Ainda que nos pareça efetivamente complicado sustentar uma pesquisa tendo como base uma teoria social que desconsidera a existência de uma estrutura social, especialmente quando o que está em foco é uma sociedade militar, não se deve negar as contribuições de Simmel, por exemplo, para o estudo da liderança ou para o estudo das transformações ocorridas no âmbito de uma Força Armada.

Embora alguns considerem a perspectiva de Simmel tentadora, porque enfatiza a interação dos indivíduos, amalgamando-os com a abstrata noção de sociedade, é difícil imaginar a ausência de uma estrutura na sociedade, mesmo que existente somente no plano das mentalidades, como valores herdados historicamente, que condicione essa mesma interação social.

Norbert Elias traz contribuição mais sofisticada, porque mantém a noção de interação proposta pela sociologia de Simmel, sem perder totalmente de vista uma estrutura social subjacente. A sociedade na concepção de Elias é a dos indivíduos, de modo que em termos práticos não é possível separar o indivíduo da sociedade. Ele se aproxima de Simmel ao falar que a “*sociedade acontece*”. E se hoje ela é dos adultos, amanhã será das crianças atuais, o que faz dela um fluxo contínuo.

Deve-se considerar ainda que a sociedade se constitui nas “*teias reticulares*” (redes) em movimento relacional. Simmel e Elias afirmam que o indivíduo só existe nas relações. Em outras palavras, só há um soldado se houver um general, ou líder se houver liderado, e vice-versa. Esta perspectiva é muito importante para o estudo da liderança. Na obra de Elias, fica claro que é a sociedade (e sua história) quem determina o que é o indivíduo, posicionando-o em seu devido lugar. Este lugar, dado pela estrutura social, é basilar para a compreensão do papel do indivíduo na sociedade. E, o que é mais interessante e promissor para as pesquisas em história militar, tal indivíduo não desaparece ante as estruturas. É o próprio sociólogo quem melhor nos explica:

Até a função social do escravo deixa algum espaço, por estreito que seja, para as decisões individuais. E, inversamente, a possibilidade de um rei ou general influenciar seu destino ou de outrem por suas qualidades pessoais costuma ser incomparavelmente maior do que a dos indivíduos socialmente mais fracos de sua sociedade. O alcance das decisões tomadas pelos representantes dessas funções de destaque torna-se imenso em certas situações históricas. E, para eles, a forma e a extensão da margem individual de decisão pode variar consideravelmente, conforme a adequação e a estatura pessoais do ocupante da função. Aqui,

38 Cf. *Ibidem*, p. 45.

a margem de decisão é não apenas maior, como também mais elástica; nunca, porém, é ilimitada.³⁹

Ou seja, cada lugar social é compatível com um quadro de possibilidades próprio que oferece escolhas aos indivíduos. Esse quadro é dado pela estrutura. Mas as escolhas também são moduladas pela estrutura, ou, melhor ainda, pela relação dos indivíduos com essa estrutura. Toda essa estrutura é também conformada pela sua própria historicidade. Por isso é falaciosa a tentativa de separação entre estrutura e indivíduo.⁴⁰ Noutros termos, a partir de Elias, é preciso ter sempre em mente que não apenas gerais, mas também soldados têm escolhas, mais limitadas, por óbvio, por seus respectivos lugares sociais.

Norbert Elias, ao analisar uma cidade inglesa que recebeu o nome fictício de *Winston Parva*, investiga como se processa o fato de grupos se auto-representarem como melhores que outros. Diferentemente de Parsons, que defendia que quanto mais recortado o objeto, menor a contribuição teórica da obra produzida, Elias mostra que os estudos microsociológicos são importantes, posto que a redução de escala permite a observação de fenômenos sociais que poderiam passar despercebidos se a análise fosse conduzida de maneira distinta.

Um dos aspectos que torna esse trabalho interessante é que, em termos gerais, pautando-se apenas nos indicadores socioeconômicos usuais, Parva era homogênea. Mas os que ali moravam não a viam assim.

A principal razão dessa diferença de visão está no fato de os chamados estabelecidos se considerarem melhores que os outsiders e, esses, de fato, inferiores.⁴¹ *Estabelecidos* eram o grupo mais antigo da cidade, os que se auto-percebiam e eram reconhecidos como a “*boa sociedade*”, ou seja, o que havia de melhor naquela cidade. Dispunham de termos próprios que classificavam e ofendiam os outsiders.⁴² Pertencer ao grupo dos *estabelecidos* significava, antes, sujeitar-se às normas deste grupo, obedecendo a uma figuração social específica. Não ter contato com *outsiders* era uma dessas

39 Cf. ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Organizado por Michael Schroter; tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p. 49-50. As considerações de Elias fazem lembrar as de Ginzburg: “(...) da cultura do próprio tempo e da própria classe não se sai a não ser para entrar no delírio e na ausência de comunicação. Assim como a língua, a cultura oferece ao indivíduo um horizonte de possibilidades latentes – uma jaula flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicionada de cada um”. Cf. GINZBURG. *O Queijo...* op. cit., p. 25.

40 ELIAS. *A Sociedade...*, op. cit., p. 13-60.

41 ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000, p. 20.

42 Ibidem, p. 27.

normas.⁴³ O que trazia identidade ao grupo dos estabelecidos era o seu “*estoque de lembranças*”.⁴⁴

Os *outsiders* eram vizinhos que chegaram posteriormente à cidade de Parva e que possuíam uma coesão grupal menor, se comparados aos *estabelecidos*. Ameaçavam transformar as identidades dos *estabelecidos*, ou seja, as relações e a auto-imagem deles. Em outras palavras, as ações dos *outsiders* eram vistas como um ataque ao “*ideal do nós*”.⁴⁵ Se um dia se tornassem *estabelecidos*, estaria concretizada a mudança social.

Seria interessante, por exemplo, refletir como essa relação estabelecidos *versus outsiders* se processa quando novos voluntários (ou *outsiders*) são absorvidos em forças militares; ou quando exércitos são incorporados ou dominados por outro, que se considera, desde então, estabelecido. A perspectiva poderia contribuir, por exemplo, para os estudos sobre as Guerras de Independência, quando estrangeiros foram contratados para atuar na Marinha Imperial.

Para Elias, há então uma figuração em que cada grupo tem uma imagem de si e do outro. Para que um grupo coloque um rótulo sobre o outro, é necessário que haja um desequilíbrio de poder entre os dois.⁴⁶

Em sua análise, indivíduo e sociedade são instâncias inseparáveis: até a consciência do indivíduo é o resultado do que seus pares pensam dele, definindo-se na relação social: “*A auto-imagem e a auto-estima de um indivíduo estão ligadas ao que os outros membros do grupo pensam dele*”.⁴⁷ Por isso que Elias fala de auto-regulação, um modo de manter a imagem. A opinião grupal sobre um indivíduo exige o seu autocontrole, uma coerção interna, derivada do “*ideal do eu*” (auto-imagem) na sua relação com o “*ideal de nós*”. Se a sociedade é dos indivíduos, razão por que o “*ideal eu*” não pode estar dissociado do “*ideal nós*”, toda sociedade está em risco de desaparecer ou de se transformar na hipótese de mudança social. Qual a imagem que líderes têm de seus liderados e vice-versa? As reflexões de Elias poderiam contribuir.

O estudo da guerra entre sociedades precisa se ater a alguns cuidados. Por exemplo, quando se estuda o encontro de duas sociedades ou grupos a partir da guerra que se estabeleceu entre eles, é preciso ter ao menos duas preocupações em mente. Primeiro, é necessária forte relativização. Peter Burke alertou para os riscos de se comparar sociedades. Enfatizou que não se pode pensar em estágios

43 Ibidem, p. 26.

44 Cf. Ibidem, p. 38.

45 Cf. Ibidem, p. 45.

46 Ibidem, p. 23.

47 Cf. Ibidem, p. 40.

de evolução, como se uma sociedade fosse melhor que a outra. Analogamente, é mandatário ter cautela para não se promover um etnocentrismo.⁴⁸

Um segundo risco em que a pesquisa sobre conflitos bélicos pode freqüentemente incorrer é o de assumir como premissa que os homens envolvidos agem exclusivamente pela vontade de ganho e poder, vontades, neste caso, inerentes à natureza humana. Ora, muito óbvio seria se essa fosse uma de suas conclusões. Tanto que normalmente guerras são explicadas por razões econômicas. Contudo, seria possível compreender a ação humana a partir de outras categorias, senão pelo auto-interesse?⁴⁹

Por meio de diálogos com o historiador grego Tucídides, autor da famosa *História da Guerra do Peloponeso*, o antropólogo norte-americano Marshall Sahlins, da Universidade de Chicago, levanta questões fundamentais que permeiam as reflexões antropológicas e historiográficas da contemporaneidade.

Propondo uma abordagem interdisciplinar, Sahlins examina o valor do conceito antropológico de cultura, pautado na tríade parentesco, mito e rito, para a análise historiográfica e vice-versa. Para o antropólogo, a origem dessa separação está no modelo historiográfico inaugurado pelo historiador grego Tucídides, em que se destacam dois problemas centrais.

Primeiro, ao defender o completo relativismo cultural, Sahlins acaba por considerar que o recorte, a narrativa e a inteligibilidade dada aos fatos são invenções do historiador. Para Sahlins, ainda hoje a noção que os historiadores têm de movimento histórico está errada, simplesmente porque não consideram as relações que as coisas mantêm.

Segundo, Tucídides entendeu que os seres humanos são auto-motivados, substituindo assim cultura pela noção problemática de natureza humana. Sua visão praticamente coloca um animal e um homem no mesmo patamar. Tucídides, de fato, ignorou a cultura: os seres humanos têm motivações naturais e, portanto, idênticas, constantes e ahistóricas. A guerra, dessa sorte, estaria sempre explicada pelas características da natureza humana, sem que sua história precisasse ser narrada. Nas palavras de Sahlins,

É bastante impressionante em Tucídides a lista de práticas culturais e de instituições que, de uma maneira ou de outra, estão sujeitas à natureza humana, quer suplantadas por ela, quer dependendo dela para suas próprias características. A lista inclui parentesco, amizade, afiliação étnica, império e instituições sociais tradicionais em geral; os deuses, o sagrado e

48 BURKE. *História e Teoria...*, op. cit. p. 43-45.

49 Burke indica como uma dessas possibilidades a introdução da psicologia nos estudos historiográficos. Para ele, a psicologia pode contribuir, dentre outras coisas, para libertar os historiadores do senso comum da natureza humana. No Brasil, tal sugestão parece não ter sido bem aproveitada. Sobre este ponto, consultar: *Ibidem*, p. 163-164.

religião em geral; e, não menos importante, a linguagem, o significado das palavras em geral. Todas essas coisas são nada em comparação com os desejos humanos...⁵⁰

Para Sahlins, ao contrário, toda análise precisa levar em conta as relações que um determinado objeto mantém. No primeiro capítulo de seu livro, *“A Guerra da Polinésia com apologias a Tucídides”*, defende que Esparta e Atenas, tradicionalmente considerados *“antitipos históricos”*, não existiram por si só do modo como os historiadores as conhecem, mas sim *“por meio de uma dialética complexa que interligava suas condições internas a suas relações mútuas. Dinamicamente interconectadas, eram então constituídas de forma recíproca”*.⁵¹ Esparta inventou Atenas e vice-versa. Se compararmos Atenas com outra cidade, teremos outra Atenas. Elas não possuem sentido de forma imanente. A análise precisa, portanto, ser relacional.

Para Sahlins, os historiadores não trabalham com a ordem simbólica existente em uma sociedade. São capazes de isolar aspectos econômicos, políticos e sociais como se uma determinada realidade pudesse ser sintetizada apenas em indivíduos e sociedade. Sendo empiristas, os historiadores não criam modelos para compreender a realidade.

No capítulo intitulado *“Cultura e ação na história”*, perseguindo suas reflexões sobre evento e estrutura, Sahlins discute a natureza da dinâmica da histórica ao questionar se é o indivíduo ou a coletividade o verdadeiro agente da história.⁵² Para ele, *“em termos amplos, a sugestão é que as coletividades estão para as tendências assim como os indivíduos estão para os eventos; em outras palavras, que a escolha de sujeitos históricos depende do modo de mudança histórica”*.⁵³ Assim, o coletivo é o sujeito histórico quando a mudança se dá de maneira gradativa, em longo prazo; no caso de mudanças eventuais, o indivíduo é o personagem principal. Como no exemplo do futebol americano, o indivíduo precisa estar no local certo e na hora certa para ter condições de potencializar a sua ação na história.⁵⁴ Há, então, uma simbiose entre evento e estrutura, ou indivíduo e sociedade.

Acerca das possibilidades de imbricar a história social à militar, apenas mais uma advertência. De fato, conforme alerta Peter Burke, a saudável aproximação da história com a teoria social traz contribuições contundentes para o fazer historiográfico atual. Conceitos-chave como classe social,

50 Cf. SAHLINS, Marshall. *História e Cultura. Apologias a Tucídides*. Tradução de Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 116.

51 Ibidem, p. 23-120. Citação na p. 71.

52 Ibidem, p. 121-178.

53 Cf. Ibidem, p. 123.

54 Ibidem, p-123-133.

papel social, status, mobilidade social, estratégia, função, estrutura, e sociedade ampliam o espectro das pesquisas, na medida em que trazem novas questões, novos instrumentos analíticos e novas reflexões para os historiadores a partir de outras categorias. Mas é preciso não assumir uma posição inerte diante desses conceitos. Pois muitas vezes, percebe-se como a historiografia brasileira, na ânsia de fazer uso de determinadas categorias analíticas, acaba por ignorar o modo como os indivíduos pertencentes à época estudada viveram esses mesmos conceitos.

AS FONTES HISTÓRICAS E A METODOLOGIA DA HISTÓRIA

Também se ampliou a noção de fonte histórica e a relação do historiador com as mesmas.⁵⁵ Fontes, na perspectiva da historiografia do século XIX, resumiam-se a documentos escritos e auto-suficientes na produção do conhecimento histórico, criados no âmbito do Estado ou de suas manifestações, cabendo ao historiador o trabalho de descrição. Conforme tal concepção, nos documentos oficiais estaria a história pronta.

Compreendemos este tipo de preocupação metodológica quando, analisando o século XIX, percebemos que para a consolidação da cientificidade da história, a produção do conhecimento da mesma deveria obedecer aos postulados newtonianos em vigor (regularidades nos fenômenos naturais, organização mecanicista, estabelecimento de leis, etc).⁵⁶ A interferência do sujeito no processo (o mero observador, cujo único trabalho era o de descrever a fonte) era impedida pela justificativa de se buscar uma total imparcialidade no resultado da pesquisa. Essa “imparcialidade” garantia a cientificidade.

A história é, a seguir, observação. Observar os fatos era, já para Guizot, o método que, tomando por modelo as ciências da natureza, devia permitir que os estudos sobre o homem se constituíssem como ciências.⁵⁷

Ora, esta teoria encontra uma série de limitações. Tal imparcialidade se frustra logo no momento em que o pesquisador decide sobre o seu objeto de pesquisa. “Por que esse e não aquele?”, a própria escolha obedece a uma subjetividade. Como nos argumentos anteriores em que não se compreende um fato se isolado de um todo social, reconhecemos também que já no momento em que “*escolhe a sua vocação até que aprende a processá-la, o historiador está rodeado de condicionamentos sociais*

55 LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1992, p. 535-549.

56 WEHLING, op. cit., p.57-60.

57 Cf. HARTOG, François. *O século XIX e a História: o caso Fustel de Coulanges*. Tradução Roberto Cortes Lacerda. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003, p. 117.

inevitáveis”.⁵⁸ Acerca desse ponto, Arno Wehling afirma que “(...) *nossa imagem do conhecimento histórico e do próprio processo são relativas à nossa própria cultura e não um padrão geral que possamos aplicar indistintamente a diferentes povos e épocas*”.⁵⁹

Então, como não tornar o conhecimento histórico o resultado da mera subjetividade de quem o produz? Hayden White, no início da década de 1970, propôs praticamente a mesma questão, porém nos seguintes termos: como diferenciar o texto ficcional do texto historiográfico? A história seria mero discurso em obediência às concepções ideológicas do “pseudo-historiador”?⁶⁰ Chegamos, então, ao ponto central desta discussão. O que vai impedir uma sobreposição na pesquisa dos aspectos individuais do pesquisador será o instrumental metodológico utilizado na pesquisa. Essa será a forma pela qual o trabalho científico se afastará de uma pura e simples produção orientada por questões políticas ou ideológicas. Afinal,

É do desejo que surgem a música, a literatura, a pintura, a religião, a ciência e tudo o que se poderia denominar criatividade. Mas é também do desejo que surgem as ilusões e os preconceitos. Esta é a razão por que a ciência, desde seus primórdios, tratou de inventar métodos para impedir que os desejos corrompessem o conhecimento objetivo da realidade.⁶¹

Entretanto, devemos alertar ainda que não será, pois, a “(...) *terapia empregada no tratamento de uma doença incurável (...)*” que irá “(...) *restituir-nos a saúde*”. Wehling adverte:

O reconhecimento da aporia, aliás, não implica na superação das dificuldades que ela envolve; serve-nos apenas para atilar o espírito contra as tentações do reducionismo. Imaginar que deixamos de ser etnocêntricos pelo simples fato de identificarmos o etnocentrismo equivale supor que a terapia empregada no tratamento de uma doença incurável pode efetivamente restituir-nos a plena saúde, quando o que se aspira é a convivência com o mal.⁶²

Qual o melhor método a ser utilizado? O método selecionado terá relação direta, e inevitável, com a natureza do objeto. Ruben Alves avalia da seguinte maneira: “*o que o leva a escolher o anzol? É o peixe que você espera pegar. A escolha do anzol é governada por uma hipótese acerca dos peixes que podem ser encontrados*”.⁶³

58 Cf. FLORESCANO, Enrique. “A Função Social do Historiador” in *Tempo: Revista do Departamento de História da UFF*, nº 4, vol. 2, 1997.

59 Cf. WEHLING, op. cit., p.15.

60 WHITE, Hayden: *Meta-história: A imaginação Histórica do Século XIX* (tradução de José Laurênio de Melo). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

61 Cf. ALVES, Rubem. *Filosofia da Ciência: introdução ao jogo e suas regras*. São Paulo: Edições Loyola, 2000, p. 41.

62 Cf. WEHLING, op. cit., p.51.

63 Cf. ALVES, op. cit., p. 112.

Assim, o que vai determinar a forma como o pesquisador atuará junto ao seu objeto será a própria natureza do objeto, ou melhor, as hipóteses que pretende confirmar. O resultado de qualquer pesquisa dependerá do instrumental metodológico aplicado.

Não queremos dizer com isso que para cada objeto exista apenas uma ferramenta de análise. Criticamos, dessa forma, a concepção de que cabe ao historiador buscar a “*verdade histórica*”, absoluta, irrefutável de qualquer objeto de pesquisa que caracterizou a historiografia do século XIX. Não existe uma única verdade histórica, não existe monocausalidade, existem visões diferentes de um mesmo objeto de acordo com o instrumental teórico e metodológico empregado. Ao olharmos para o céu usando um binóculo e um telescópio teremos visões diferentes de um mesmo objeto, o “céu”. Nenhuma será falsa, apenas cada resultado obedecerá à ferramenta que está sendo utilizada.

A própria relação sujeito-objeto foi alterada. Em lugar de relações de objetividade (científicas) e relações de subjetividade (não científicas) – com graus que iam do reísmo ao solipsismo – abrem-se novas perspectivas, diferentes daquelas elaboradas a partir da teoria do conhecimento grego. Em lugar da simples associação do relativismo ao subjetivismo, assumiu aspecto primordial o papel da posição do observador na análise científica, posição esta que, fundamentada em premissas epistemológicas e procedimentos metodológicos, é ao mesmo tempo relativa (ao instrumental teórico disponível) e objetiva (porque corresponde, naquele nível e sob aquela perspectiva, ao conhecimento absoluto, máximo cognoscível sobre o objeto).⁶⁴

Em síntese, a história é relativa porque permite diferentes abordagens de um mesmo objeto através de diferentes ferramentas de análise. O que não a torna meramente subjetiva, pois a influência dos aspectos pessoais do sujeito (pesquisador) encontra como barreira os métodos científicos. Mais uma vez, é Arno Wehling que complementa ao afirmar que:

A teoria geral e a teoria especial da relatividade colocaram, em termos epistemológicos, a questão do perspectivismo no conhecimento: não a antiga visão subjetivista-solipsista dos sofistas, mas a relação relativista entre a posição do sujeito e o seu objeto.⁶⁵

Hoje entendemos que tudo o que restou de uma sociedade e que nos possibilita elaborar um conhecimento da mesma – conhecimento relativo e provisório – é fonte histórica, e o historiador manuseará as fontes para dar-lhes a forma, ou seja, as fontes só responderão o que o historiador perguntar. Para E. H. Carr as fontes estão disponíveis ao historiador como “(...) *os peixes estão*

64 Cf. WEHLING, op. cit., p. 91.

65 Cf. Ibidem.

na tábua do peixeiro”. O historiador, tal como o peixeiro, “(...) *deve reuni-los, depois levá-los para casa, cozinhá-los, e então servi-los da maneira que o mais atrair*”.⁶⁶ Os fatos não são auto-explicativos.

Cabe ao historiador ir ao passado e interrogar as evidências que este deixou com as perguntas adequadas, munido dos conceitos e métodos apropriados para este passado oculto revelar-se em sua lógica subjacente, agora por ele percebida, muitas vezes, ignorada por seus próprios agentes.⁶⁷

CONSIDERAÇÕES FINAIS: E A HISTÓRIA MILITAR?

Tais renovações metodológicas do conhecimento histórico e, inclusive, da história política e social, estão sendo aplicadas ao estudo dos fenômenos militares, o que nos permite renovar as investigações neste campo de estudos, resultando em novas produções. Em outras palavras, atualmente os esforços estão voltados para analisar o fenômeno militar sob novas perspectivas, a partir de novos objetos e interrogações. Obviamente, procura-se aprofundar a visão sobre objetos já analisados, levando-se em consideração todos os fatores da sociedade e do tempo em que está inserido o objeto de pesquisa.

A partir dessa concepção, as batalhas se tornam um dos objetos da história militar. A história militar não se esgota na batalha; e a batalha não perde importância, já que não é possível pensar no soldado e não pensar na batalha, na “Guerra” em todas as suas conotações no tempo e espaço. São objetos da história militar hoje os desdobramentos da guerra nas estruturas sociais, políticas, culturais, etc; os diferentes significados da guerra em diferentes culturas no tempo; a relação do fenômeno militar na organização sócio-cultural; as tradições (símbolos, imagens, canções, etc); o estudo das instituições militares; enfim, há um campo fértil para o desenvolvimento de pesquisas.⁶⁸

Tais esforços estão sendo empreendidos por profissionais, civis e militares, ligados a instituições diversas, formando especialistas em História Militar e produzindo conhecimento que não interessa apenas à História Militar, mas a todo o conhecimento histórico. Nas palavras do historiador Paulo André Leira Parente:

66 Cf. CARR, E. H. *Que é história?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 13.

67 Cf. ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *História: a arte de inventar o passado*. Edusc, 2007, p. 24.

68 Em artigo intitulado *Uma nova história militar? Abordagens e campos de investigação*, publicado na Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, em 2006, o professor Paulo Parente apresenta uma série de possibilidades de temas a serem explorados em história militar.

Os estudos produzidos no campo de investigação da História Militar devem estar atentos aos novos métodos e procedimentos de investigação surgidos nas ciências sociais. É importante buscar a incorporação de tais métodos e renovar constantemente o campo de investigação da história.⁶⁹

Ainda há muito que se produzir no campo de História Militar. É preciso ter consciência de que negligenciar o diálogo com os outros campos da história, como a história política, social, cultural, econômica, das idéias, por exemplo, é contribuir para a construção de um conhecimento estanque e pouco esclarecedor.

BIBLIOGRAFIA:

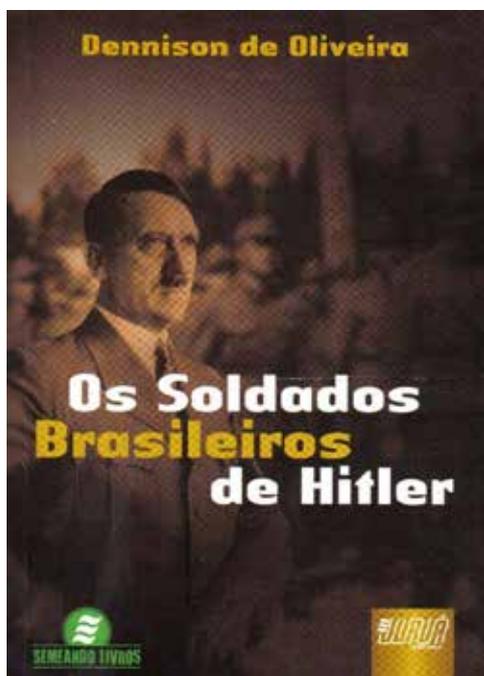
- ALVES, Rubem. *Filosofia da Ciência: introdução ao jogo e suas regras*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *História: a arte de inventar o passado*. Florianópolis: Edusc, 2007.
- BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.
- _____. *Process and form in social life*. London: Routledge & Kegan Paul, 1981.
- BARROS, José D' Assunção. *O Campo da História*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.
- BORGES, Vavy Pacheco. *O que é história?* (Coleção Primeiros Passos). São Paulo: Brasiliense, 2000.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales – 1929-1989 A Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Unesp, 1991.
- _____. *História e Teoria Social*. São Paulo: UNESP, 2002.
- CARDOSO, Ciro Flamarion, BRIGNOLI, Hector. *Os Métodos da História*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- _____ & VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História. Ensaios de Teoria e*

69 Cf. PARENTE, Paulo André Leira. “Uma Nova História Militar? Abordagens e campos de investigação” in *A Defesa Nacional*, nº 806, 3º Quadrimestre de 2006, p.69.

- Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARR, E. H. *Que é história?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
 - CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Victor; e KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
 - CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
 - DUBY, George. *A História Continua*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar / UFRJ, 1993.
 - ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Organizado por Michael Schroter; tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
 - ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.
 - FLORESCANO, Enrique. *A Função Social do Historiador* in Tempo Revista do Departamento de História da UFF, nº4, vol. 2, 1997.
 - FULLER, John Frederick Charles. *A Conduta da Guerra: estudo da repercussão da Revolução Francesa, da Revolução Industrial, da Revolução Russa, na guerra e em sua conduta*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002, p. 65.
 - GINZBURG, Carlo. “O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico”, in GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel: Rio de Janeiro, 1991, p. 168-178.
 - _____ . *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
 - GLENISSON, Jean. *Iniciação aos Estudos Históricos*. São Paulo: DIFEL, 1961.
 - GUENÈE, Bernard e SIRINELLI, Jean-François. L’histoire politique in BÉDARIDA, François (dir.). *L’histoire et le métier d’historien em France 1945-1995*. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l’homme, 1995.
 - HARTOG, François. *O século XIX e a História: o caso Fustel de Coulanges*. Tradução Roberto Cortes Lacerda. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.
 - LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.
 - LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

- LIMA, Henrique Espada. *A Micro-História Italiana: Escalas, Indícios e Singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- PARENTE, Paulo André Leira. “Uma Nova História Militar? Abordagens e campos de investigação”, in *A Defesa Nacional*, nº806, 3º Quadrimestre de 2006.
- RÉMOND, René (Org.). *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- REVEL, Jacques. *Jogos de escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998
- SAHLINS, Marshall. *História e Cultura. Apologias a Tucídides*. Tradução de Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 116.
- SIRINELLI, Jean-François. De la demeure à l’agora. Pour une histoire culturelle du politique in BERNSTEIN, Serge e MILZA, Pierre (dir.). *Axes et méthodes de l’histoire politique*. Paris: PUF, 1998.
- SIMMEL, Georg. *Questões Fundamentais da Sociologia: Indivíduo e Sociedade*. Tradução de Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- STONE, Lawrence. *La Crisis de la Aristocracia (1558-1641)*. Madri: Alianza, 1985.
- WAIZBORT, Leopoldo. “Elias e Simmel”, in NEIBURG, Frederico et al. *Dossiê Norbert Elias*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.
- WEHLING, Arno. *A Invenção da História: estudos sobre o historicismo*. Rio de Janeiro: Editora Gama filho, 2001.
- WHITE, Hayden: *Meta-história: A imaginação Histórica do Século XIX*. Tradução de José Laurênio de Melo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

Livro em Destaque



OLIVEIRA, Dennison de. Os Soldados Brasileiros de Hitler. Curitiba: Editora Juruá, 2009.

Nacionalidade e cidadania são conceitos construídos historicamente e cujo conteúdo e formas de definição podem variar de forma significativa em diferentes contextos jurídicos e políticos. Na relação de direitos e deveres inerentes à cidadania se destaca a prestação do serviço militar que, em tempos de guerra, se constitui como uma experiência-limite da relação do sujeito com a pátria. Este livro se dedica ao exame da história de um significativo grupo de indivíduos que, tendo nascido no Brasil, vieram a prestar o serviço militar e lutar nas forças armadas alemãs durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

O sumário do livro pode ser visualizado no seguinte link da UFPR:

http://www.humanas.ufpr.br/portal/historiapos/files/2011/12/ossoldadosbrasileiros_sumario.pdf

Ficha Técnica:

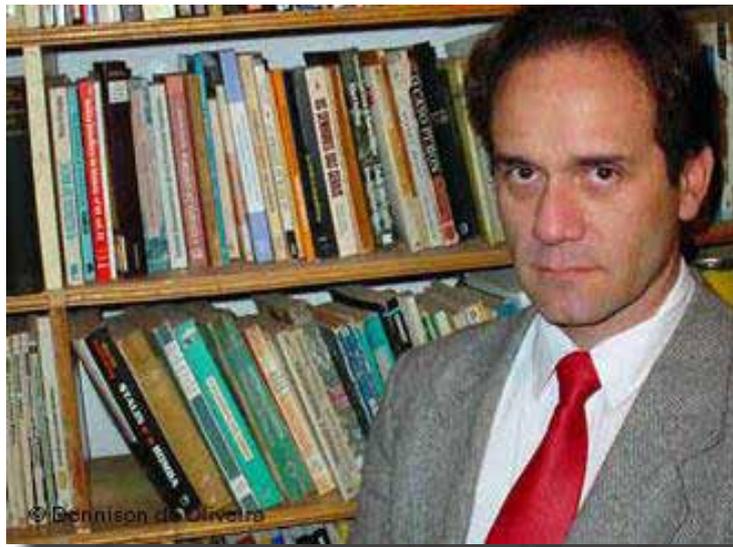
ISBN 9788536218724 – 118 páginas – 1ª edição - 2008

Preço médio – R\$ 26,00

Observação

O livro “Os soldados alemães de Vargas”, do mesmo autor e pela mesma editora,, é o contraponto e a sequencia desta obra, abordando as motivações e fundamentos das suspeitas com relação ao patriotismo da população de origem alemã. Também são interpretadas as experiências históricas vividas pelos membros da comunidade teuto- brasileira que foram recrutados pelo nosso

exército para lutar contra as tropas do regime nazista na Campanha da Itália (1944-45). Estes militares, vivendo uma dupla nacionalidade, podiam ser considerados simultaneamente “brasileiros” e “alemães”. E, embora em nome da suspeita de serem traidores potenciais lhes fossem negados seus direitos constitucionais como cidadãos, foram convocados a prestar o serviço militar em tempo de guerra.



Sobre o autor:

Dennison de Oliveira é Bacharel e Licenciado em História (UFPR, 1987), Mestre em Ciência Política (UNICAMP, 1990), Doutor em Ciências Sociais (UNICAMP, 1995). É professor de graduação e pós-graduação do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná. Desenvolve atividades de extensão junto ao Museu do Expedicionário (MEXP) e seus interesses de pesquisa na História Militar englobam as duas guerras mundiais, os regimes políticos vigentes entres os contendores (fascismo, nazismo, comunismo, varguismo, etc.) e o processo de reintegração social dos ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial. Desde 2008 desenvolve também projetos de pesquisa dedicados às relações entre cinema e história. Atualmente atua também na área de defesa como professor e pesquisador nos programas de pesquisa e pós-graduação do Instituto Meira Mattos da Escola de Comando Estado-Maior do Exército.



Revista Brasileira de

História Militar

A Revista Brasileira de História Militar é uma publicação eletrônica, independente, com periodicidade quadrimestral, destinada à divulgação de artigos de historiografia militar, produzidos por pesquisadores brasileiros ou estrangeiros, elaborados dentro dos padrões de produção científica reconhecidos pelos meios acadêmicos.

Destina-se também a publicação de trabalhos de pesquisa e de metodologia, além da divulgação de eventos acadêmicos, desde que relacionados à História Militar e aprovados por seu conselho editorial.